

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Letras
Departamento de História



O Protocolo de Estado na Orgânica do Ministério dos Negócios
Estrangeiros

Catarina Martins Sequeira

Mestrado em História

Especialidade em História das Relações Internacionais

2015

UNIVERSIDADE DE LISBOA

Faculdade de Letras
Departamento de História



O Protocolo de Estado na Orgânica do Ministério dos Negócios
Estrangeiros

Catarina Martins Sequeira

Mestrado em História
Especialidade em História das Relações Internacionais

Relatório de Estágio orientado pela Professora Doutora Ana Maria Homem Leal de
Faria

2015

Aos meus

RESUMO

Palavras-Chave: Cerimonial, Diplomacia, Etiqueta, Protocolo, Precedência

Este relatório apresenta o estágio curricular realizado no Ministério dos Negócios Estrangeiros – Serviço do Protocolo, no âmbito do mestrado em História Moderna especialização em História das Relações Internacionais.

O estágio curricular, enquadra-se no programa de estudos que pretendo concluir ou seja, na temática de Relações Internacionais durante o período Moderno/Contemporâneo com especificidade em questões diplomáticas como são o Protocolo e toda a simbologia do cerimonial em atos oficiais.

Ao longo deste percurso, várias foram as atividades desenvolvidas e que possibilitaram adquirir competências e desenvolver capacidades na área do protocolo.

Durante o mestrado, foi efetuado um projeto de investigação que teve como objetivo a participação portuguesa no Congresso de Viena e os princípios do protocolo instituídos. Um dos meus principais objetivos durante o estágio curricular foi comparar os resultados do projeto de investigação com a atualidade. No Congresso de Viena (1812-1815) pela primeira vez, aprovam-se várias normas protocolares do Estado, que vim a observar serem ainda as mesmas por onde são seguidos os princípios do Protocolo do Estado português.

Apesar de em 2006 a Assembleia da República decretar uma lei que dispõe a “hierarquia e o relacionamento protocolar das altas entidades públicas” e “a articulação com tal hierarquia de outras entidades inseridas no esquema de relações do Estado”¹, os princípios pelos quais é elaborada esta lei remontam ainda a 1815 e ao exemplo de precedências² ali aprovado.

O Protocolo do Estado encarrega-se não só da organização do complexo cerimonial como também da receção dos representantes diplomáticos acreditados em Portugal um processo longo que merecerá referência ao longo deste relatório.

1 Vide, Anexo p. 94 Lei nº 40/2006, de 25 de Agosto de 2006 – Lei das Precedências do Protocolo do Estado Português.

2 Vide infra p. 23

ABSTRACT

Keywords: Ceremonial, Diplomacy, Etiquet, Protocol, Precedence

This report presents the curricular internship done in the ministry of foreign affairs - state protocol in the scope of the master degree in Modern History specialized in History of international relations.

The internship is along in the line of study that I intend to conclude being, the theme of International Relations in the modern/contemporary period specifically the diplomatic manners such as the protocol and all the simbology of the ceremonial and official acts.

Throughout this process, many have been the activities developed that allowed me to acquire skills and develop capabilities in the protocol area.

During the masters degree, a research project has been made that was focused on the Portuguese role in the Vienna Congress and the beginning of the stated protocol. One of my objectives throughout the internship, has allways been to compare the results of my research project with the present times. In the Vienna Congress (1812-1815) for the first time many state protocol norms are legislated, which I have observed to still be the same principals followed by the Portuguese State Protocol.

Despite that in 2006 the Republican Assembly had created a law that sets the “hierarchy and the protocol relation of the hi public entities” and “the articulation of the same hierarchy with other entities inserted in the state relation scheme” the principals by witch this law is created go back to 1815 and the precedence in there demonstrated.

The state protocol is in charge not only of the organization of complex ceremonial as well of the reception of the diplomatic representatives credited in Portugal a long process that will deserve referency troughout this report.

ÍNDICE

Índice de Quadros, Figuras, Esquemas.....	5
Preâmbulo.....	6
Introdução	
Objeto e Objetivo	7
O Estágio	9
 Parte I – O Congresso de Viena e a formalização do Protocolo de Estado	
 Capítulo I Aspetos da participação de Portugal no Congresso de Viena	14
 Capítulo II As precedências e a sua evolução	
1 -A questão das Precedências.....	21
2 - Precedências do Corpo Diplomático acreditado em Portugal.....	23
 Parte II – O Serviço do Protocolo de Estado em Portugal	
 Capítulo I O Serviço de Protocolo	
Ministério dos Negócios Estrangeiros.....	27
 Capítulo II A Missão Diplomática	
1 – O Corpo Diplomático.....	31
2 - Cerimónia de Entrega das Cartas Credenciais de um novo Embaixador em Portugal e Residente em Lisboa.....	33
3– Fim de uma Missão Diplomática.....	35
4 – O Corpo Consular.....	36
5- Documentação inerente à prática diplomática.....	38
 Parte III – O Cerimonial do Estado português	
Capítulo I - Cerimónias da Presidência da República	

1 - Visitas de Estado: Chefes de Estado Estrangeiros a Portugal.....	41
2 - Visita de Estado de Suas Majestades os Reis de Espanha.....	52
3 – Cerimónia de Apresentação de Cumprimentos de Ano Novo do Corpo Diplomático Acreditado ao em Portugal ao Presidente da República.....	54
4 - Concerto e Jantar em honra do Corpo Diplomático.....	57
5 - Chá no Palácio de Belém.....	59
6 – Cerimónias Comemorativas do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, 10 de Junho.....	61
 Capítulo II Cerimónias do Ministério dos Negócios Estrangeiros	
1 - Visita de Ministros dos Negócios Estrangeiros a Portugal.....	68
2 - Almoços de Despedida de Embaixadores Estrangeiros em Portugal.....	70
 Capítulo III	
1 – Cimeiras Internacionais	
1.1 - Cimeiras Bilaterais.....	71
1.2 – Reunião Informal de Chefes de Estado.....	74
 Conclusão.....	79
 Bibliografia.....	82
Anexos.....	90

Índice de Quadros

Quadro 1- Atividades desenvolvidas no Estágio Curricular.....	10
Quadro 2 – Ordenação dos Chefes de Estado antes do Congresso de Viena (1815).....	21

Índice de Imagens

Figura 1 – Carta Patente: Cônsul Honorário; Cônsul-geral e Vice-cônsul.....	36
Figura 2 –Visita de Chefe de Estado ao Palácio de Belém.....	44
Figura 3 – Revista Guarda de Honra.....	44
Figura 4 –Assinatura de Livro de Honra.....	44
Figura 5 –Mesa de Almoço no Palácio de Belém Visita de Estado.....	46
Figura 6 – Convite timbrado pela Presidência da República.....	48
Figura 7 –Fotografia Oficial dos Casais Presidenciais.....	49
Figura 8 – Apresentação de cumprimentos aos Chefes de Estado no Jantar Oficial.....	49
Figura 9 – Sala dos Grandes Jantares – Vista parcial.....	50
Figura 10 –Fotografia Oficial no exterior.....	52
Figura 11 – Brinde de Almoço Oficial.....	53
Figura 12 – Esquema e fotografia: moldura de Altas Entidades.....	55
Figura 13 – Corpo Diplomático.....	55
Figura 14 –Hastear da Bandeira Nacional.....	62
Figura 15 – Homenagem aos Combatentes mortos.....	62
Figura 16 – Cumprimento Presidente da República e Decano.....	63
Figura 17 – Fotografia de família.....	75
Figura 18 - Mesa das Sessões Plenárias.....	75

Nota: Todas as fotografias usadas neste relatório foram retiradas do site da Presidência da República:

www.presidencia.pt

Índice de Esquemas

Esquema 1 – Fotografia Oficial, Visita de Estado.....	44
Esquema 2 – Precedência na mesa.....	46
Esquema 3 – Mesas de um Jantar Oficial.....	50
Esquema 4 – Mesa – Chá Palácio de Belém.....	60
Esquema 5 – Forças em posição: Parada Militar.....	65

Preâmbulo

O presente relatório, é resultado de um estágio curricular de nove meses no Protocolo do Estado português. O interesse sobre este tema surgiu no âmbito do Seminário sobre Diplomacia Moderna lecionado, pela agora, minha orientador de mestrado, Professora Doutora Ana Leal de Faria onde investiguei a presença de Portugal no Congresso de Viena e os princípios do Protocolo aí instituídos.

A candidatura a um estágio no Ministério dos Negócios Estrangeiros enquadrou-se inteiramente no programa de estudos que agora pretendo concluir ou seja, na temática das Relações Internacionais durante o período Moderno/Contemporâneo com especificidade em questões diplomáticas como são o Protocolo e toda a simbologia do cerimonial em atos oficiais. Uma vez que o Ministério dos Negócios Estrangeiros é a instituição de maior prestígio e a escola por excelência na área protocolar, vi neste estágio a hipótese de me formar numa área que carece de uma formação específica, nas instituições académicas mas que encontrei ao longo do estágio. A possibilidade de contactar com especialistas da matéria, adquirir referências na temática e ainda fazer o paralelo entre o ensino e a carreira profissional julgo terem sido as mais valias da frequência num estágio de cariz curricular.

Deixo aqui a minha maior gratidão à Professora Ana Leal de Faria, pela sugestão do tema, pelo constante apoio quer na fase de admissão do estágio como da elaboração deste relatório onde se mostrou sempre disponível à discussão de conceitos e problemáticas. Agradeço também, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e em particular ao Serviço de Protocolo de Estado, na pessoa do Chefe do Protocolo de Estado, Embaixador António Almeida Lima e de uma forma particular ao Subchefe do Protocolo de Estado, Ministro Plenipotenciário Dr. Jorge Silva Lopes por me terem permitido participar na organização de todos os eventos de forma detalhada e ativa.

Introdução

1. Objeto e Objetivo

“O protocolo confere dignidade às cerimónias” afirmou Jaime Gama³. Observei-o em todos os atos oficiais em que participei. Sem protocolo, os atos oficiais estariam nus de sabedoria ritualística, da cortesia que deve sempre presidir às relações entre sociedades e entre os indivíduos.

Em cerimónias públicas, oficiais e institucionais o cerimonial e o protocolo não descuram nunca o bom senso, encontrando-se desta forma um equilíbrio entre normas e regras, e humanização, o que promove uma natural harmonia no convívio e às relações oficiais.

O criterioso e discreto trabalho feito pelos funcionários do protocolo nas cerimónias, comemorações, representações e em momentos próprios do quotidiano do Estado, disciplina aspetos essenciais à organização de atos oficiais. Guiados pelas precedências⁴, que não são mais do que um conjunto de normas que organizam, segundo a importância dos cargos a colocação dos seus titulares numa cerimónia oficial ou não oficial, ou numa mesa de um banquete, o Protocolo do Estado faz cumprir a ordem estabelecida promovendo e harmonizando as relações entre nações e sociedades de distintos de hábitos, culturas e religiões.

Foi tudo isto que observei e aprendi durante o estágio curricular, brevemente apresentado no segundo ponto desta introdução. Todas essas experiências que serão desenvolvidas ao longo deste relatório, sempre que possível, acompanhadas por imagens e esquemas para ilustrar as movimentações e os cenários, dando assim vida às descrições.

O tema do protocolo insere-se na História da Diplomacia, sendo necessário ao longo do trabalho clarificar alguns conceitos. Ter-se-à por base teórica, referências como o *Manual Diplomático*⁵, escrito por José Calvet de Magalhães, as *Regras do Cerimonial Português*⁶, de Helder de Mendonça e Cunha, o *Livro do Protocolo*⁷, de um anterior Chefe do Protocolo José Bouza Serrano, e *Rituais de Entendimento, Teoria e Prática Diplomáticas*⁸, de José César das Neves, são todos eles estudos indispensáveis para compreender não só a regra mas também o evoluir e o ajustamento aos tempos atuais dessa regra.

3 Vide, Jaime Gama, “Prefácio” in José Bouza Serrano, *Livro do Protocolo*, A Esfera dos Livros, 2011, p.19

4 As precedências terão um lugar importante neste relatório, tende reservado o primeiro capítulo à discussão da sua origem e à apresentação do modelo final que figura ainda hoje em Portugal.

5 Vide, José Calvet de Magalhães, *Manual Diplomático*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros/Biblioteca Diplomática, série A, 1985

6 Vide, Helder Mendonça e Cunha, *Regras do Cerimonial Português*, 2ª edição, Lisboa, Bertrand Editora, 1989

7 Vide, José Bouza Serrano, *Livro do Protocolo*, A Esfera dos Livros, 2011

8 Vide, José César das Neves, *Rituais de Entendimento, Teoria e Prática Diplomáticas*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros/Biblioteca Diplomática, série A, 2011

O relatório que se apresenta em seguida, divide-se em três partes principais. A primeira, extraída de um projeto que desenvolvi ao longo dos seminários de mestrado, trata de questões históricas do Protocolo. O Congresso de Viena, aqui brevemente referenciado e estudado, é o marco do surgimento e legislação das precedências e da necessidade de instaurar o protocolo nos Estados e na relação entre eles. É também destacada a importância deste congresso para Portugal, observando-se a sua participação e implementação dos conhecimentos e entendimentos ali surgidos sobre a etiqueta dos rituais. A segunda parte, referimos a importância do Serviço do Protocolo de Estado na orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros e a regulamentação da Carreira Diplomática em Portugal. Na terceira parte deste trabalho, faz-se o relato das atividades desenvolvidas durante o estágio curricular. São feitas descrições minuciosas dos cenários vividos ao longo do estágio durante os atos oficiais presenciados. É uma parte onde se recorre constantemente a suportes fotográficos e esquemáticos para ilustração das descrições, incluído nas páginas deste relatório, e também em anexo. Procurar-se-à finalmente, através da relação entre a segunda e a terceira parte deste trabalho, estabelecer as linhas evolutivas do protocolo do Estado em Portugal.

2 . O Estágio Curricular no Ministério dos Negócios Estrangeiros

Um estágio de natureza curricular, no âmbito do mestrado em História Moderna na Especialização de História das Relações Internacionais, é um complemento fundamental ao lado prático do tema por mim desenvolvido, o Protocolo do Estado.

Quando a instituição de acolhimento, promove uma formação singular ainda não alcançável nas instituições académicas, como foi o caso do Ministério dos Negócios Estrangeiros – Serviço do Protocolo do Estado, o estágio é não só a garantia de aquisição de experiência e conhecimentos através de situações reais como também, um primeiro contacto com a realidade profissional, aquela que se pretende alcançar no término deste ciclo de estudos.

A frequência do estágio curricular em paralelo com a realização deste relatório de atividades, estimula a capacidade de reflexão sobre as temáticas desenvolvidas, de análise, de síntese e de conceptualização. Desenvolve capacidades relacionais, de comunicação e de trabalho em equipa, aliando experiência aos conhecimentos adquiridos em unidades curriculares o que a meu ver representa uma enorme mais valia.

Com a realização deste estágio curricular, procurei desenvolver um saber profissional baseado na autonomia, técnica, iniciativa e trabalho em equipa; a possibilidade de presenciar e de contribuir para a organização de cerimónias oficiais, mobilizando e aplicando os conhecimentos já adquiridos; compreender os campos de estudos úteis para o tema do Protocolo; contactar com especialistas da matéria, adquirir referências e alguma experiência para uma carreira profissional no âmbito dos meus interesses.

O estágio iniciou-se no dia 1 de Junho de 2014, terminando formalmente a 1 de Dezembro do mesmo ano, no entanto, a convite do Protocolo do Estado, com autorização da Universidade de Lisboa – Faculdade de Letras, aprovação da minha orientadora de mestrado, a Professora Doutora Ana Leal de Faria e por interesse meu, o estágio prolongou-se por mais três meses, tendo terminado a 1 de Março de 2015.

Durante este período foi estabelecido um horário correspondente a cerca de seis horas diárias, no entanto, dado o enorme interesse nas atividades desenvolvidas, o volume de trabalho crescente e o envolvimento que me foi proporcionado por toda a equipa do Protocolo do Estado, as horas que ali passei, acresceram em muito as estipuladas.

O quadro seguinte, explana todas as atividades que desenvolvi no Protocolo do Estado e nas páginas seguintes deste relatório, relatarei detalhadamente alguns desses eventos tentando demonstrar o quão importante foram para a minha formação na temática.

Tive oportunidade de trabalhar em eventos da Presidência da República, do Primeiro-Ministro, do Ministério dos Negócios Estrangeiros bem como em questões de ordem burocrática relacionada com o Corpo Diplomático acreditado em Portugal, formalidades da sub parte Dispensas e Privilégios do Serviço do Protocolo e que neste relatório estão incluídas nos temas que a elas dizem respeito ou seja no capítulo relativo ao Corpo Diplomático, são exemplos os Passaportes Diplomáticos, as Notas Verbais na Correspondência Diplomática, a Acreditação de Adidos, Cônsules e Vice-Cônsules nas Missões Diplomáticas.

De se notar que no que respeita à “Gestão da Sala de Altas Entidades”, este tema foi desenvolvido não só nas Visitas de Chefes de Estado a Portugal, dada a sua importância na chegada e partida dos Chefes de Estado, como também num relatório que desenvolvi intitulado “*Utilização das Salas de Altas Entidade – Agosto, Setembro e Outubro*” e que consta em anexo⁹.

Atividades desenvolvidas durante o Estágio Curricular

Cerimonial	
Data	Evento
5 e 6 de Junho	Visita de Estado de Sua Excelência o Presidente da República do México
8-11 de Junho	Comemorações do Dia de Portugal e das Comunidades Portuguesas - Guarda
24 de Junho	Banquete – Visita de Estado de Sua Excelência o Presidente da República da Alemanha
27 de Junho	Almoço oferecido por S.E. O MENE a S.E. o MNE dos Emirados Árabes Unidos
4 de Julho	Banquete – Visita de Estado de Suas Majestades os Reis de Espanha
11 de Julho	Almoço – Conferência Internacional “Segurança no Golfo da Guiné”
14 de Julho	Almoço de despedida DGPE
15 de Julho	Almoço de despedida do Embaixador da Dinamarca em Lisboa
16 de Julho	Almoço oferecido pela Secretária-Geral do MNE à sua homóloga austríaca
17 de Julho	Almoço de negócios de S.E. o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Comunidades
18 de Julho	Início da Preparação da 10ª Reunião Informal de Chefes de Estado do Grupo de Arraiolos - Braga
24 de Julho	Almoço de despedida do Embaixador dos Países

⁹ Vide Anexo p. 92 -93Relatório de “Utilização das Salas das Altas Entidades -Agosto, Setembro e Outubro 2014”

	Baixos
28 de Julho	Assinatura de Acordo entre Portugal e a Guiné-Bissau (MENE - Primeiro-Ministro e MNE Guiné-Bissau)
5 de Agosto	Jantar em honra de Filipe Nyusi
Agosto	Preparação da Visita de Sua Excelência o Presidente da República a Timor-Leste
8 de Setembro	Apresentação de Cartas Credenciais dos Chefes de Missão
9 de Setembro	Almoço em honra de S.E. a MNE do Gana
11 de Setembro	Almoço em honra de S.E. a Fo.GE.CA
18-21 de Setembro	Visita de Estado de Sua Excelência o Presidente da República da Indonésia
19 de Setembro	Banquete - Visita de Estado de Sua Excelência o Presidente da República da Indonésia
26 de Setembro	Almoço de despedida Embaixador da República do Chile
27 de Setembro – 1 de Outubro	10ª Reunião Informal de Chefes de Estado do Grupo de Arraiolos - Braga
2-5 de Outubro	Preparação Centenário da I Guerra Mundial
6 de Novembro	Almoço em honra de Sua Excelência o Presidente da República da Colômbia – Palácio de Belém
10 de Novembro	Jantar oferecido pelo MENE em honra do Ministro das Relações Exteriores da República de Cabo Verde
18 de Novembro	Chá no Palácio de Belém
21 de Novembro	Visita de S.E. a Primeira-Vice-Primeira-Ministra da Croácia
24 de Novembro	Estudo sobre a Sala de Altas Entidades
25-26 de Novembro	Preparação da Visita de Sua Excelência o Presidente da República aos Emirados Árabes Unidos
17-18 de Dezembro	III Cimeira Luso-Cabo-verdiana
17 de Dezembro	Almoço oferecido pelo Primeiro-Ministro por ocasião da III Cimeira Luso-Cabo-verdiana
6-7 de Janeiro	Seminário Diplomático
7 de Janeiro	Almoço oferecido por Sua Excelência o Primeiro-Ministro por ocasião do Seminário Diplomático
8 de Janeiro	Lanche de dia de Reis
20 de Janeiro	Cumprimentos de Ano Novo e Concerto e Jantar em honra do Corpo Diplomático

17 de Fevereiro	Almoço em honra de S.E. a Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança
25 de Fevereiro	Chá no Palácio de Belém
Dispensas e Privilégios	
Encaminhamento de Correspondência	
Acreditação de Adido de Defesa, Cônsul, Vice-cônsul	
Correspondência - Telegramas	
Gestão da Sala de Altas Entidades	
Passaportes Diplomáticos	

Quadro 1- Atividades desenvolvidas no Estágio Curricular

I

O Congresso de Viena e a formalização do Protocolo do Estado

Capítulo I¹⁰

Aspetos da participação de Portugal no Congresso de Viena

No que se refere ao Direito Internacional poderá afirmar-se que o Congresso de Viena foi o mais notável acontecimento do Séc. XIX. É justificado pela importância das determinações do Congresso cujos efeitos, nalguns casos, chegaram até aos nossos dias: a neutralidade da Suíça, a livre navegação dos rios e o estabelecimento e organização de uma hierarquia entre agentes diplomáticos.

O objetivo principal do Congresso, seria refazer a Carta da Europa depois da queda do Império Francês, tratando-se pois, de fazer uma regulamentação internacional do território Europeu. Desde logo este terá sido um processo pacífico e de certa forma conciliador de regulação da vida internacional.

Com efeito é possível fasear o Congresso¹¹ em dois momentos: antes e depois da admissão da França. No início, apenas albergava a Europa vencedora de Napoleão mais concretamente Áustria, Prússia, Rússia, Inglaterra, Suécia, Portugal e Espanha. No entanto, a hábil diplomacia de Talleyrand permitiu a admissão da França ao Congresso de Viena. Tal admissão foi possível, antes de mais, pela invocação do princípio da legitimidade dinástica. Com efeito, sendo Talleyrand representante de um Bourbon (Luís XVIII era irmão de Luís XVI), não se via motivo para não ser aceite no concerto das potências.

Ao analisar o Congresso de Viena e a sua obra é pois importante não esquecer a visão trazida por este Relatório ou seja, a forma como este congresso definiu um Protocolo Diplomático anteriormente inexistente. Como refere Bouza Serrano, este conceito terá mesmo resultado do Congresso de Viena (1812-1814).¹²

Seguidamente e através de fontes-chave para a observação do Congresso de Viena a partir de

10 O estudo apresentado no capítulo I, funda-se no trabalho intitulado “*O Congresso de Viena e a uniformização do Protocolo de Estado – o caso português (1812-1815)*” que foi apresentado à Professora Doutora Ana Leal de Faria no âmbito do Seminário de Mestrado História das Relações Internacionais e Diplomacia Moderna.

11 Vide sobre este assunto Jorge Borges de Macedo, *História Diplomática Portuguesa: Constantes e Linhas de Força*. P. 306-380

12 Vide José Bouza Serrano. Livro do Protocolo pp.325-326 “Protocolo Diplomático como o «conjunto de normas e usos aceites pela Comunidade Internacional que regulam atividades, atos e cerimónias que decorrem das relações diplomáticas entre os Estados, entre estes e a organizações internacionais e de estas organizações entre si» ... Este que constitui a essência do relacionamento e convivência dos Estados a nível mundial, estabelece a igualdade jurídica dos Estados entre si, bem como dos seus representantes supremos, os Chefes de Estado, sejam Monarcas ou Presidentes da República.”

Portugal, procurar-se-á demonstrar de que modo este foi um marco no campo da regulamentação das precedências contrastando com o anteriormente estabelecido.

A participação de Portugal no Congresso de Viena tem sido referida em diversas obras – por exemplo, Carlos Selvagem; Calvet de Magalhães; Soares Martinez; Joel Serrão; Borges de Macedo; Valentim Alexandre; Círculo de Leitores através da Nova História Militar – porém, carece de estudos específicos sobre a temática. Das leituras efetuadas, surgem duas ideias distintas e contraditórias sobre a participação de Portugal no Congresso. Por um lado, a ideia de que terá sido um sucesso diplomático, por outro que Portugal se encontrou enfraquecido durante as negociações do Congresso.

Todos os estudos no entanto versam sobretudo a parte política e diplomática das negociações, a qual não será aqui apresentada. O principal ponto que se pretende focar neste relatório, será, como já dito anteriormente, a perspetiva do Protocolo e do Cerimonial. Uma vez não existindo estudos sistemáticos, a consulta das fontes terá sido para este capítulo fulcral. Efetivamente, encontramos no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros à guarda da Torre do Tombo, abundantes informações nos Ofícios e Relações da legação de Portugal em Viena¹³ referências da temática que nos permitem chegar a algumas conclusões.

O Conde de Palmela, D. Pedro Holstein, recebe a notícia das nomeações para Enviados Extraordinários e Ministros Plenipotenciários de António de Saldanha da Gama e D. Joaquim Lobo da Silveira. Atentando que serão os mesmos que em nome do Príncipe Regente assistirão ao Congresso e deverão defender sempre os interesses da Coroa¹⁴ como pedido formalmente por carta, veja-se na transcrição apresentada:

“Havendo o Príncipe Regente meu senhor cooperado para a Guerra, que tão gloriosamente terminara eficazmente, deseja cooperar também para huma paz que regenerando e consolidando a antiga ordem politica firme sobre pazes estaveis a tranquillidade da Europa para .fim: tem o mesmo Augusto Senhor nomeado Vossa Senhoria António de Saldanha da Gama e a D. Joaquim Lobo da Silveira por seus Enviados Extraordinários e Ministros Plenipotenciários para no Seu Real Nome assistirem ao Congresso ou Assembleia que se houver (?) de celebrar e conjuntamente tratarem quanto fôr concernente à mesma Paz, aos Direitos da sua Corte e aos interesses de Seus Vassallos tudo na conformidade dos Plenos Poderes e das Instruções que me manda transmitir a vossa Excelência parana autorização, indeligência e observa”¹⁵

O Conde de Palmela - D. Pedro de Sousa Holstein iniciou a carreira diplomática em Roma, em 1802, onde seu pai se encontrava como embaixador. Foi então enviado para a Corte Pontifícia como

¹³ Vide ANTT, Caixa 231, 232 e 233

¹⁴ Vide Gazeta de Lisboa, 27 de Setembro, 19 de Outubro e 14 de Novembro de 1814. Contém dados interessantes para Portugal acerca do tema.

¹⁵ ANTT, MNE Livro 47, 1813

conselheiro de embaixada e, após a morte de seu pai, ali continuou como encarregado de negócios. Em 1806 voltou a Portugal, dedicando-se à administração da Casa. Por ocasião das invasões francesas, quando Wellesley dirigiu a ação das forças anglo-portuguesas contra os franceses, o Duque, então major, foi nomeado ajudante de ordens do coronel Trant. Reiniciou a carreira diplomática, em 1810, como ministro plenipotenciário junto do governo espanhol de Cádiz. O seu desempenho foi recompensado com a atribuição do título de Conde de Palmela em 1812. No mesmo ano foi nomeado embaixador em Londres e, em 1815, representou Portugal no Congresso de Viena, regressando a Londres em 1816. Defendeu os interesses portugueses no litígio com Fernando VII, relativa à questão do Rio da Prata. António Saldanha da Gama, apesar de ter desempenhado vários cargos, foi a sua ação como diplomata e administrador colonial que particularmente o distinguiu. Havia sido nomeado governador e capitão-general do Maranhão (1802), conselheiro do Ultramar (1806) e governador-geral de Angola (1807). Em 1810, foi conselheiro da Fazenda no Brasil e, quatro anos mais tarde, integrou a representação portuguesa no Congresso de Viena, como ministro plenipotenciário, prestando nessa missão diplomática distintos serviços. Viria a ser colocado nos lugares de ministro plenipotenciário em São Petersburgo e em Madrid, em 1815 e 1820, respetivamente, tendo sido escolhido, no último destes anos, por Decreto de 24 de Maio, para integrar o Governo de Portugal. Em 1823, passou a embaixador extraordinário na capital espanhola e recebeu a mercê do título de conde de Porto Santo, por Decreto de 23 de Outubro.

Acerca de D. Joaquim Lobo da Silveira¹⁶ sabe-se que foi Enviado Extraordinário a Estocolmo (1806-14), Ministro Plenipotenciário ao Congresso de Viena (1815), Enviado Extraordinário a Berlim (1816-34), Embaixador Extraordinário em Paris para a coroação de Carlos X (1824). Continuou no seu posto sob o governo miguelista, nomeado por D. Miguel, a 4 de Março de 1828. Em 1834, a vitória liberalista obrigou-o a despedir-se como simples particular. Casado com uma senhora alemã - Sofia Amélia Murray, natural de Göttingen – naturalizou-se prussiano. Perdeu, assim, a qualidade de súbdito português. Na Prússia foi-lhe reconhecido o título de conde, para si e todos os seus descendentes, à maneira alemã. Foi conselheiro secreto do rei da Prússia e grã-cruz da Ordem da Águia Vermelha.

No entanto, e tal como François de Callière nos diz, “as nomeações seriam feitas muito em atenção às ascendências e títulos obtidos pela família”¹⁷.

16 Vide «Paz, amizade e liberdade: Portugal e a Prússia no Congresso de Viena», *Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica*, José Luís Cardoso, Nuno Gonçalo Monteiro, José Vicente Serrão (Org.), Lisboa, ICS, 2010, pp. 83-107

17 Sobre o assunto vide François de Callière, *De la maniere de negotier avec les Souverains(...)*, Brussels, Pour la Compagnie, 1716

E para o Congresso em estudo julgo não só os títulos familiares terão contado como também as relações diplomáticas que já existiam entre estes agentes e os países em que estava destacados.

Joaquim Veríssimo Serrão refere “*A acção dos nossos diplomatas tinha por força de gravitar na órbita inglesa*”¹⁸, visão também apontada na imprensa portuguesa editada no estrangeiro como é exemplo o testemunho de Solano Constâncio “*Tal será sempre a sorte de todo o Estado que, para conservar a sua independência contra o ataque de um inimigo, carece de se entregar nas mãos de um aliado poderoso e cheio de ambição e orgulho*”¹⁹ Conjuntamente, atentar ao Artigo 5º²⁰ das Instruções Ostensivas onde é referido o cuidado em manter fomentadas as relações com a Grã-Bretanha. Assim, o Conde de Palmela para além da ascendência favorecida, ocupava antes do Congresso uma posição bastante favorável às relações entre Portugal e Inglaterra uma vez que era Embaixador em Londres, pelo que lhe seria mais simples encontrar acordo junto dos mesmos durante as negociações de 1814-1815.

António Saldanha da Gama. Após o Congresso vem a ser Ministro Plenipotenciário em São Petesburgo, relações diplomáticas com que Portugal se preocupa em fomentar igualmente mesmo antes do Congresso se iniciar se não veja-se o Artigo 6º²¹ das Instruções de seguida. Tal como D. Pedro Holstein, Conde de Palmela, também António Saldanha da Gama se encontrava em condições de manter um dos principais interesses de Portugal nas negociações ou seja, fomentar as relações com a Rússia dada a sua posição diplomática anterior.

De referir ainda a nomeação de “*Manuel Rodrigues Gameiro Pessoa para o fim de ser empregado na Legação a Viena na qualidade de Secretário addido a ella*”²²

Após nomeações e através do Ofício²³ nº 5, abaixo transcrito de D. Pedro Holstein à Corte é possível observar a enumeração dos demais documentos que irão acompanhar a comitiva até Viena (Carta de Crença²⁴, Carta de Gabinete, Despachos, Instruções Ostensivas bem como a cópia do decreto em que se declara o dinheiro que estes enviados terão disponível). Estes são instrumentos do trabalho diplomático²⁵ comuns a todas as Nações presentes no Congresso. Este, é um primeiro dado da uniformização protocolar pretendida no Congresso, neste caso no que respeita aos instrumentos que acreditavam cada participante nomeado.

Ofício nº 5

18 Vide, História de Portugal volume VII, A Instrução do Liberalismo (1807,1832) p. 108.

19 Vide, O Observador Lusitano em Paris, por Francisco Solano Constâncio, nº 4, Abril de 1815

20 Vide Artigo 5º das Instruções Ostensivas na p.10 do presente trabalho

21 Vide Artigo 6º das Instruções Ostensivas p. 11 do presente trabalho.

22 ANTT, MNE, Caixa 231 Ofício nº 9

23 Os Ofícios, estão hoje substituídos por Notas Verbais, vide infra p.38

24 A Carta de Crença, é uma carta idêntica à apresentada em credenciais servindo o propósito da nomeação do Chefe de Estado ao Chefe de Missão para o cargo diplomático.

25 Vide acerca dos instrumentos de trabalho de um diplomata: Ana Leal de Farina, Arquitectos da Paz. *A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*. Capítulo IV, pp. 84-93

(...) 1º O pleno poder que me he destinado, 2º Huma cópia das Instruções Geraes, as quais tratarei como devo, de dar o mais exacto cumprimento e responderei miudamente logo que me tenha juntado com os meus dous Collegas, 3º Huma Credencial e huma Carta de Gabinete de S.A.R. o Príncipe Regente nosso Senhor para S. M. Chri a qual pella volta do mesmo expresso, que veyo de Londres e eu recepetei a Gottingen) mandei ao Marquez de Marialva a Paris, parecendo-me que assim me ligava exactamente ao Espirito das ordens de S.A.R que Vossa Excelencia se dignou communicarme. 4º Finalmente os Despachos de Vossa Excelência datados de 25 e 26 de Junho próximo passado e inclusos no Segundo, o Decreto pello qual o Príncipe Regente nosso Senhor Houve por bem nomear-me Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário para em qualidade de primeiro Plenipotenciário hir assistir ao Congresso; como também a Cópia do Decreto que expediu ao Real Erario para o ordenado e Ajuda de Custo que S.A.R foi servida concederme.”²⁶

A referir que as nomeações feitas não têm uma justificação clara, no entanto em seguida ao observar-se cada protagonista poderão retirar-se apreciações do porquê de D. Pedro Holstein, António Saldanha da Gama e Joaquim Lobo da Silveira terem representado Portugal no Congresso de Viena.

As Instruções Ostensivas onde se destacam alguns artigos mais importantes para o propósito deste trabalho, encontram-se transcritas e comentados individualmente com atenção ao protocolo envolvido no Congresso e aos procedimentos tomados em conta pela Corte Portuguesa:

Artigo 1º

“O destino de Vossa Excelência e de seus Collegas tem por objecto principal o serem recebidos e acreditados no Congresso Geral por tanto pedirão a sua admissão a elle com as formalidades do estilo.”

- O principal objectivo será serem recebidos e acreditados no Congresso Geral, portanto pedirão a sua admissão a ele com a formalidade do estilo.

Artigo 3º

“Quando no princípio do Congresso se não estipule a abolição de Etiquetas nocivas ao expediente dos Negocios, V. EX.^a ou nesta desposição, ou em qualquer outras, reclamará todas aquellas, que souber ou julgar pertencerem à Dignidade dos Nossos Augustos Soberanos. Porém jamais se opporá e antes deve evitar de housser discussão que sejam abolidas as sobreditas Etiqueetas”.

- A preocupação em que se respeitem as etiquetas respetivas às dignidades de “cabeças coroadas” como era o caso de Portugal.

26 ANTT, MNE Caixa 231, Officio nº 5 Conde de Palmela.

Artigo 4º

“Pelos Tratados Modernos entre a Nossa Côrte e muitas outras da Europa, se acha praticada a alternativa na Assignatura, no que não deve haver dúvida com os Plenipotenciários de qualquer Monarchia”

- Plenipotenciários acreditados.

Artigo 5º

“Sua Alteza Real Considerando e muito que deve a eficaz Amizade da Sua Antiga e fiel aliada a Grã Bretanha enquanto tem portados os medos contribuindo para a Restauração de Portugal, Guerra que Vossa Excelência comunique francamente com os Plenipotenciários Britânicos sendo indubitavel que S. A.R. O Príncipe de Gales em Consequência da Carta que sua Alteza Real ora lhe escrevera lhes dará ordens e Instrucções para consolidar por meio de Negociações a fim como até agora ordem feita pelas Armas a Independência e Integridade Territorial da Monarchia Portuguesa”

- Fomentar/Manter as boas relações com a Grã-Bretanha, tal como apresentado anteriormente para justificar a nomeação de D. Pedro Holstein.

Artigo 6º

“A mesma confidência deve haver com os Plenipotenciários de S.M. E Imperador da Russia pela merecida influencia que ha-de ter em todos os Negócios que se tratarem no Congresso”

- Fomentar/Manter as boas relações com a Rússia

Artigo 7º

“Devido a um possível atraso na admissão dos Plenipotenciários Portugueses, é possível que já tenham sido ajustadas as Bases Preliminares para Negociação da Paz Geral. Se houver uma posição vantajosa para Portugal, estes deverão aceita-las exprimindo a sua gratidão. No entanto se não estiverem ainda designadas devem fazer-se todas as representações para que o sejam nesta conformidade. E no caso contrário todas as reclamações e protestos que se julgarem necessários e conscientes.”

- As Cartas de Crença que anteriormente foram mencionadas no Ofício 5º de D. Pedro Holstein, farão parte desta cerimónia de admissão dos Plenipotenciários Portugueses. O restante artigo demonstra que todas as potências representadas no Congresso terão uma voz activa de modo a ajustar as Bases Preliminares para a Negociação da Paz Geral. Começam a haver indícios de uma igualdade entre potências.

Artigo 17º

“Resta-me participar a Vossa Excelência que S.A.R. Tem completado o numero dos Agentes Diplomáticos necessários para esta importante Legação nomeando Rodrigo Navarro de Andrade para Conselheiro della e a Ambrósio Joaquim dos Reis para Conselheiro e Secretário Geral da mesma e com estes carácteres Vossa Excelência e os seus Colegas os acreditarão junto ao Congresso e terão com elles toda a contemplação, porque Sua Alteza Real faz apreço das luzes e com prestimo de ambos.”

- Nomeações para a composição da restante comitiva no Congresso Os Agentes Diplomáticos para esta legação: Rodrigo Navarro de Andrade – conselheiro; Ambrósio Joaquim dos Paes – conselheiro e secretário geral.

Artigo 18º

“Sua Alteza Real manda por a disposição de V. Ex^a e de seus Collegas a Cruzeta Voadora que leva os presentes despachos para que por ela possam transmitir com consciente celeridade qualquer participação importante que tenham e convenha fazer”

- Cuidado com a manutenção e rapidez de trocas de correspondência entre a Corte, que a esta altura se encontrava no Brasil e os Plenipotenciários no Congresso. Chegou até hoje um amplo volume de documentação portuguesa relativo ao Congresso de Viena o que após conhecimento deste artigo deixa concluir a eficiência da Cruzeta Voadora.

Deus Guarde a Vossa Excelência, Palácio do Rio de Janeiro em 16 de Junho 1814 – Marques de Aguiar²⁷

27ANTT, Livro 47 MNE, pp.36

Capítulo II

A Questão das Precedências

1. Precedências e a sua evolução no Congresso

*“A precedência é uma anteposição,
uma anterioridade na ordem estabelecida,
que resulta numa proeminência da distribuição dos lugares
numa cerimónia ou ato oficial.”*

Livro do Protocolo, José de Bouza Serrano pp183

Uma primeira lista de precedências terá surgido por volta de 1504-1513 durante o pontificado de Júlio II o qual encabeçava a ordem seguindo pelo Imperador enquanto cabeça do Sacro Império Romano. De 1508 a 1806, o Imperador do Sacro Império havia visto consagrada a sua designação para Imperator electus, título que viria a mudar com a reorganização napoleónica da Europa que extinguiu o Sacro Império dando origem aos “Príncipes mediatizados alemães²⁸”. O rei dos Romanos figuraria em seguida, uma vez que seria herdeiro aparente do Imperador. A precedência de cada monarca era portanto fixada consoante as bulas papais que reconheciam os reinos como cristãos.

Encontra-se alguma bibliografia atual que ao analisar o período antecedente ao Congresso de Viena, não é unânime na sua ordenação, vejamos a diferença:

Protocolo Juan Sunyé	Satow's Guide to Diplomatic ²⁹
Imperador da Alemanha	
Rei dos Romanos	Practice
Rei de França	França 481
Rei de Espanha	Espanha 1718
Rei de Aragão	Inglaterra 827
Rei de Portugal	Áustria 1000
Rei de Inglaterra	Dinamarca 1015
Rei da Sicília	Duas Sicílias 1130

28 Vide José Bouza Serrano, *Livro do Protocolo do Estado*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2011

29 Vide, Sir Ernest Satow, *Guide to Diplomatic Practice*, edited by Lord Gore-Booth, 9ª edição, longman, 1998

Rei da Escócia	Suécia 1123
Rei da Hungria	Portugal 1139
Rei de Navarra	Prússia 1701
Rei do Chipre	Itália 1720
Rei da Bolonha	Rússia 1721
Rei da Polónia	Baviera 1805
Rei da Dinamarca	Saxónia 1806
Republica de Veneza	Wurtemberg 1806
Liga Suíça	Hannover 1814
Duque da Bretanha	Holanda 1816
	Bélgica 1831
	Grécia 1832
	Turquia 1836

Quadro 2 – Ordenação de Chefes de Estado antes do Congresso de Viena (1815)

O Congresso de Viena trouxe uma nova regulamentação. Com a implosão do Sacro Império Romano/ Germânico, pelas guerras napoleónicas em 1806, surgiram constantes conflitos de pretensões e lutas de precedência de Estado. A ata Final do Congresso foi assinada pela ordem alfabética depois de lacrada por cada monarca e escrita em Francês, a então língua diplomática por excelência.

Embora não se note um protocolo muito elaborado durante as sessões do Congresso de Viena, uma vez que, como foi referido na correspondência, apenas se realizaram “*encontros informais entre as demais potências*” criou-se uma ordem em que os Chefes de Estado ficaram iguais entre si, dependendo apenas da sua antiguidade no cargo, seja da tomada de posse para Presidentes da República ou de entronização ou coroação para um Rei ou um Príncipe Soberano.

Em Portugal, já teria havido alguma intenção de regulamentar as precedências desta forma, na emissão de convites para o casamento da Princesa do Brasil, filha de D. José, neta de D. João V, futuro Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo comunicam a cada uma das personalidades e enviados extraordinários que tomariam lugar nas cerimónias de acordo com a data de chegada à corte lusitana³⁰, sugerindo uma ordenação que mais tarde se chamou de Ordem de Antiguidade.

³⁰ Vide, José de Bouza Serrano, op. cit. p. 187

2 Precedências do Corpo Diplomático acreditado em Portugal

Na correspondência dos Enviados de Portugal ao Congresso de Viena encontram-se várias referências à preocupação e discussões acerca da regulamentação e denominação do próprio Corpo Diplomático³¹ ali presente:

“Tirou-se á sorte entre as oito potencias qual deveria presidir á comissão geral indicada para discutir tudo o que he relativo ás precedencias e ceremonial entre as Cortes da európia : recaluio a presidencia em Dom Pedro Labrador”

“No dia 20 á noite foi convocada a comição das oito Potencias e depois de lido e approvedo o protocolo da ultima sessão, incluzo letra A propôz o princepe de Metternich que se tornasse em consideração o rapport da Comissao das precedências que tambem vai incluzo na letra B. Forão-se levando os artigos hum a hum e depois de uma breve discussão sobre os primeiros artigos pelos quais a Comissão pertendeo focar as denominações dos Agentes Diplomaticos determinou-se que ficará livre cada Corte o variar essas denominações como bem lhe parecesse e por isso se acrescentou a palavra Ministros à palavra Enviados com que a Comissão designou os Agentes Diplomáticos da Segunda Ordem. Sobre o artigo em que se determinavão as Potências de Primeira Classe, cujos ministros podiam competir entre si acrescentou-se huma grande discussão. O principe de Metternich provavelmente arrependido da espécie de sacrificio que faria a Austria em renunciar À sua preeminencia propunha que se omitisse inteiramente o artigo. A Russia era do mesmo voto e a Inglaterra tambem se inclusava para ahi. Porem as demais potencias forao de hum parecer diferente adoptou-se por fim a proposta de M. Talleyrand de determinar trez classes em vez de duas compreendendo na primeira os Imperadores e Reys, na segunda as grandes Republicas e os Soberanos que tem titulos de Gram Duques na terceira os Duques Principes e Cidades Livres.”³²

Antes de 1815, não estava criada uma ordem satisfatória relativamente a precedências do Corpo Diplomático. As regulamentações surgidas no Congresso de Viena trouxeram uma ordem definitiva, e consolidaram regras comuns em matéria de precedências e linguagem que reforçavam a estruturação do palco diplomático³³, definindo as classes dos diplomatas que ficariam a partir de então divididos em três categorias. A primeira, Embaixadores, Legados e Núncios; a segunda, Enviados e Ministros junto do Soberano e a terceira Encarregados de Negócios acreditados junto

31 “Composto pelo conjunto dos Chefes de Missão acreditados junto do mesmo Governo” vide, José Bouza Serrano, *Livro do Protocolo do Estado*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2011

32 ANTT, MNE, Caixa 231, Ofício nº 15 Outubro 1814

33 Vide, Ana Leal de Faria, *Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815*. pp. 57

dos Ministros dos Negócios Estrangeiros bem como a sua ordem, baseada na data e hora da apresentação de cartas credenciais³⁴.

A lista de precedências do Corpo Diplomático acreditado em Portugal é feita no Protocolo do Estado em colaboração com as Embaixadas estrangeiras sendo de consulta pública no site do Ministério dos Negócios Estrangeiros³⁵. Ilustra a ordem de cada Chefe de Missão pela hora e data da entrega de credenciais ao Presidente da República, cerimónia que será tratada no capítulo do Corpo Diplomático na terceira parte deste relatório. Há no entanto uma exceção a esta regra de ordenação, o Decano, ou seja o primeiro Embaixador da lista é, em Portugal enquanto país de tradição cristã, o Núncio Apostólico, o mais Alto Representante do Vaticano em Lisboa. Independente da hora ou data de credenciais ou mesmo da antiguidade em que está em Portugal, é sempre o primeiro nesta lista e por isso com funções de porta-voz do Corpo Diplomático junto do Governo recetor. Segue-se depois o Vice-Decano ou seja o Embaixador há mais anos acreditado em Portugal que assume funções de Decano na transição de um Núncio para outro ou em atos oficiais em que este não possa estar presente. Esse caso será estudado no âmbito da Cerimónia de Cumprimentos de Ano Novo, cerimónia descrita na segunda parte, Capítulo III “*Cerimonial de Estado*”. O Núncio Apostólico não pode comparecer dando lugar ao Vice-Decano, Embaixador de San Marino.

No caso de atos oficiais onde as tribunas do Corpo Diplomático não são protocoladas, o Decano e o Vice-Decano são os únicos Chefes de Missão com o seu lugar sempre marcado, geralmente em primeira fila. É importante também referir-se que, em caso de visita de um Chefe de Estado, o Embaixador do país visitante é protocolarmente o segundo na hierarquia da delegação.

No que respeita aos Encarregados de Negócios, em atos oficiais a sua ordenação é feita por ordem alfabética.

Segundo o historiador alemão Ranke³⁶, é no Congresso de Viena que surge a denominação Corpo Diplomático, que permanece até hoje, definindo o conjunto dos agentes diplomáticos acreditados junto de um Estado.

O resultado do Congresso foi engrandecedor, fechando o processo de formação de uma hierarquia no mundo diplomático que viria a sofrer uma profunda mudança da perspetiva da carreira diplomática, passando a ser uma atividade específica com regras e espaços de definição e o seu próprio estatuto disciplinar e jurídico.

O século XX trará novos valores na pauta dos direitos humanos, da paz e do multiculturalismo. O sistema normativo protocolar evoluiu a par dos tempos e das Relações

34 Vide infra p.33

35 Vide, <http://www.gov.mne.pt>

36 Vide, Dicionário de Moraes e Silva, Ed. 1789 e José Calvet de Magalhães, Manual Diplomático. Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros/Biblioteca Diplomática, Série A, 1985 pp. 153

Internacionais. Viena e a Convenção de 1961³⁷ foram os principais saltos na perspetiva do acolhimento do novo mundo, um mundo anteriormente bipolar que vagarosamente tende à multipolaridade. A multiplicidade das igrejas tentam agora pôr-se a par do estatuto anteriormente obtido pela Santa Sé. As novas figuras políticas (comités de salvação nacional e organizações internacionais) exigem valor protocolar muitas vezes esquecido em cimeiras internacionais (Cimeira G8). A União Europeia traz uma nova perspetiva com, reuniões semanais, onde se utiliza a videoconferência muitas vezes para tomar decisões mais importantes.

Em Portugal, as Precedências do Estado não ficaram definidas e claras com o fim do Congresso de Viena. Um longo caminho de ajustes na ordem dos cargos políticos ainda viria a ser percorrido até se chegar a vinte e cinco de Agosto de 2006, onde é finalmente legislada a Lista de Precedências³⁸.

O protocolo gere mitos e ritos, ritos que parecem ter-se informalizado, consequência da nova atualidade onde cortes orçamentais deixam prever cortes no fausto de cada ato oficial. A conciliação do clássico com o atual torna iminente a tarefa de continuar com o estudo desta matéria. O sistema normativo protocolar surgiu com o sistema normativo jurídico, sendo que o direito dá cada vez mais importância ao procedimento ocorrendo uma convergência inevitável.

37 Vide <http://www.gddc.pt/siii/docs/dl48295.pdf>

38 Vide, Anexo p. 94

II

O Serviço do Protocolo do Estado em Portugal

Capítulo I

O Serviço de Protocolo

O Ministério dos Negócios Estrangeiros

*“O protocolo bem sucedido é aquele que não é visível,
que consegue disciplinar as cerimónias oficiais
sem que se torne notada
ou mesmo aparente a sua intervenção.
O protocolo ideal, é aquele que não se vê nem se ouve.”*

José Calvet de Magalhães

Todos os países têm um ou mais serviços de cerimonial. Em Portugal o cerimonial do Estado está centrado no Serviço de Protocolo, dirigido pelo Chefe do Protocolo do Estado. Este ocupa a posição nº 36 da hierarquia do Estado, sendo o primeiro Diretor-Geral a seguir ao Embaixador Secretário-Geral. Tem como principais competências a *“uniformização da atuação protocolar dos Órgãos de Soberania em todas as atividades que tenham incidência na vida internacional; preparar e acompanhar as deslocações oficiais ao estrangeiro do Chefe de Estado; acompanhar cerimónias de apresentação e entrega de Cartas Credenciais dos Chefes de Missões Diplomáticas acreditados em Portugal; formular parecer sobre os programas de receção em visitas oficiais de Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros e de altos funcionários de organizações internacionais; integrar comissões organizadoras de grandes celebrações nacionais, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, e de cerimónias que se revestem de especial significado.”*³⁹

O Serviço do Protocolo (SP) trata de *assegurar a dignidade e ordem com que devem desenrolar-se as cerimónias oficiais em que participam os mais elevados representantes do Estado e frequentemente os representantes oficiais dos países estrangeiros*⁴⁰. - Calvet de Magalhães pp.137.

Estando localizados fisicamente no Palácio das Necessidades, o Serviço do Protocolo do Estado cobrem toda a assistência aos atos oficiais e cerimónias de carácter geral de Órgãos de

³⁹ Vide José Bouza Serrano, *Livro do Protocolo do Estado*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2011 pp 177.

⁴⁰ José Calvet de Magalhães, *Manual Diplomático*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros/Biblioteca Diplomática, série A, 1985.

Soberania, e apoio técnico ao Presidente da República, Primeiro-Ministro e Ministro dos Negócios Estrangeiros.

O Chefe do Protocolo do Estado conta com a coajuda do Subchefe do Protocolo do Estado que exerce competências pelo primeiro delegadas.

A Lei Orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao ser aprovada através do Decreto-Lei nº 117/2007 e atualizada pela Portaria 33/2012 de 31 de Janeiro, define este serviço como Direção de Serviços de Cerimonial, Deslocações, Dispensas e Privilégios, parte integrante da Secretaria-Geral. Ao estudar-se a portaria mencionada anteriormente, observa-se que as competências, do Serviço de Protocolo vão muito para além do Cerimonial. A Divisão de Dispensas e Privilégios (DDP), uma unidade orgânica do Ministério dos Negócios Estrangeiros, extinta como chefia de divisão, passa a integrar o Serviço de Protocolo através do Despacho nº 19630/2007 e pela Portaria nº 500/2007.

A esta nova divisão, essencial ao Serviço de Protocolo, compete então promover a emissão de passaportes diplomáticos, zelar pela observância dos preceitos legais relativos aos uso deste documento, obter junto das missões diplomáticas acreditadas em Portugal os vistos que necessitam para as deslocações os detentores de passaportes diplomáticos, ocupam-se do registo e matrícula em Portugal das viaturas automóveis propriedade das representações diplomáticas aqui instaladas ou de estrangeiros residentes em Portugal que beneficiem de estatuto diplomáticos, zelar pela observância e cumprimento de normas e preceitos internacionais que obrigam o Estado Português a garantir aos estrangeiros residentes em Portugal com estatuto diplomático a sua inviolabilidade e dar-lhes proteção adequada, emitir documentos de identificação de estrangeiros residentes no território nacional que beneficiem do estatuto diplomático, editar a lista do Corpo Diplomático acreditado em Lisboa, assim como a lista do corpo consular aceite em Portugal; registar, dar expediente e arquivar a correspondência recebida ou expedida que respeite a assuntos da sua competência.

Referido no Artigo 4º da Portaria 33/2012, é da competência do S.P.: Preparar e acompanhar receções, solenidades e cerimónias em que participam o Chefe de Estado, o Primeiro Ministro e o Ministro dos Negócios Estrangeiros; preparar e acompanhar a realização das visitas e deslocações oficiais do Chefe do Estado, do Primeiro-Ministro ou do Ministro dos Negócios Estrangeiros encaminhar propostas de agraciamento da iniciativa do Ministro dos Negócios Estrangeiros; preparar e expedir mensagens de congratulação ou condolências a endereçar a autoridades ou entidades estrangeiras em nome do Chefe do Estado, do Primeiro-Ministro ou do Ministro dos Negócios Estrangeiros preparar reuniões internacionais em que participem membros do governo, quando àquelas assistam representantes do Corpo Diplomático acreditados em Portugal de forma permanente ou temporária, ou entidades oficiais estrangeiras; encaminhar, sempre que lhe sejam dirigidos, os pedidos de audiências junto do Ministro e demais membros do Governo e ainda do

secretário-geral que tenham sido apresentadas pelos membros do Corpo Diplomático ou por outras autoridades ou individualidades estrangeiras; formular parecer sobre as normas que devem ser aplicadas em matéria de etiqueta e precedências.

É igualmente competência do S. P. acolher e tratar da despedida dos Chefes de Missão acreditados em Portugal; tratar dos pedidos de acreditação ou dos pedidos de aceitação dos enviados diplomáticos portugueses no estrangeiro e ainda tratar da elaboração de cartas de retificação, cartas credenciais, cartas de plenos poderes e cartas de gabinetes.

O Protocolo do Estado cumpre, deste modo uma função de vigia do cumprimento da Lei das Precedências em todos os atos que organiza. Ao ser o mais importante elo de ligação entre o Corpo Diplomático e instituições ocupa-se de todas as necessidades e burocracias exigidas aos agentes diplomáticos e ao cumprimento por parte destes da Convenção de Viena de 1961⁴¹ bem como aos agentes consulares o cumprimento da Convenção de Viena de 1963⁴².

41 Vide <http://www.gddc.pt/siii/docs/dl48295.pdf>

42 Vide <http://www.gddc.pt/siii/docs/dl183-1972.pdf>

Capítulo II

A Missão Diplomática

O acesso à carreira diplomática em Portugal à qual poderá ter acesso qualquer licenciado mediante aprovação nas diversas provas de avaliação é feito a partir de um concurso público publicado no Diário da República.

É uma carreira de progressão hierarquizada desde o Congresso de Viena de 1815, o primeiro degrau da hierarquia, os Adidos de Embaixada, são confirmados após três anos de trabalho merecedor ascendendo, a Terceiros Secretários de Embaixada e a partir daqui poderão ser nomeados para representações estrangeiras. De Terceiros Secretários de Embaixada passarão a Segundos e depois Primeiros Secretários de Embaixada. Nestes últimos dois casos, é já possível ser-se nomeado Cônsul⁴³. Seguem-se os Conselheiros de Embaixada, com hipótese de nomeação de Cônsul-geral⁴⁴, Ministro Plenipotenciário de 1ª e de 2ª classe, que poderão ter carta de Embaixador e o último grau da carreira é a nomeação de Embaixador.

Para além da carreira diplomática, é possível que funcionários do Ministério dos Negócios Estrangeiros sejam nomeados a prestar funções nos serviços externos assumindo cargos de conselheiros comerciais, Adidos Culturais, Comerciais e de Defesa.

No caso dos Adidos de Defesa, que poderão ser Militar, Naval ou Aéreo, a aceitação da nomeação requer uma autorização pelo estado acreditador, o “*beneplácito*”. Para isso a Missão Diplomática deverá comunicar o nome do nomeado para Adido de Defesa, o cargo e curriculum. Após a concessão do referido “*beneplácito*” é ainda necessário fazer-se a acreditação junto do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

43 Vide infra p. 37

44 Vide infra p.37

1. O Corpo Diplomático

O estabelecimento de relações diplomáticas ocorrem quando entre Estados (bilateral) ou entre organismos internacionais (multilateral), há um consentimento mútuo. O Chefe de Missão, apesar de acreditado num Estado, poderá acumular creditações junto de outros onde não reside, como é o caso da representação diplomática em Portugal de alguns países – Gâmbia, Brunei, Djibouti, Mónaco, Singapura, Nova Zelândia, Islândia, Andorra, Malásia, Jordânia entre outros, denominando-se Embaixador não residente.

As Missões, criadas a partir do estabelecimento das relações diplomáticas, são habitualmente chefiadas por um Embaixador para o qual é pedido o “*agrément*”, ou seja a confirmação de que este indivíduo nomeado pelo Estado acreditador é uma “*persona grata*” no Estado acreditante e que poderá desempenhar livremente as suas funções segundo o disposto na *Convenção sobre as Relações Diplomáticas, celebrada em Viena em 18 de Abril de 1961*⁴⁵.

Após receber o “*agrément*”, o Chefe de Missão deverá entregar ao Chefe de Estado acreditador as Cartas Credenciais (Carta dirigida ao Chefe de Estado acreditador pelo Chefe do Estado acreditante e Carta de chamada do antigo Embaixador em funções) numa cerimónia oficial que acontece no Palácio de Belém e que será estudado adiante.

Antes da chegada do novo Embaixador a Portugal, a Embaixada deverá comunicar ao Protocolo do Estado através de Nota Verbal⁴⁶ todos os dados do voo uma vez que serão apresentados cumprimentos no aeroporto por um funcionário do Protocolo. Nesse dia, é comunicado ao Embaixador a data e hora em que deverá ir ao Ministério dos Negócios Estrangeiros apresentar cópia das Cartas Credenciais ao Chefe do Protocolo.

Durante a cerimónia de entrega de cópias, o Chefe do Protocolo informa o Embaixador de que ainda não está em plenas funções e que só depois de apresentadas as Cartas Credenciais ao Presidente da República, este se poderá encontrar com os mais Altos Representantes do Estado (Presidente da República, Presidente da Assembleia da República e Primeiro-Ministro), também não deverá usar a flâmbula⁴⁷, nem sequer fazer qualquer declaração à imprensa.

No período que decorre entre a entrega das cópias das Cartas Credenciais até à cerimónia da entrega das Cartas Credenciais ao Presidente da República, o Embaixador deverá visitar a Secretária-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros (o que acontece habitualmente no próprio dia de entrega de cópias), bem como colegas em Missão Diplomática de modo a conhecer os hábitos e costumes do país acreditador.

45 Vide <http://www.gddc.pt/siii/docs/dl48295.pdf>

46 Vide infra p.38

47 Bandeira do seu país em suportes dianteiros do automóvel.

O Corpo Diplomático acreditado em Portugal, bem como as equipas que fazem parte das Missões, encontram-se num livro elaborado no Protocolo do Estado chamado “Livro do Corpo Diplomático”. Para além dessas informações, este livro compila a ordem de precedência dos Chefes de Missão em Portugal, as Organizações Internacionais com sede em Portugal e os seus respetivos funcionários, a lista de Cônsules Honorários acreditado em Portugal, as datas das Festas Nacionais bem como toda a equipa dos funcionários do Protocolo do Estado, onde foi realizado este estágio. A sua consulta é pública através do site apresentado em nota⁴⁸.

48 Vide, <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-dos-negocios-estrangeiros/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/corpo-diplomatico-acreditado-em-portugal/livro-do-corpo-diplomatico-acreditado-em-portugal.aspx>

2. Cerimónia de Entrega das Cartas Credenciais de um novo Embaixador Residente e Não Residente, acreditado em Lisboa

A descrição seguinte, contém apenas as informações obtidas durante a preparação do cerimonial da Entrega das Cartas Credenciais de um novo Embaixador Residente e de um novo Embaixador Não Residente em Lisboa. Esta é uma cerimónia onde apenas funcionários do Protocolo com muita experiência e membros do Corpo Diplomático participam, não me encontrando em condições de fazer uma descrição pormenorizada. O ritual da cerimónia encontra-se no Livro do Protocolo de José Bouza Serrano⁴⁹, que julgo estar ainda adequado ao que sucedeu nas cerimónias de 2014.

Disposto no Artigo 13º da Convenção de Viena de 1961, a ordem de entrega das cartas credenciais, é determinada pela data e ordem de chegada do Chefe de Missão a Lisboa, e, é esta ordem que figura na ordenação do Corpo Diplomático ditando as suas precedências, com exceção do Decano, como já referido na parte II, capítulo II “*A Questão das Precedências*”.

Fixado o dia para apresentação das Cartas Credenciais, um funcionário do Protocolo, geralmente diplomata, dirige-se à residência oficial do Chefe de Missão de fraque, traje nacional no caso dos senhores e para as senhoras, vestido escuro ou traje nacional. Também o seu séquito, composto por duas a três pessoas que acompanham o novo Embaixador, deverá seguir as indicações do traje. Da residência oficial, a comitiva deverá seguir em cortejo (dois carros) para o Mosteiro dos Jerónimos. Chegados ao Mosteiro, o Embaixador recebe honras militares num pódia acompanhado pelo funcionário do Protocolo e a partir daqui, o seu automóvel é escoltado por militares da G.N.R a cavalo até ao Palácio de Belém. Apeando-se Embaixador e comitiva no Pátio dos Bichos, posicionam-se em frente à bandeira nacional portuguesa escutando os hinos nacionais.

À entrada do Palácio de Belém, o Chefe do Protocolo, acompanha o novo Embaixador onde será recebido pelo Ajudante de Campo e encaminhado por este à Sala dos Embaixadores onde se encontra o Presidente da República, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e a Secretária-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Na sala, estão também presentes os membros da Casa Civil e Militar do Presidente.

O Chefe de Missão, avança para o Presidente da República entregando-lhe um envelope selado que contém as Cartas Credenciais e a Carta de Chamada (do antecessor). Cumprimentam-se, e dirigem-se ao Gabinete do Presidente onde o Embaixador é apresentado os restantes elementos presentes na sala (Assessora Diplomática do Presidente da República, Secretária-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Chefe do Protocolo) seguindo-se uma conversa de circunstância.

49 Vide, José Bouza Serrano, *Livro do Protocolo do Estado*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2011

Esta audiência dura cerca de 15 minutos finda a mesma, o Embaixador é apresentado aos membros da Casa Civil e Militar, retomando todos o lugar inicial. O Chefe do Protocolo acompanha o Embaixador à porta de saída onde farão uma vénia de despedida ao Presidente da República repetindo-se o mesmo cerimonial do início.

O cortejo automóvel, é agora encabeçado pelo Embaixador que já pode colocar a flâmbula e insígnias.

A cerimónia equivalente para os Embaixadores Não Residentes é feita de forma conjunta, no Palácio de Belém, sem as honras militares descritas no Mosteiro dos Jerónimos ocorrendo no final da audiência concedida a Embaixador Residente seguida de um Porto de honra.

Com a cerimónia de Entrega de Cartas Credenciais, o Chefe de Missão, poderá usufruir desde logo dos seus privilégios e imunidades, descritos no documento elaborado no Ministério dos Negócios Estrangeiros “*Guia Prático para as Missões Diplomáticas Acreditadas em Portugal*”⁵⁰ e pronto para cumprir as funções referidas no Artigo 3º da Convenção de Viena⁵¹ - Funções de representar o Estado acreditante perante o Estado acreditador; proteger no Estado acreditador os interesses do Estado acreditante e de seus nacionais dentro dos limites estabelecidos pelo direito internacional, negociar com o Governo do Estado acreditador, inteirar-se das condições existentes e da evolução dos acontecimentos do Estado acreditador e informar a esse respeito o Governo do Estado acreditante, promover relações amistosas e desenvolver relações económicas, culturais e científicas entre acreditante e acreditador.

50 Vide <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-dos-negocios-estrangeiros/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/guia-pratico-para-as-missoes-diplomaticas/guia-pratico-para-as-missoes-diplomaticas.aspx>

51 Vide <http://www.gddc.pt/siii/docs/dl48295.pdf>

3.Fim de uma Missão Diplomática

Quando um Chefe de Missão abandona definitivamente Portugal deve comunicar através de Nota Verbal a data da sua partida, bem como qual o funcionário diplomático que o substituirá ficando como Encarregado de Negócios a.i. provisoriamente até que o “*agrément*” do novo Embaixador saia.

Antes da partida, o Embaixador tem habitualmente uma audiência com o Presidente da República, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e a Secretária-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo costume organizar-se no Protocolo do Estado um almoço de despedida em sua honra.

Participei em três almoços de despedida, do Embaixador da Dinamarca a 14 de Julho de 2014, do Embaixador dos Países Baixos a 24 de Julho de 2014 e do Embaixador do Chile a 26 de Setembro de 2014 e todos eles são organizados nos mesmos moldes.

Oferecidos pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, ou na sua ausência por um Secretário de Estado, como foi o caso do almoço de despedida do Embaixador da Dinamarca e do almoço de despedida do Embaixador dos Países Baixos oferecido pelo Secretário de Estado dos Assuntos. São almoços pequenos com cerca de 8 convidados.

A Embaixada honrada, comunica ao Protocolo do Estado, um convidado do seu Embaixador, habitualmente um Embaixador de país vizinho, no exemplo do almoço de despedida do Embaixador dos Países Baixos terá sido seu convidado de honra o Embaixador da Bélgica, os restantes convidados são escolhidos pelo gabinete do membro do governo que oferece, no entanto, é habitual que a Secretária Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Chefe do Protocolo, Diretor-Geral dos Assuntos Europeus e representantes da Assessoria Diplomática da Presidência da República ou do Gabinete do Primeiro-Ministro, dependendo das relações criadas durante a estadia do Embaixador em Portugal. Organizado pelo Protocolo do Estado e realizado na Sala do Canto do Protocolo do Estado, é um almoço idêntico àqueles que serão explicados em pormenor no capítulo III Cerimonial de Estado, no subcapítulo Receções Oficiais.

A partida do Chefe de Missão, é organizada pelos funcionários do Protocolo do Estado e tal como acontece na sua chegada, é reservada a Sala de Altas Entidades do aeroporto e aí são apresentados cumprimentos de despedida.

4.O Corpo Consular

Bouza Serrano recorre a Jean Serres para definir que o “*Cônsul é um agente oficial enviado por um Estado para um determinado território estrangeiro para aí exercer a autoridade que esse Estado conserva sobre os nacionais radicais fora das suas fronteiras*”

As relações consulares, foram legisladas a 24 de Abril de 1963, através de uma convenção⁵² idêntica àquela que regula as relações diplomáticas. Segundo o artigo 9º, os Chefes de postos Consulares, dividem-se em quatro categorias sendo elas, Cônsules-gerais, Cônsules, Vice-Cônsules e Agentes Consulares.

Os Chefes de postos Consulares, são nomeados pelo Estado que os envia, através de uma carta-patente feita para cada nomeação e que inclui o seu nome completo, a sua classe e categoria, a área de jurisdição consular e a sede consular (Figura 1). Mediante estas informações, são admitidos pelo Estado onde desempenharão funções através de uma autorização denominada exequátur.



Fig.1 Carta Patente: Cônsul Honorário; Cônsul-geral e Vice-Cônsul

52 Vide <http://www.gddc.pt/siii/docs/dl183-1972.pdf>

O corpo consular, contrariamente ao Corpo Diplomático, não goza de direito internacional, sendo que as imunidades, privilégios e estatutos gozam de necessidade de acordos bilaterais entre o Estado de origem do Cônsul e o Estado recetor. No entanto, na maioria dos acordos bilaterais realizados e com reciprocidade os representantes portugueses no país com quem é feito o acordo, gozam de imunidades e isenções idênticas as do Corpo Diplomático. Gozam assim de isenção em todos os impostos e taxas – competência do Serviço do Protocolo do Estado, divisão de Dispensas e Privilégios supervisionar este estatuto.

Relativamente a precedências, a ordem de antiguidade pela qual se ordena o Corpo Consular, é determinada pela data do Exéquatur, no caso do chefe de posto consular ser admitido em funções a título provisório, a data desta missão provisória determina a ordem de precedência (Artigo 16º da Convenção de Viena sobre Relações Consulares) . Não esquecer que a esta regra há a exceção, o Corpo Consular tem também um Decano (Cônsul-geral de carreira) e um Vice-Decano (Cônsul Honorário), na restante lista os Cônsul de carreira, têm sempre precedência sobre os Cônsul honorários tal como o disposto nos Artigo 16º e 21º da Convenção de Viena sobre Relações Consulares⁵³.

Importa ainda distinguir a “carreira” do “honorário”. A estas duas categorias de funcionários consulares aplicam-se disposições da Convenção de Viena sobre Relações Consulares distintas, estando o Capítulo II reservado aos funcionários consulares de carreira e o Capítulo III, aos funcionários consulares honorários. O primeiro, é um funcionário diplomático do Estado acreditado que desempenha funções consulares previstas pelo Artigo 5º⁵⁴ da convenção citada em parágrafo anterior. O honorário é um cidadão do Estado acreditante que reside legalmente na circunscrição consular cuja jurisdição lhe corresponde. Só está autorizado a realizar atos consulares limitados não podendo por exemplo emitir passaportes diplomáticos⁵⁵.

A acreditação de cônsules honorários, é iniciada na Missão Diplomática que propões o nome do cônsul ao Ministério dos Negócios Estrangeiros efetivando a sua aceitação pelo envio de uma Nota Verbal, com uma Carta-Patente exarada, tal como apresentado na primeira imagem da Figura 1.

53 Vide <http://www.gddc.pt/siii/docs/dl183-1972.pdf>

54 Vide <http://www.gddc.pt/siii/docs/dl183-1972.pdf>

55 Vide infra p. 38

5. Documentação inerente à prática diplomática

Passaportes Diplomáticos

Os passaportes diplomáticos são emitidos pela Imprensa Nacional - Casa da Moeda, autorizados pelo SEF, no entanto a recolha dos dados biométricos necessários, é feita no Protocolo do Estado onde tive oportunidade de participar no processo e de compreender a sua importância. Regulamentados pelo Decreto-Lei nº 383/2007, o passaporte diplomático tem duas apresentações, uma física, idêntica a um passaporte normal mas com a nota do cargo e função do seu titular e um passaporte eletrónico onde são reproduzidos todos os dados biográficos.

São titulares do Passaporte Diplomático as mais Altas Entidades do Estado: Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro, Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Presidente do Tribunal Constitucional, Presidente do Tribunal Administrativo, Presidente do Tribunal de Contas, Membros dos Governo, Procurador Geral da República, Provedores de Justiça, Presidentes da Assembleia Legislativas das Regiões Autónomas, Presidentes dos Governos Regionais, Deputados da Assembleia da República, os funcionários do serviço diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros e os funcionários do quadro especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros. São também titulares do Passaporte Diplomático os cônjuges das entidades enumeradas bem como os seus dependentes no caso dos filhos de diplomatas.

Este documento, privilegia o desempenho de funções dos diplomatas e de todos aqueles que podem usufruir do estatuto especial, facilitando a sua circulação, do seu agregado familiar, e dos seus bem, mediante as condições importas na Portaria nº1245/2006, Diário da República, 2ªsérie nº 164, 25 de Agosto de 2006.

Correspondência Diplomática

A correspondência diplomática pode dividir-se em dois tipos, correspondência externa, entre uma Embaixada no estrangeiro e uma autoridade oficial do país acreditado e a correspondência interna, entre as Embaixadas no estrangeiro e o Ministério dos Negócios Estrangeiros. Aqui, serão tratadas ambas, a correspondência interna, na perspetiva da comunicação das Embaixadas de Portugal no estrangeiro e as suas comunicações com o Ministério e a correspondência externa na perspetiva das Embaixadas acreditadas em Portugal com as suas comunicações ao Ministério.

Uma das formas mais utilizada de correspondência diz respeito à Nota Verbal, expedida pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros português para qualquer Embaixada estrangeira acreditada em Portugal. São habitualmente redigidas na terceira pessoa, dando-lhe um carácter mais formal com um cuidado tratamento de cortesia começando com a mesma forma tradicional “*O Ministério dos Negócios Estrangeiros, apresenta os seus atenciosos cumprimentos à Embaixada ... e tem a honra de ...*” e terminando sempre “*O Ministério dos Negócios Estrangeiros aproveita a oportunidade para reiterar à Embaixada ... os protestos da mais elevada consideração.*” As Notas Verbais, tratam de assuntos diversos, quer sejam comunicações de convites, como veremos no Parte IV Cerimonial do Estado, como assuntos da ordem das Dispensas e Privilégios, ou seja questões práticas das missões diplomáticas. É um documento expedido em papel timbrado, rubricado e carimbado pelo selo do Ministério dos Negócios Estrangeiros ficando registada uma saída no sistema informático sendo possível recuperar o documento em qualquer momento.

Sobre correspondência interna oficial, um dos exemplos que tive oportunidade de trabalhar regularmente diz respeito aos telegramas. Os telegramas podem ser classificados como confidenciais, secretos ou não classificados dependendo do assunto. Serão assim lidos apenas a quem dirigidos. No seu cabeçalho figuram todas as informações referentes ao documento: origem, entidade responsável, nº geral, nº de posto, destinatário, com conhecimento de, assunto. são enviados entre as Embaixadas de Portugal no estrangeiro e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e vice-versa. Neles utiliza-se uma escrita simplificada, sendo o meio mais utilizado para as correspondência constante entre embaixadas e ministério onde se relatam as notícias de cada país, o quotidiano e informações importantes relativas às missões diplomáticas.

Parte III O cerimonial do Estado português

Capítulo I

Cerimónias da Presidência da República

As múltiplas ocasiões em que uma receção oficial acontece (pequeno-almoço⁵⁶, almoço, cocktail, porto de honra/chá, jantar⁵⁷), faz com que as suas singularidades sejam escolhidas por uma ou outra razão. Neste relatório só serão tratadas aquelas em que participei, pequeno-almoço, almoços, chás e jantares.

1 - Visitas de Estado: Chefes de Estado Estrangeiros a Portugal

Na visita de um Chefe de Estado a Portugal é o Protocolo do Estado que tem a responsabilidade de toda a sua organização. Todos os detalhes são discutidos com a Embaixada do país visitante, com a Embaixada de Portugal no país visitante e ainda com a missão preparatória que se desloca a Portugal. Esta missão preparatória, conta com representantes do Protocolo, da Segurança bem como da Assessoria do Chefe de Estado entre outras entidades variáveis consoante as exigências da visita e das características do país.

É estabelecido um programa da visita, elaborado no Protocolo do Estado e posteriormente aprovado pela Assessoria Diplomática do Presidente da República, Presidente da Assembleia da República, Primeiro-Ministro e Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros. Após aprovação pelas entidades portuguesas mencionadas, será dado a conhecer à parte visitante para igual aprovação.

O programa⁵⁸ descreve detalhadamente todos os passos da visita, desde a chegada do Chefe de Estado à sua partida. Contém ainda informação sobre a delegação oficial, a disposição do cortejo⁵⁹, contactos de emergência entre outras informações úteis. Após a fixação do programa, agendam-se visitas aos locais, ensaiando circuitos nos quais se desenrolará a visita.

A preparação termina com duas reuniões, uma no Protocolo do Estado para a qual são convocados todos os intervenientes na visita, Segurança Pessoal, GNR, PSP, INEM, Gabinete de Imprensa do Ministério dos Negócios Estrangeiros, Assessoria de Imprensa do Presidente da República, Assessoria Diplomática do Presidente da República e do Primeiro-Ministro e Gabinete do Ministério dos Negócios Estrangeiros. A segunda reunião com a equipa do Protocolo do Estado, onde se definem as funções de cada elemento da equipa.

⁵⁶ Pequeno-almoço de trabalho será tratado no Capítulo da 10ª Reunião dos Chefes de Estado do Grupo de Arraiolos.

⁵⁷ Vide infra p.48

⁵⁸ Vide, Anexo p. 105

⁵⁹ Vide, Anexo p. 108

Durante o Estágio Curricular, tive oportunidade de assistir a seis Visitas de Estado⁶⁰. Apesar de terem sido recebidos em Portugal, Chefes de Estado cultural e geograficamente bastante distintos, todos terão seguido o habitualmente obrigatório programa de uma Visita de Estado: Cerimónia de deposição da coroa de flores no Túmulo de Luís de Camões (Mosteiro dos Jerónimos), Almoço no Palácio de Belém; Banquete no Palácio Nacional da Ajuda; Deslocações à Assembleia da República, encontro com o Primeiro-Ministro em São Bento e receção na Câmara Municipal de Lisboa pelo Presidente e Vereação onde são entregues, ao Chefe de Estado, as chaves da cidade.

A partir do momento em que o Chefe de Estado (e Senhora) aterra em território português, na base militar de Figo Maduro, é recebido a bordo pelo Embaixador do país acreditado em Lisboa e pelo Chefe do Protocolo do Estado que acompanha na descida do avião. No solo, uma pequena comitiva de cerca de seis a sete pessoas, aguarda o Chefe de Estado para apresentar cumprimentos. Esta comitiva, composta por representantes quer da Presidência da República como do Primeiro-Ministro e ainda da Embaixada do país visitante cumprimenta o Chefe de Estado e caso a chegada seja antes do pôr-do-sol, o que aconteceu com todas as visitas oficiais que acompanhei, exceto a visita do Presidente da República da Indonésia que aterrou já de noite, esta apresentação de cumprimentos, é acompanhada por prestações de honras militares formando-se alas de cortesia de cada lado do tapete vermelho.

É designado habitualmente um Ajudante de Campo para o Chefe de Estado visitante que se apresenta durante a chegada e o acompanhará nos atos oficiais seguintes. Nesta fase, forma-se o cortejo automóvel que transportará o Chefe de Estado e toda a sua delegação.

O cortejo automóvel, previamente elaborado pela segurança pessoal do país visitante e visitado, não é mais do que uma cápsula de segurança que envolve a viatura presidencial e que a acompanha para todas as deslocações oficiais que serão feitas em Portugal.

Das seis visitas de Estado que pude acompanhar, o primeiro dia foi sempre reservado à instalação e programa privado dos mesmos, exceto a visita de Suas Majestades o Rei e a Rainha de Espanha, uma vez que estiveram Portugal apenas por algumas horas. Contrariando Bouza Serrano quando refere que “*Dependendo da hora de chegada e do tempo disponível, podem realizar-se, no*

⁶⁰Visita de Estado de Sua Excelência o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, Enrique Peña Nieto e a Senhora Angélica Rivera Peña; Visita de Estado de Suas Majestades os Reis de Espanha; Visita de Estado de Sua Excelência o Presidente da República de Moçambique, Armando Guebuza e Senhora Maria da Luz Guebuza, Visita de Estado de Sua Excelência o Presidente da República da Colômbia, Visita de Estado de Sua Excelência o Presidente da República Federal da Alemanha, Joachim Gauck e a Senhora Daniela Schadt; Visita de Estado de Sua Excelência o Presidente da República da Indonésia, Susilo Bambang Yudhoyono e a Senhora Ani Bambang Yudhoyono.

caso das visitas de Estado, no primeiro dia, as honras militares na Praça do Império”– Mosteiro dos Jerónimos, aquilo que acompanhei no Protocolo do Estado, leva-me a afirmar que o programa em todos os casos, mesmo com tempo disponível começa a ser cumprido apenas no segundo dia da visita oficial. Não tive também oportunidade, de acompanhar nenhuma visita onde se cumprissem honras militares como as referidas por Bouza Serrano⁶¹, “Dependendo da hora de chegada e do tempo disponível, podem realizar-se, no caso das visitas de Estado, no primeiro dias, as honras militares na Praça do Império com desfile de tropas em parada, antecedida pelos hinos (estrangeiro e A' Portuguesa) com 21 salvas desde um navio ancorado no Tejo, revista de tropas, o que pressupõe tempo disponível e uma preparação especial (v.g. - convites para a tribuna, honras militares às Altas Autoridades do Estado que a elas têm direito, dita de tempo à chegada, bandeiras nacionais do país convidado nos mastros fronteiros ao Mosteiro dos Jerónimos)”.

O cumprimento do programa oficial no segundo dia de visita de Estado, começa com a Cerimónia de deposição de flores no túmulo de Luís de Camões⁶² no Mosteiro dos Jerónimos.

À chegada, o Chefe de Estado é acompanhado pelo Chefe do Protocolo do Estado e recebido pela diretora do Mosteiro dos Jerónimos e pelo Prior de Santa Maria de Belém. Entram no mosteiro, por uma passadeira vermelha avançando até à frente do túmulo. Dois militares da Polícia do Exército transportam a coroa de flores até ao túmulo, nesse momento, o Chefe de Estado dirige-se ao mesmo ajusta as fitas da coroa (deverão ter a cor do país visitante), retoma a posição inicial e cumpre-se um minuto de silêncio. O Comandante do pelotão, ordena “apresentar armas”, logo seguido do “toque de homenagem aos mortos”. O “toque de alvorada” encerra a cerimónia. Ainda no Mosteiro dos Jerónimos, o Chefe de Estado, visita a igreja e o claustro onde assina o Livro de Honra.

A delegação desloca-se neste momento para o Palácio de Belém antecipando a chegada do Chefe de Estado visitante. É recebida pelo Chefe da Casa Civil do Presidente da República e pela Assessora para as Relações Internacionais do Presidente da República.

Procurando-se uma consonância entre o Protocolo do Estado e a Segurança, para que todos os horários sejam impreterivelmente cumpridos, começa-se a preparar a saída do Chefe de Estado visitante. Desloca-se de automóvel, faz-se acompanhar por uma escolta do esquadrão de cavalaria da Guarda Nacional Republicana, até ao Palácio de Belém.

É recebido pelo Presidente da República e pela Primeira-Dama que aguardam a sua chegada no Pátio dos Bichos iniciando as primeiras honras militares da visita, uma vez que, tal como dito anteriormente as mesmas não terão sido prestadas no primeiro dia com forças em parada, na versão Praça do Império.

61 Vide, José Bouza Serrano, *Livro do Protocolo do Estado*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2011. pp. 81

62 A descrição desta cerimónia não será mais do que sumária, uma vez que acompanhei apenas a sua preparação mas nunca nela participei. Para uma consulta de toda a encenação, consultar José Bouza Serrano, *Livro do Protocolo do Estado*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2011

Seguem-se momentos de rico simbolismo iniciados com a saudação da bandeira nacional, o toque dos hinos do país visitante seguido d'*A Portuguesa* (Fig. 1) e por último, os Chefes de Estado passam revisão à Guarda de Honra (Fig. 2).

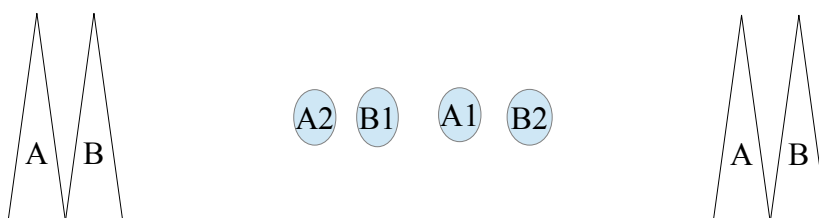


Fig. 2 Visita de Chefe de Estado ao Palácio de Belém



Fig. 3 Revista à Guarda de Honra

No caso de o Chefe de Estado visitante se fazer acompanhar pela Senhora, a Primeira-Dama de Portugal acompanhá-la-á a partir deste momento, aguardando junto da entrada principal do Palácio de Belém, que os Chefes de Estado, guiados pelo Chefe do Protocolo, se dirijam à Sala das Bicas onde é registada a fotografia de família, numa moldura de bandeiras de ambos os países num esquema idêntico ao abaixo apresentado:



Esquema 1 Fotografia Oficial, Visita de Estado: A- Bandeira Nacional Portuguesa; B – Bandeira Nacional país visitante; A1 – Chefe de Estado de Portugal; A2 Primeira- Dama Portugal; B1 – Chefe de Estado Visitante; B2 – Senhora Visitante

Segue-se a assinatura do Livro de Honra (Fig.4) numa mesa junto da Sala Dourada. A acompanhar este ato estão os casais presidências, as guardas de honra e os mordomos do palácio a auxiliar os movimentos com a cadeira do Chefe de Estado.



Fig. 4 Assinatura Livro de Honra

Na Sala Dourada, já se encontra a delegação portuguesa colocada por ordem de precedência que será apresentada ao Chefe de Estado visitante pelo Chefe do Protocolo ou pelo Presidente da República se este assim o preferir. A delegação visitante, disposta também por ordem de precedência aguarda na sala seguinte, Sala do Império onde será apresentada ao Presidente da República e Senhora pelo seu homólogo.

Os dois casais, dirigem-se à Sala dos Embaixadores, acompanhados por alguns elementos de ambas as delegações, onde trocam presentes e condecorações, se previamente acordado em missão preparatória. A partir daqui, os casais dirigem-se ao Gabinete do Presidente da República para um registo fotográfico.

As Senhoras, saem para o programa a elas reservado, de cariz lúdico, solidário, de acordo com os seus principais interesses. São acompanhadas por membros de ambas as delegações, onde figuram Embaixatrizes de ambas as capitais e altos funcionários políticos. A esta comitiva, juntam-se por vezes intérpretes, caso sejam necessários.

Os Chefes de Estado, após a reunião no Gabinete do Presidente da República, dirigem-se novamente à Sala das Bicas, onde a imprensa aguarda declarações, feitas em púlpitos colocados para o efeito.

Apesar de bibliografia específica referir que é habitual realizar-se um almoço em Belém após toda a visita que é descrita acima, nas Visitas de Estado que acompanhei, apenas com o Presidente da República da Colômbia, se realizou o almoço na Sala de Jantar do Palácio de Belém. Será portanto nesse mesmo almoço que me basearei para descrever teoricamente um almoço no Palácio de Belém no âmbito de uma Visita de Estado.

Aquando da visita do Presidente da República da Colômbia a Portugal, Chefe de Estado e delegação, almoçaram na Sala de Jantar do palácio. Um almoço que não terá ultrapassado as 16 pessoas reunindo altos funcionários políticos.

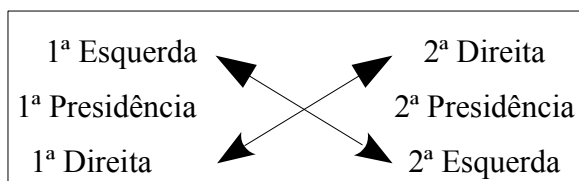
Se a Visita de Estado incluir um ato oficial na residência do Primeiro-Ministro, o mesmo não irá a Belém participar no almoço, caso a Visita de Estado seja mais curta, tal como aconteceu durante o périplo do Presidente da Colômbia por diversas capitais europeias, esta será então uma oportunidade para que o Chefe de Estado visitante se sente à mesa com o mais alto funcionário do governo. O Vice-Primeiro-Ministro, o Ministro dos Negócios Estrangeiros, bem como membros da Casa Civil e da Casa Militar do Presidente da República serão habituais convidados neste contexto.

No exemplo referido, os convidados reuniram-se em torno de uma mesa retangular, apresentada na Figura 5, onde a presidência é feita ao centro, seguindo o modelo francês⁶³, 1ª

63 Vide, José Bouza Serrano, op. Cit. pp. 237; Apêndice II in José Calvet de Magalhães, *Manual Diplomático* pp. 234

presidência: Presidente da República e 2ª presidência: Presidente da República da Colômbia – assinalados a azul).

Os restantes convidados posicionam-se segundo o modelo cruzado:



Esquema 2 Precedência na mesa

Este, foi um almoço a que assistiram um grande número de altas entidades, neste caso, do lado português todas as entidades⁶⁴ têm cargos legislados na lei das precedências o que tornou mais simples o posicionamento à mesa. Já do lado da Colômbia, (assinalado em caixa vermelha), alguns cargos diferem daqueles para os quais existe lei. Neste caso, um exercício de paralelo entre cargos portugueses e do país visitante alia-se às regras de cortesia que não sendo oficiais ajudam no momento de organizar uma mesa.

Dever-se-à ter igual atenção e , sempre que possível intercalar homens e mulheres, entidades portuguesas e estrangeiras procurando uma maior harmonia sempre que for possível.

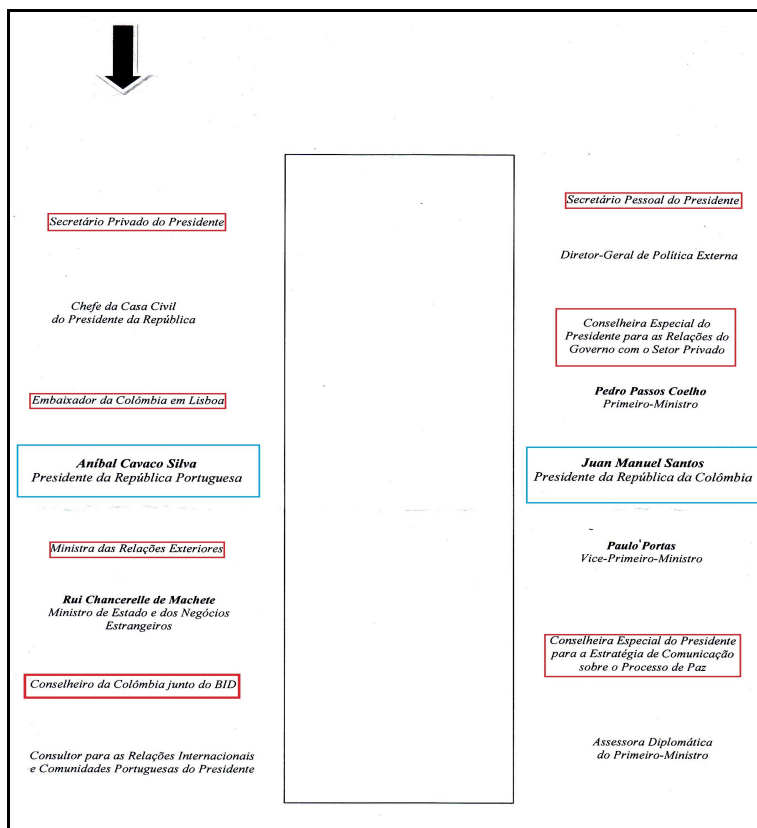


Fig. 5 Mesa de Almoço no Palácio de Belém - Visita de Estado

⁶⁴ Convidados portugueses ordenados e numerados segundo a posição dos seus cargos na Lei das Precedências – Presidente da República (1); Primeiro-Ministro (3); Ministro dos Negócios Estrangeiros (7); Vice-Primeiro-Ministro (9); Chefe da Casa Civil do Presidente da República (25); Diretor-Geral (45); Consultor para as Relações Internacionais e Comunidades Portuguesas do Presidente da República e Assessora Diplomática do Primeiro-Ministro (52).

Terminado o almoço Chefe de Estado visitante, é acompanhado à saída onde está o cortejo preparado para o transportar até à Assembleia da República, local do próximo ato oficial.

A receção na Assembleia da República é bastante idêntica ao que já foi descrito no Palácio de Belém. O Chefe de Estado visitante, é aguardado na escadaria Nobre por uma comitiva oficial. Nessa comitiva oficial encontra-se o Presidente da Assembleia da República, o Secretário-Geral e o Chefe de Gabinete e Assessor Diplomático que vão ao encontro do Chefe de Estado visitante que chega nesta altura. Os hinos ouvem-se novamente, pela mesma ordem do que aconteceu no Palácio de Belém, o estrangeiro seguido d'*A Portuguesa*, passa-se revista às tropas e o cortejo, agora composto também pelos Embaixadores de ambos os países seguem pela escadaria Nobre, pelos Passos Perdidos chegando à Sala das Visitas onde os aguardam os representantes dos Grupos Parlamentares entre outros elementos com relações entre a Assembleia da República e o país visitante como é o caso dos Deputados do Grupo da Amizade. Neste momento, assina-se o Livro de Honra da Assembleia e trocam-se eventuais presentes.

Na sala, a delegação dispõe-se por ordem de precedência, dando os últimos lugares ao Protocolo da Assembleia da República, departamento que tem funções similares às do Protocolo do Estado mas são apenas exercidas na Assembleia ou em eventos da mesma onde o Presidente da República não participe.

O encontro tem uma duração aproximada de uma hora, findo o mesmo, forma-se o cortejo automóvel do início, o Chefe de Estado visitante abandona a Assembleia da República seguindo o programa. Várias poderão ser as versões de programa adotadas de seguida, desde programas privados, compromissos de cariz económico como fóruns empresariais ou continuação do programa oficial. Aqui, será relatado apenas o programa oficial e portanto, um dos momentos seguintes é a deslocação do Chefe de Estado à Câmara Municipal.

A cerimónia na Câmara Municipal, é habitual mas não obrigatória em todas as visitas de Estado, apenas na Visita do Presidente da República da Indonésia pode-se testemunhar este ato oficial.

Realiza-se habitualmente nos Paços do Concelho onde o Presidente da Câmara aguarda o Chefe de Estado à entrada. Há honras militares, ouvem-se os hinos nacionais num esquema igual ao já descrito na Assembleia da República. O cortejo, composto agora pela delegação do país visitante e por membros da Câmara Municipal (Presidente da Assembleia Municipal e Vereadores), dirige-se à Sala Nobre onde é entregue ao Chefe de Estado a chave da cidade, sendo este o momento de maior simbolismo nesta cerimónia. Após os discursos habituais, o cenário é similar ao que se passa no Palácio de Belém com a assinatura do Livro de Honra da cidade e troca de presentes, se previamente acordado em reuniões preparatórias.

Esta é uma cerimónia muito simples, com duração de cerca de meia hora, terminando com o Presidente da Câmara a despedir-se do Chefe de Estado novamente na entrada onde o aguarda o cortejo automóvel.

Nesta mesma noite, decorre o Jantar oferecido pelo Presidente da República e Senhora em honra do Chefe de Estado visitante⁶⁵.

Este, é um jantar que tem lugar no Palácio Nacional da Ajuda⁶⁶, contanto com cerca de 180 pessoas. Convidados que pertencem não só às duas delegações oficiais mas também do mundo empresarial, político e muitas vezes do espetáculo, dependendo do país visitante e dos objetivos que motivaram a visita. O traje, habitualmente escuro e vestido curto, com a possibilidade de smoking e vestido longo, é deixado à escolha da comitiva visitante no entanto previamente definido em reuniões preparatórias e comunicado nos convites enviados.

Quando se é convidado para um jantar de Estado, há em primeiro lugar um contacto telefónico por funcionários do Protocolo do Estado. Transmite-se que, por parte do Presidente da República se deseja a sua comparência (dependendo de vários fatores sozinho ou acompanhado), no jantar de Estado que terá lugar no dia x, pelas x horas⁶⁷, no Palácio Nacional da Ajuda. No caso da resposta ser afirmativa, na hora ou num curto prazo de tempo definido pelo Chefe do Protocolo, é enviado um convite (Fig. 6) timbrado pela Presidência da República em seu nome individual e do seu cônjuge se for caso disso, confirmando a data, hora, e o traje.



Fig. 6 Convite timbrado - Presidência da República

⁶⁵ O Almoço em honra de Suas Majestades os Reis de Espanha, é um evento similar ao Jantar em honra de Chefes de Estado, no entanto farei uma apreciação do mesmo em momento posterior por ter tido algumas diferenças assinaláveis.

⁶⁶ Vide, Anexo p. 110

⁶⁷ As horas a que os convidados deverão comparecer dependem de cada um. Para convidados fora das delegações oficiais, é geralmente pedido que estejam presentes meia hora antes do início do jantar, assim pode formar-se a fila de cumprimentos ao Presidente da República com a devida antecedência

Por questões de segurança, o convite é solicitado à entrada do palácio. Os convidados deverão chegar pelo pátio, sendo encaminhados para uma mesa onde lhes é entregue um cartão de mão com a indicação da mesa e lugar que lhe foram destinados para a Sala dos Grandes Jantares. Juntamente com o cartão de mão, os convidados recebem também um cartão com o seu nome e cargo para que seja entregue ao funcionário do Protocolo que o anunciará nos cumprimentos ao Chefe de Estado na Sala do Trono.

O Chefe de Estado e Senhora, acolhem junto da entrada principal, os seus homólogos onde são feitas as fotografias de família (Fig. 7).



Fig. 7 Fotografia Oficial Casais Presidenciais

Em seguida, os casais presidenciais guiados pelo Chefe do Protocolo para a Sala dos Últimos Quartos D'El-Rei onde, juntamente com uma pequena comitiva oficial tomarão os aperitivos antes de se juntarem aos restantes convidados na Sala do Trono onde serão apresentados cumprimentos (Fig. 8). Os convidados formam uma fila, preparando o cartão dado à entrada para que sejam anunciados ao Chefes de Estado e Senhoras que se encontram alinhados numa moldura feita pelos membros da Casa Civil e Militar.



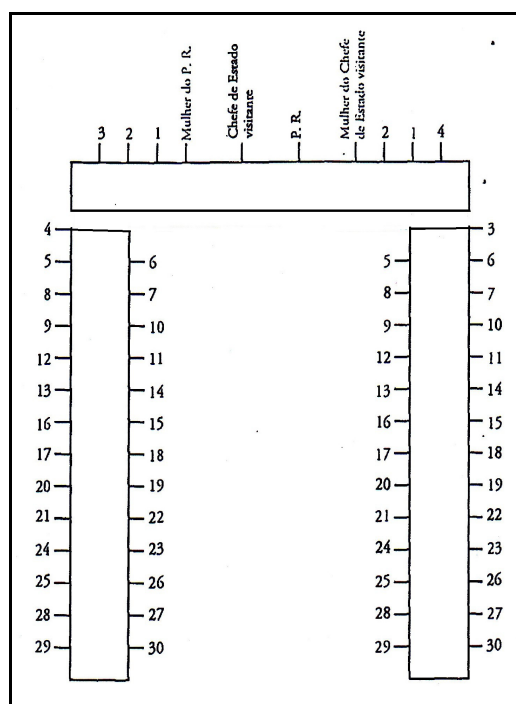
Fig. 8 Apresentação de cumprimentos aos Chefes de Estado
no Jantar Oficial de Visita de Estado

Após este primeiro contacto entre os convidados e os casais presidenciais, dá-se entrada na Sala dos Grandes Jantares onde cada um deverá tomar o seu lugar⁶⁸ e aí aguardar de pé pela entrada dos Chefes de Estado. A entrada é feita em cortejo, ouvem-se os hinos nacionais (executados pela banda da G.N.R na Sala D. Luís) e só depois a sala se pode sentar para ouvir o discurso do Presidente da República (debaixo dos marcadores dos convidados visitantes encontra-se o discurso em língua estrangeira) que deverá saudar o convidado de honra, fazer uma síntese do estado das relações bilaterais e votos de prosperidade para o país visitante. Precede-o um brinde em pé com vinho do Porto ou vinho da Madeira. Posteriormente o discurso resposta do Chefe de Estado visitante (também traduzido para língua portuguesa), com um agradecimento pelas honras recebidas na visita, uma reafirmação das relações bilaterais e votos de prosperidade para o país. No final, um segundo brinde à imagem do primeiro, dando-se início ao jantar.

A Sala dos Grandes Jantares (Fig. 9) durante os banquetes presenciados, à exceção do Almoço em honra de Suas Majestades os Reis, contou com três mesas em esquema de precedência⁶⁹ apresentado no Esquema 3. Na Mesa Principal, o Chefe de Estado anfitrião, ocupou o lugar central da mesa ficando à esquerda do Chefe de Estado visitante, colocando-se a Senhora anfitriã à direita do visitante e a senhora visitante à esquerda do anfitrião. Os restantes lugares são sempre ocupados por altas entidades quer portuguesas quer visitantes. A Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, o Vice-Primeiro-Ministro e Ministros convidados com direito a



Fig. 9 Sala dos Grandes Jantares, vista parcial



Esquema 3 Mesas de um Jantar Oficial

⁶⁸ No lugar de cada convidado encontra-se, um programa do jantar que especifica todas as atuações artísticas da noite Anexo p.111, a ementa do jantar e um discurso traduzido Anexo p. 112

⁶⁹ Esquema de mesa baseado no Apêndice II , Nº 16 pp. 241, José Calvet Magalhães, Manual Diplomático.

respetivos cônjuges sentam-se sempre na Mesa Principal. As duas mesas corridas são protocoladas segundo a Lei das Precedências, nas regras de bom senso já mencionadas para o almoço no Palácio de Belém⁷⁰ e em qualquer indicação da Assessoria do Presidente da República que aprovará as mesas no seu esquema final.

Durante o jantar as cordas da G.N.R., interpreta várias peças de musica clássica ambientando a sala para o concerto de um artista escolhido, geralmente fado, encerrar o jantar. O café é servido em pé, na Sala D. João VI havendo aí espaço para convidados e anfitriões trocarem algumas palavras. Este é um período de especial atenção para os funcionários do Protocolo do Estado que deverão localizar na sala, os membros da comitiva convidada, ajudá-los na saída para que não percam o cortejo automóvel e, deverão também acompanhar sempre que possível as mais altas entidades presentes até à saída. Aos convidados, antecede os Chefes de Estado que abandonam a sala juntamente com as suas delegações que já precaveram o cortejo automóvel que aguarda no Pátio. Os casais presidenciais fazem juntos o percurso até à porta e aí cada um toma o seu cortejo e abandona o Palácio. Com o Banquete no Palácio Nacional da Ajuda, termina habitualmente a participação do Presidente da República na visita de Estado.

Terminado o programa oficial e caso já não haja programa privado previamente acordado, o Chefe de Estado e a sua delegação, partem para o aeroporto de Figo Maduro (caso a partida seja em avião militar ou voo privado).

Na placa junto ao avião, é estendida uma passadeira vermelha, apresentando cumprimentos de despedida uma pequena comitiva, composta habitualmente pelo Embaixador do país visitante em Portugal, o Embaixador de Portugal no país visitante, o Chefe do Protocolo do Estado, o Assessor Diplomático do Presidente da República e/ou do Primeiro-Ministro e a equipa do Protocolo do Estado destacada para esta visita. Este é o ultimo ato oficial, após levantar voo e ficando assegurado pelo aeroporto que o avião terá saído de zona portuguesa, a visita de Estado está oficialmente terminada.

No Protocolo do Estado, a equipa que participou na preparação da visita terá organizado conjuntamente um arquivo que permanecerá para uso e memória.

70 Vide supra p.46

2 - Visita de Estado: Suas Majestades os Reis de Espanha

Na visita de Estado de Suas Majestades os Reis de Espanha, não se realizou o habitual Jantar no Palácio Nacional da Ajuda. A estadia em Portugal apenas por horas, impossibilitou que se seguisse o habitual programa, organizando-se um almoço em honra de Suas Majestades no Palácio Nacional de Queluz. Este almoço, muito similar ao jantar já descrito no Palácio Nacional da Ajuda, teve algumas diferenças assinaláveis. A lista de convidados, vai para além do mundo político e económico, a sociedade civil e membros de casas reais portuguesas como o Príncipe de Orleães e Duque do Cadaval e a Princesa de Orleães e Duquesa do Cadaval; o Duque de Bragança e a Duquesa de Bragança fizeram neste dia parte dos convidados do Presidente da República.

Os Chefes de Estado, receberam Suas Majestades no portão principal do Palácio de Queluz onde foi tirada a fotografia oficial (Fig. 11), num esquema igual



Fig. 10 Fotografia Oficial exterior

ao de visitas de Estado de países não monárquicos no entanto como aconteceu no exterior não existem os estandartes com as bandeiras de cada país como apresentado no Esquema 1⁷¹.

Após a habitual fotografia, o percurso até ao interior do Palácio de Queluz, foi feito a pé pelos jardins, onde a Escola portuguesa de Arte Equestre brindava os casais com um espetáculo, à medida que iam avançado. A entrada no Palácio de Queluz foi feita para a Sala do Piano onde os convidados aguardavam para a apresentação de cumprimentos. Desde a chegada de Suas Majestades, até ao momento dos cumprimentos houve presença da imprensa, o que demonstra não só o mediatismo desta visita, como francas diferenças em relação a um habitual almoço/jantar de Estado onde a mesma nunca é autorizada a estar presente.

A apresentação de cumprimentos, decorre da forma já descrita relativamente ao Presidente da República e Senhora devendo os convidados dirigir-se da seguinte forma, “Senhor Presidente”, “Minha Senhora” um aperto de mão e uma inclinação de cabeça. No cumprimento a Pessoas Reais, os homens deverão estar em posição direita, de cabeça baixa e queixo ao peito, cumprimentando de mão estendida Sua Majestade o Rei de Espanha, e beijando a mão de Sua Majestade a Rainha de

71 Vide supra p. 44

Espanha, as senhoras cumprimentam de forma idêntica Rei e Rainha com uma genuflexão controlada.

Findo os cumprimentos, forma-se o cortejo para a sala de almoço que para além da mesa principal com a composição igual à do Palácio Nacional da Ajuda, tem cerca de 12 mesas redondas protocoladas substituindo-se as habituais mesas corridas. Nos lugares, de cada um dos convidados há igualmente um programa ⁷² e um discurso traduzido.

Com os convidados sentados, o Presidente da República iniciou o discurso precedido por um brinde e seguido pelo discurso de resposta de Sua Majestade o Rei de Espanha e o brinde final (Fig. 12) antes de se iniciar o almoço.



Fig. 11 Brinde - Almoço Oficial

O café, servido em pé de novo na Sala do Piano é acompanhado por uma breve troca de conversas, repetindo-se a saída pelo mesmo trajeto da entrada.

Em suma, muito poucas são as diferenças notadas entre almoço ou jantar caso os convidados sejam também eles iguais, no entanto, no caso descrito houve vários fatores distintos ao habitual por se tratar de convidados reais. O espaço, o Palácio Nacional de Queluz é por norma o palácio escolhido quando são Convidados Reais e que com longos jardins e com um dia ensolarada permitiu o desfile dos casais até ao interior onde já os convidados aguardavam a chegada, ajudando o cenário para a imprensa presente. As formas de tratamento distintas no ato de cumprimentar como já observado, os títulos utilizados para se referir, “Sua Majestade, o Rei/a Rainha” e com pessoas reais, deve sempre falar-se na forma verbal da terceira pessoa “Vossa Majestade”.

72 Vide Anexo p.112

3 - Cerimónia de Apresentação de Cumprimentos de Ano Novo do Corpo Diplomático Acreditado em Portugal

Esta é uma cerimónia que todos os anos envolve Presidência da República, Governo e Corpo Diplomático acreditado em Portugal.

O Protocolo do Estado, colabora com a Assessoria Diplomática do Presidente da República dando forma a uma cerimónia envolta de cerimonial e cortesia. Acordada e comunicada uma data para o evento, o Protocolo do Estado emite uma Nota Verbal⁷³, a todas as Embaixadas Residentes e Não Residentes acreditadas em Lisboa com os pormenores do ato. O Chefe de Missão, usa um fraque, idêntico ao que se passa no momento da entrega de Cartas Credenciais, poderá vir acompanhado do cônjuge. À exceção do Decano ou Vice-Decano, caso o primeiro esteja impossibilitado de se fazer representar na cerimónia como aconteceu a 20 de Janeiro de 2015, todos os membros do Corpo Diplomático deverão chegar ao Palácio Nacional de Queluz às 11 horas, posicionando-se na Sala da Música por ordem de precedência com o auxílio dos funcionários do Protocolo do Estado.

Uma vez não estando presente o Núncio Apostólico, a cerimónia passa a ser organizada com o Vice-Decano à data, o Embaixador de San Marino. Este, deverá chegar dez minutos depois do restante Corpo Diplomático sendo-lhe prestadas honras, executando-se o hino do país, seguido d'*A Portuguesa*. A Secretária-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros é a primeira Alta Entidade a chegar, cinco minutos depois o Ministro dos Negócios Estrangeiros que é acompanhado pelo Subchefe do Protocolo até à sala onde já se encontra a primeira – Sala D. Maria. O Presidente da República e a sua comitiva, composta pelo Chefe da Casa Civil, Chefe da Casa Militar, Assessora Diplomática, Assessor Militar, Consultores para as Relações Internacionais e elementos de Segurança Pessoal, chegam dez minutos depois, uma fita de tempo controlada numa parceria comum entre Protocolo do Estado e Segurança. O Chefe do Protocolo, juntamente com o Secretário-Geral da Presidência e a Diretora do palácio, aguardam a chegada do Presidente da República na porta da Varejona, dirigindo-se posteriormente para a Sala D. Maria onde são aguardados.

Na Sala de Espelhos, todas as entidades que aguardavam na Sala D. Maria são colocadas agora na ordem apresentada na figura 11, ocupando o lugar central o Presidente da República o único a ser cumprimentado pelo Corpo Diplomático.

73 Vide infra p.38



Fig. 12 Esquema e fotografia, moldura Altas Entidades

O Vice-Decano, neste dia representante de todo o Corpo Diplomático, lê a mensagem de Ano Novo à qual o Presidente da República responde sempre em língua portuguesa. Findo o discurso iniciam-se os cumprimentos, primeiro o Vice-Decano, seguido dos restantes Chefes de Missão dispostos em semi-círculo (Fig. 12).



Fig. 13 Corpo Diplomático

À medida que vão sendo cumprimentados, saem da Sala dos Espelhos, e aguardam na Sala da Música onde é servido um Porto. Terminado este momento, o Presidente da República e a sua

comitiva abandonam o Palácio Nacional de Queluz, acompanhados até ao cortejo automóvel pelo Chefe e Subchefe do Protocolo do Estado. Todos os outros convidados saem pela mesma porta por onde terão chegado.

4 - Concerto e Jantar em Honra do Corpo Diplomático

O Concerto e Jantar em Honra do Corpo Diplomático oferecido pelo Presidente da República e Senhora, realiza-se no Palácio Nacional da Ajuda. É um ato oficial realizado no início de cada novo ano, geralmente na noite ou na noite do dia seguinte aos cumprimentos de Ano Novo, referido nas páginas anteriores, conjugando assim a presença da maioria do Corpo Diplomático em Lisboa nos dois atos. Para além dos Embaixadores Residentes e Não Residentes que representam todos os países acreditados em Portugal, também os Representantes da C.P.L.P., da América, Ásia e Oceânia são convidados para este momento. Membros da Presidência da República, do Governo e os seus respetivos cônjuges fazem parte da lista de convidados desta receção oficial.

Nos moldes de um jantar em honra de um Chefe de Estado, o Protocolo do Estado organiza este concerto e jantar. As Embaixadas são avisadas através da Nota Verbal enviada a propósito dos Cumprimentos de Ano Novo, os restantes convidados são informados telefonicamente sendo enviado o convite timbrado a todos mediante aceitação. O traje habitual nesta cerimónia é vestido comprido para as senhoras, os senhores deverão usar smoking.

Os convidados, deverão chegar ao Palácio Nacional da Ajuda pelas 19 horas pela Porta Principal, estando os funcionários do Protocolo a acolhe-los. Tratando-se de um jantar volante, não há cartões de mão e mesa para serem recolhidos, como acontece habitualmente em jantares oferecidos pelos Presidente da República.

A comitiva presidencial, chega pelas 19.25h à porta dos Archeiros onde o Chefe do Protocolo do Estado e o Diretor do Palácio aguardam. Forma-se um cortejo e o Presidente da República e Senhora são encaminhados para a Antiga Sala do Bilhar onde se iniciam os cumprimentos ao Corpo Diplomático e cônjuges que já se encontram ordenados pela precedência ao longo das salas seguintes, Sala do Retrato da Rainha D. Maria Pia, Sala das Senhoras do Corpo Diplomático, Sala do Corpo Diplomático, e por fim Sala do Trono⁷⁴.

Depois dos cumprimentos, os presentes dirigem-se à Sala D. Luís onde os convidados já terão tomado os seus lugares na plateia aguardando o concerto. O Presidente da República e Senhora, são acompanhados ao lugar, é-lhes entregue um programa⁷⁵ com a descrição do artista e das peças a serem executadas, dando-se início ao espetáculo.

A plateia para esta ocasião, tem as duas primeiras filas protocoladas. Na primeira, o lugar central é do Presidente da República, à sua direita, o Ministro dos Negócios Estrangeiros e respetiva Senhora, seguida do Vice-Decano Embaixador de San Marino, o Ministro da Defesa Nacional, Ministro da Economia e sua Senhora, Ministro da Saúde e cônjuge. À esquerda do Presidente da

⁷⁴ Vide Anexo p. 110

⁷⁵ Vide Anexo p. 115

Republica, está a Primeira-Dama, o Vice-Primeiro-Ministro, o Embaixador da Venezuela representando o segundo Embaixador há mais anos acreditado em Portugal, a Ministra da Administração Interna, a Ministra da Agricultura e cônjuge.

Na segunda fila, sentam-se os membros da Casa Civil e Militar do Presidente da República, Secretários de Estado do Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Secretária-Geral do mesmo. Os restantes lugares desta fila e das filas consequentes estão reservados ao Corpo Diplomático que se dispõe à sua vontade.

Terminado o concerto, o casal presidencial e os convidados formam um cortejo deslocando-se para a Sala D. João IV⁷⁶ e a Sala de Baile D. João VI⁷⁷ onde está servido o jantar. Uma vez volante, este jantar é composto por uma ementa muito variada apropriada ao evento, apresentando-se duas mesas corridas ao longo das duas salas onde cada um poderá escolher o que mais lhe aprazer degustar. Na Sala do Trono⁷⁸, o quarteto de cordas da G.N.R executa peças ao longo de toda a refeição, criando-se um ambiente acolhedor.

A circulação de todos os convidados neste tipo de jantares está bastante mais facilitada, formando-se assim núcleos de conversa e troca de impressões entre o Casal Presidencial e os presentes. Terminada a refeição, o café é servido em pé, juntamente com as sobremesas e Bolo Rei, característico da época do ano.

O Chefe do Protocolo do Estado, junta-se ao Presidente da República e respetiva comitiva, esperando a intenção de findar o banquete. Forma-se um cortejo idêntico ao da chegada, até aos automóveis que aguardam no Pátio. As Altas Entidades e convidados, saem de seguida também pelo Pátio estando terminado o jantar.

76 Vide Anexo p.110

77 Vide Anexo p.110

78 Vide Anexo p.110

5 - Chá no Palácio de Belém

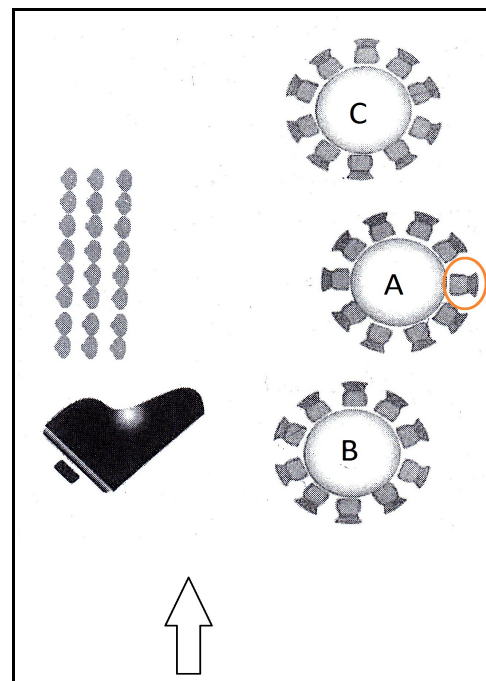
Os chás no Palácio de Belém, revestem-se de características singulares em relação a qualquer receção oficial. São realizados pela Primeira-Dama, no Palácio de Belém com dois objetivos habituais. Um deles, a beneficência através da angariação de fundos ou a angariação de pessoas para organizar eventos posteriores como é exemplo o Bazar Diplomático – evento que ocorre habitualmente no Natal onde é feita uma feira com representação das diversas embaixadas em Portugal que vendem produtos nacionais revertendo os fundos para obras de caridade. Outro dos objetivos, é o acolhimento e criação de redes de contactos entres a Presidência da República e as Embaixatrizes Estrangeiras em Lisboa. Assim, realiza-se no Palácio de Belém um Chá organizado pela Presidência da República e com a colaboração do Protocolo do Estado.

A anfitriã – Primeira-Dama acolhe as suas convidadas junto do Museu da Presidência, onde se inicia a tarde com uma visita guiada pela história da República em Portugal. Terminada esta, o percurso até ao terraço sul do Palácio de Belém é feito a pé e aí é tirada uma fotografia oficial. As convidadas, entram por uma das salas do palácio onde a anfitriã explica tapeçarias, pinturas, esculturas e todo o espólio riquíssimo e na sua maioria de artistas portugueses, presentes na morada oficial do representante da democracia portuguesa. Percorrem-se entre duas a três salas antes de chegar à Sala de Jantar do palácio onde dispostos numa longa mesa de madeira estão vários exemplos de doces regionais portugueses (bolo-rei, pastéis de nata, tortas de Azeitão, pudim de ovos...), de salgados e de chá açoriano. Aí, a anfitriã, caso as suas convidadas sejam Embaixatrizes Estrangeiras, dá uma breve explicação daquilo que se irá degustar durante o Chá português.

Despertadas as curiosidades e distribuídos os cartões de mão, a comitiva passa para a sala adjacente, Sala Dourada onde se encontram dispostas as mesas protocoladas num esquema idêntico ao da figura 11. A ordem, no caso do Chá ser com Embaixatrizes estrangeiras em Lisboa, faz-se segundo o quadro de precedências do corpo diplomático⁷⁹ uma vez que os cônjuges dos membros do Corpo Diplomático, que gozam das mesmas imunidades dos seus maridos/mulheres, têm direito a igual precedência. No caso das restantes convidadas, se estas forem da assessoria da Presidência da República, terão o seu lugar legislado na Lei das Precedências, em caso de haver elementos cujo o cargo não está legislado, apela-se novamente ao bom senso de modo a que se crie uma harmonia agradável dentro de cada mesa. Deverá sempre ter-se em especial atenção a mesa principal (Esquema 4 – A) onde se senta a Primeira-Dama e anfitrião deste evento (Esquema 4, lugar assinalado a laranja). 32

⁷⁹ Vide p.32 e <http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-dos-negocios-estrangeiros/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/corpo-diplomatico-acreditado-em-portugal/livro-do-corpo-diplomatico-acreditado-em-portugal.aspx> pp. 4-9

Cada lugar, à semelhança de banquetes de Estado têm um cartão de mesa nominal e um programa com informações do artista que executará entre três a cinco peças no início. O Chá, é servido por mordomos do palácio, mantendo-se as convidadas sentadas. Findo este, haverá um discurso da anfitriã que convida as convidadas a levantar-se e a receberem uma lembrança do evento. Posto isto, são recolhidos agasalhos e pertences, inicia-se o cortejo de despedida e cada uma das Embaixatrizes abandona o Palácio de Belém, geralmente com o motorista que a acompanhou ao início. A anfitriã aguarda a saída de todas as convivas, recolhendo-se depois.



Esquema 4 Mesas Chá no Palácio de Belém

6 - Cerimónias Comemorativas do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas

Guarda, 2014

A minha chegada ao Protocolo do Estado, aconteceu durante a grandiosa preparação das Cerimónias Comemorativas do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas. Recentemente chegada, desconhecendo o serviço no qual iria passar os próximos seis meses, que depois vieram a ser nove, percebi naquele momento, que iria fazer parte do maior evento do ano que envolve Protocolo do Estado, Presidência da República, Câmara Municipal da Guarda, Exército, Força Aérea e Marinha.

Todas as missões preparatórias já haviam acontecido, já se tinha feito o reconhecimento dos locais onde o evento iria acontecer, dos hotéis onde todos se iriam alojar durante a estadia na Guarda. Muitos dos percursos tinham sido percorridos, todos os cenários ensaiados com a maior precisão para que os dias 9 e 10 não trouxessem qualquer surpresa. Depois, concluí que trouxeram e que todos os outros eventos oficiais em que havia participado e que muitos já enumerei nas páginas acima, trouxeram sempre e aprendi que um dos mais importantes trabalhos dos funcionários do Protocolo é precisamente gerir os imprevistos de modo a torná-los invisíveis.

Há muitos meses que as Cerimónias do dia de Portugal se preparavam, desde o início do ano, ouvira alguém dizer nos corredores. Agora era hora de rever as intermináveis listas de convidados, confirmar as suas presenças e voltar a contactar aqueles que ainda não tinham respondido. Elaborar os convites, as informações práticas para o Corpo Diplomático acreditado em Portugal que tem um lugar especial nestes dias.

Os preparativos nos locais, estavam já a ser feitos, montavam-se mesas, candeeiros, decoravam-se espaços e improvisavam-se salas de jantar, na outra ponta da cidade montavam-se tribunas, preparavam-se exposições e almoços.

As comemorações iriam ser na Guarda, a cidade escolhida para acolher o evento. Tal como em todos os anos, é nomeado um Presidente da Comissão Organizadora das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, em 2014, José Albino da Silva Penada foi o escolhido pelo Presidente da República. A organização é liderada pelo Secretário-Geral da Presidência da República, coordenado com o Presidente da Câmara, e com o total empenho do Protocolo do Estado.

A Missão Avançada com os funcionários do Protocolo do Estado, deslocou-se para a Guarda a 8 de Junho, chegados houve um “*briefing*” para reconhecimento de todos os locais onde nos próximos dois dias se desenrolava o evento.

O programa, para todos os envolvidos começava oficialmente dia 9 de Junho apesar de no parque da cidade, a Força Aérea e o Exército já estarem representados há uma semana, permitindo aos transeuntes conhecer de perto estas instituições.

Programa Oficial

O dia 9 de Junho, começara cedo para os funcionários do Protocolo, apesar das principais atividades para as quais estavam destacados começarem apenas ao final da tarde, havia que ultimar todos os pormenores.

As comemorações oficiais, iniciam-se às 10 da manhã com a “Cerimónia Militar do Içar da Bandeira Nacional e Guarda de Honra Militar” ao Presidente da República (Figura 13).

Segue-se uma “Cerimónia de Homenagem aos Combatentes da Grande Guerra”. Um curta cerimónia onde se faz a deposição de uma coroa de flores num monumento criado para o efeito. (Figura 14).



Fig. 14 Hastear da Bandeira Nacional



Fig. 15 Homenagem aos Combatentes mortos

Pelas 11 horas na Câmara Municipal da Guarda uma Sessão Solene de boas vindas com a presença do Presidente da República e o Presidente da Câmara Municipal.

Acontece o primeiro almoço de todo o evento, em homenagem a portugueses que se destacaram no âmbito das suas atividades ao longo do ano, um número restrito de individualidades agraciadas pelo Presidente da República.

Durante a tarde, a Inauguração de uma exposição “Arte Moderna e Contemporânea – Coleção de António Piné” abre a ordem de trabalhos à qual se segue uma visita no âmbito económico, no caso de 2014, à COFICAB galardoada com o Prémio Produto Inovação COTEC 2013.

É, ao final da tarde que o Protocolo do Estado entra em funções mais exigentes uma vez que o Corpo Diplomático acreditado em Portugal, apresenta cumprimentos ao Presidente da República.

Nesta cerimónia, encontram-se algumas semelhanças com o evento já descrito em momento anterior deste trabalho com o título “Cerimónia de Apresentação de Cumprimentos de Ano Novo do Corpo Diplomático Acreditado em Portugal ao Presidente da República”. A apresentação de cumprimentos decorre no Museu da Guarda, onde o Corpo Diplomático se dirigiu através das indicações recebidas pelo convite⁸⁰. Os funcionários do Protocolo do Estado encaminham os Chefes de Missão e respetivos cônjuges para o pátio interior, posicionando-os por ordem de precedência numa fila, aguardando a chegada do Presidente da República e da Primeira-Dama.

Os cumprimentos iniciam-se no momento registado na figura 15, onde se observa o Presidente da República e a Primeira-Dama, numa sala adjacente ao pátio interior do museu, numa moldura semelhante à apresentada na figura 11, (com membros da Casa Militar e o Ajudante de



Fig. 16 Cumprimento Chefe de Estado e Decano

Campo em fundo), onde cumprimenta o Decano do Corpo Diplomático, o Núncio Apostólico.

Cada Embaixador é anunciado ao Presidente da República por um funcionário do Protocolo, que apresenta os cumprimentos e se retira. Finda a fila, a comitiva presidencial refresca-se e descansa. Enquanto isso, o Corpo Diplomático e restantes convidados chegam ao Antigo Paço Episcopal, adjacente ao museu, onde os funcionários do Protocolo os acolhem distribuindo os cartões de mão para o jantar por ocasião das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das

⁸⁰ O Convite para as Comemorações do Dia de Portugal era composto por um envelope onde seguia diversa informação para o dia 9 e 10 de Junho tal como demonstrado no Anexo pp. 116-119

Comunidades Portuguesas. O traje previamente comunicado no convite, é vestido curto, fato preto e para os militares uniforme correspondente.

No pátio comum ao museu e ao antigo Paço Episcopal, começam a ser servidos os aperitivos. Através de estritos corredores, os convidados são encaminhados para o jantar que acontece numa sala criada para o efeito. A mesa principal, retangular, tem como convidados de honra do Presidente da República e Senhora, o Primeiro-Ministro e Senhora, a Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro e Senhora, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça, o Presidente do Tribunal Constitucional, o Presidente do Tribunal Administrativo, o Presidente do Tribunal de Contas, o Ministro da Defesa Nacional, o Presidente da Câmara Municipal da Guarda e Senhora. As restantes mesas, redondas com 9 lugares, têm convidados diversos, não só da Presidência da República e Governo, como também o Presidente da Comissão Organizadora das Comemorações do Corpo Diplomático, Militares, personalidades civis, todas elas protocoladas o que se tornou um enorme desafio uma vez que nem todos os cargos estão protocolados pela Lei das Precedências e portanto houve necessidade de criar uma ordem sem que a mesma suscita-se desagrado por parte de nenhum convidado.

Cada lugar, semelhante ao que acontece em jantares em honra de um Chefe de Estado estrangeiro, tem um cartão de mesa nominal, um programa⁸¹ e uma ementa. No final do jantar, houve ainda espaço para um espetáculo enquanto se tomava o café sentado.

Terminado, o Presidente da República, acompanhado pela Primeira-Dama, a sua comitiva e pelo Presidente da Câmara, visitou ainda as atividades militares complementares que decorriam no Parque Urbano da cidade, antes de se recolher.

O dia 10 começou no Parque Urbano da cidade onde decorre a Cerimónia Militar. Até as 9.30h todos os convidados (Membros da Presidência da República, Corpo Diplomático, Ex-Combatentes) já deverão ter ocupado as tribunas⁸² protocolarmente, aguardando a chegada das Altas Entidades. É organizada numa fita de tempo criada para o efeito permitindo que os Chefes Militares, os Ministros, o Ministro da Defesa Nacional, Presidente de Tribunais, o Primeiro-Ministro, a Presidente da Assembleia da República e o Presidente da República, cheguem separadamente de modo a receberem as Honras Militares destinadas.

O Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas e o Chefe do Protocolo, acompanham o Presidente da República e a respetiva escolta militar na sua chegada e ao seu lugar na tribuna, inicia-se a Cerimónia com uma continência por parte de todos os militares que se encontram em parada numa disposição idêntico ao do Esquema 5.

81 Vide Anexo p. 117

82 Vide Anexo p.119



Esquema 5 Parada Militar: posição das forças

Segue-se a revista às forças em parada que acontece pelo corredor entre a zona de tribunas e os militares, num automóvel onde o Presidente da República é acompanhado pelo Ajudante de Campo, também ele um militar, e pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas. No final, faz-se uma cerimónia de homenagem aos mortos num ritual expressivo pelo silêncio de centenas de pessoas que nela participam rasgado apenas pela Força Aérea no seu voo de homenagem: - toque de silêncio, - toque de homenagem aos mortos em combate, - minuto de silêncio, -sobrevoo de aeronaves em homenagem, - prece, - toque de alvorada.

A cerimónia encerra com o discurso do Presidente da República seguido do desfile das forças apeadas. Durante este ato oficial, é habitual que as principais estações de televisão estejam a transmitir em direto para todo o país, pondo civis a par da grandiosidade de rituais que envolvem Estado e Forças Militares. O protocolo seguido nesta cerimónia é tão formal que para a assistência a sensação de se estar a presenciar um momento ficcional torna-se inequívoca.

Terminada a Cerimónia Militar, as Altas Entidades, o Corpo Diplomático e alguns convidados deslocam-se para a Sessão Solene.

A Sessão Solene decorre no Teatro Municipal da Guarda, é presidida pelo mais alto representante da Comissão Organizadora das Comemorações do Dia de Portugal, sendo o convite⁸³ timbrado com o logótipo do evento. Nesta cerimónia há discursos, agradecimentos e distinções honoríficas aos que se destacaram durante o ano anterior ou durante toda a vida. No auditório, a plateia é protocolada, na coluna central, as primeiras filas são reservadas a Altas Entidades como

83 Vide Anexo p. 118

ministros, e membros do governo. As filas restantes são para entidades militares. A parte esquerda do auditório é reservada a convidados civis, na sua maioria familiares dos agraciados, a parte direita, é toda para o Corpo Diplomático, aqui apenas os dois lugares do Decano e Vice-Decano são marcados.

A cerimónia inicia-se com o Hino Nacional, seguido do discurso do Presidente da Comissão Organizadora das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas.

Segue-se o discurso do Presidente da República, ambos em palco acompanhados pela Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro, o Presidente do Tribunal Constitucional, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e o Presidente da Câmara Municipal da Guarda. Lateralmente encontravam-se todos aqueles que iriam receber distinções honoríficas no ato principal, a cerimónia de imposição de Insígnias das Ordens Honoríficas Portuguesas. Depois dos discursos, espaço para uma intervenção musical à qual se seguiu a chamada de cada homenageado para receber a sua distinção.

No lugar de cada convidado, encontrava-se um pequeno livro elucidativo da cerimónia, organizando pelas distinções o nome⁸⁴ de todos aqueles que iriam ser merecedores de louvor.

Dividido em três partes, Antigas Ordens Militares⁸⁵, Ordens Nacionais⁸⁶ e Ordens de Mérito Civil⁸⁷, era o guia de uma cerimónia que premiava os que mais se haviam distinguido em 2013.

A cerimónia termina com o Hino Nacional numa interpretação feita por um coro da região.

Todos os presentes no auditório aos quais se juntam mais convidados, encontram-se de seguida para o almoço⁸⁸ oferecido pelo Presidente da Câmara Municipal em honra do Presidente da República e Senhora. Tratando-se de um almoço em que o Presidente da República está presente, embora não seja este a oferecer, a participação do Protocolo do Estado na organização das mesas é fundamental. Nem toda a sala estava no entanto com lugares marcados, apenas a mesa principal e cerca de 15 mesas envolventes tinham lugares nominais destinados às Altas Entidades do Estado e a

84 Vide Anexo p. 119

85 As **Antigas Ordens Militares**, estavam representadas na Ordem Militar de Cristo, destinada a distinguir destacados serviços prestados ao País no exercício de funções de soberania (Artigo 13º da Lei das Ordens Honoríficas Portuguesas), Ordem Militar de Avis, destinada a premiar altos serviços militares, sendo exclusivamente reservada a oficiais das Forças Armadas e da Guarda Nacional Republicana, bem como a unidades, órgãos, estabelecimentos e corpos militares (Artigo 16º da Lei das Ordens Honoríficas Portuguesas); Ordem Militar de Santiago de Espada, destina-se a distinguir o mérito literário, científico e artístico (Artigo 22º da Lei das Ordens Honoríficas Portuguesas)

86 As Ordens Nacionais, representadas na Ordem do Infante D. Henrique, distingue quem houver prestado serviços relevantes a Portugal, no país e no estrangeiro ou serviços na expansão da cultura portuguesa ou para conhecimento de Portugal, da sua História e dos seus valores, (Artigo 25º da Lei das Ordens Honoríficas Portuguesas); Ordem da Liberdade, distingue serviços relevantes prestados em defesa dos valores da civilização, em prol da dignificação da pessoa humana e à causa da liberdade (Artigo 28º da Lei das Ordens Honoríficas Portuguesas)

87 A **Ordens de Mérito Civil**, distinguiram com a **Ordem de Mérito**, galardoando atos ou serviços meritórios praticados no exercício de quaisquer funções públicas ou privadas, que revelem abnegação em favor da coletividade (Artigo 31º da Lei das Ordens Honoríficas Portuguesas); e com a **Ordem da Instrução Pública**, galardoando altos serviços prestados à causa da educação e do ensino. (Artigo 34º da Lei das Ordens Honoríficas Portuguesas)

88 Vide Anexo p. 118

alguns convidados de honra. Também a zona destinada ao Corpo Diplomático estava reservada, embora os lugares não protocolados nominalmente.

As comemorações terminam com este almoço, sendo o final simbólico e oficial de encerramento na Cerimónia do Arriar a Bandeira Nacional na Praça da cidade.

Capítulo II

Cerimónias do Ministro dos Negócios Estrangeiros

1. Visitas de Ministros dos Negócios Estrangeiros a Portugal

Dentro das competências do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades encontram-se o acolhimento de Ministros homólogos em caso de visita oficial a Portugal. Estas visitas contam habitualmente com temas da agenda política, assinatura de acordos ou de discussões bilaterais relativas a posições tomadas na União Europeia, como foi o caso aquando da visita da Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança⁸⁹, que embora não sendo ministra tem um cargo equivalente a este na UE e portanto foi acolhida de igual forma tal como passo a descrever.

Os Ministros dos Negócios Estrangeiros convidados, chegam a Lisboa e são recebidos no Aeroporto por um elemento do Protocolo do Estado destacado para a visita, pelo Embaixador e membros da embaixada visitante, ou no caso da visita referida acima pelo Alto Representante da União Europeia em Portugal. Estas visitas, são preparadas de forma idêntica às visitas de Estado, embora com um número muito inferior de funcionários envolvido. A representação da Embaixada do país visitante é obrigatória, é com ela que se acorda o programa⁹⁰, também este similar mas mais reduzido em relação ao da visita de Estado, e todos os pormenores da estada em Portugal.

Dependendo da hora de chegada do alto membro do governo o programa só começa no dia seguinte ou se ainda houver tempo, começa no próprio dia. Se assim for, o funcionário do Protocolo encaminha o cortejo automóvel para o Palácio das Necessidades, aqui são hasteadas na fachada principal e secundária bandeiras nacionais de ambos os países. O Chefe do Protocolo aguarda o visitante ao fundo da escadaria, levando-o para a galeria nobre onde o seu homólogo português o aguarda. Caso os compromissos do Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades lhe permita, este desloca-se ao sítio de encontro com o homólogo antecipadamente para que esteja presente no acolhimento ao início da escadaria. Na galeria nobre, encontram-se geralmente representantes da imprensa que tiram a fotografia oficial da visita e aguardam o fim do encontro dos ministros.

Na Sala dos Aperitivos, um pequeno comité de receção aguarda o ministro estrangeiro e a sua delegação, seguindo a partir daqui apenas os ministros e o Chefe do Protocolo para a Sala Verde onde por cerca de quinze minutos, se discute bilateralmente a agenda programada. Posto isto, os dois ministros seguem até à sala Vermelha onde ambas as delegações os aguardam para participar e

89 Visita Portugal a 17 de fevereiro de 2015

90 Vide Anexo p. 113-114

auxiliar as negociações. Também nesta sala estarão bandeiras nacionais dos países e em algumas ocasiões imprensa, dependendo do assunto debatido.

Após a reunião com ministros e delegações e prevendo, como sempre aconteceu, se ter chegado a um acordo, este é assinado na Sala de Aperitivos onde a imprensa aguarda para fazer imagens do momento. É posta uma pequena mesa onde os dois ministros se sentam rodeados agora por quatro bandeiras nacionais, duas de cada país, assinando uma pasta que é trocada de um para o outro por um funcionário do Protocolo e, na última vez que trocam a mesma fazem-no de pé cumprimentando-se, aplaudindo-se a ocasião. Neste momento há habitualmente espaço para declarações à imprensa, antecedendo o almoço.

O almoço, dependendo do número de participantes, não ultrapassando por norma os 14 poderá ser servido em várias sala do Palácio, no entanto a Sala do Canto é a escolhida geralmente para estas ocasiões. Tal como num Jantar de Estado no Palácio Nacional da Ajuda⁹¹, também para estes almoços há convites⁹² com indicação do evento, timbrados desta vez pelo escudo de ministro, uma esfera armilar a branco, condizente com os cartões de mão que marcam o lugar na mesa, as ementa e os cartões de mesa.

A planta da mesa, é colocada na Sala Verde, onde são servidos os aperitivos e assim, poder ser consultada antes de se passar à sala da refeição.

A mesa, se os convidados não excederem os 12 é redonda, numa precedência que segue a regra do esquema 2, apresentado anteriormente. O ministro português, fica de costas para a chaminé, com vista para dentro da sala enquanto ao convidado é dada a vista da janela.

O brinde, é feito no final do almoço, contrariamente ao que acontece num jantar de Estado, o Porto acompanha a sobremesa. Nestas ocasiões, o café é servido à mesa e é a oportunidade para a troca de presentes presencial. O funcionário do Protocolo, deverá formar o cortejo uma vez que o almoço terminou e, os ministros acompanhados pelo Chefe do Protocolo descem as escadas e despedem-se ao fundo da escadaria. Do Palácio das Necessidades a visita pode seguir vários rumos, audiências com o Presidente da República, dependem da importância da discussão e do peso político da mesma, com o Primeiro-Ministros, Vice-Primeiro-Ministro ou outros ministros, programa privado, ou simplesmente com o almoço ter terminado a visita e desta forma o Ministro é acompanhado pelo funcionário do Protocolo e uma pequena comitiva composta por membros da Embaixada até ao aeroporto onde partirá.

91 Vide p.48

92 Vide Anexo p.114

2. Almoços de despedida de Embaixadores Estrangeiros em Portugal

As despedidas de embaixadores estrangeiros em Lisboa, as Cimeiras e Conferências nacionais e internacionais e os negócios e acordos, são o motivo para se organizar um almoço.

Habitualmente estas receções oficiais acontecem no Palácio das Necessidades na ala do Protocolo do Estado ou na residência oficial do Primeiro-Ministro - São Bento. Ambos têm a colaboração dos funcionários do Protocolo para a sua elaboração que começa com um ponto de contacto entre o responsável do evento e o representante na Embaixada ou gabinete do Primeiro-Ministro onde são passadas as informações relativas a restrições alimentares, sugestão de convidados, data do almoço e informações sobre possível condecoração ou prenda. Estando o funcionário do Protocolo em presença destes dados, iniciam-se os preparativos, contactar fornecedores de catering para que haja uma sugestão de ementas - a ementa final é aprovada pelo Chefe do Protocolo e pelos representantes do anfitrião. Seguem-se os convites, primeiro telefonicamente tal como acontece em qualquer outro evento e em caso de resposta afirmativa envia-se o convite timbrado (também chamado pro-memoria uma vez que todos os elementos do almoço já terão sido fornecidos e o convite aceite o cartão físico servirá apenas para memória e para ser entregue na segurança do Palácio). Confirmados todos os convidados, elabora-se um plano de mesa atempadamente para que seja aprovado pela Embaixada/Gabinete e será esse plano de mesa que figurará na sala de aperitivos para consulta dos convidados no dia do evento. As flores são encomendadas, os cartões de mesa, de mão e as ementas⁹³ impressas, as condecorações (se for caso disso) ou o presente embrulhado e o almoço pronto a acontecer.

O Chefe do Protocolo acolhe os convidados do almoço caso esteja presente o Primeiro-Ministro, Ministros, a Secretária-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros ou Secretários de Estado, de outra forma, o anfitrião auxiliado pelo Subchefe do Protocolo ou por funcionários faz o acolhimento.

A sala destinada a estes almoços, depende do número de convidados mas como habitualmente ronda as 10 pessoas, é utilizada a Sala do Canto com aperitivos na Sala Verde, à semelhança do já referido anteriormente nos almoços de visitas de Ministros dos Negócios Estrangeiros a Portugal. O café é servido à mesa e são permitidas pastas, cadernos, tabletes revestindo-se estes almoços muitas vezes em ocasiões de trabalho tendo um carácter mais restrito e informal.

⁹³ Os cartões de mesa, de mão e as ementas são timbrados consoante o anfitrião. No caso do Primeiro-Ministro, uma esfera armilar em relevo de cor dourada, no caso do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros ou Secretário de Estado, o timbrado é branco surgindo em relevo uma esfera armilar semelhante à anterior.

Capítulo III

Cimeiras Internacionais

1. Cimeiras Bilaterais

As Cimeiras Bilaterais, fazem parte da agenda habitual do Primeiro-Ministro. Anualmente, ou dependendo do assunto bianualmente, os Primeiros Ministros reúnem-se juntamente com as suas comitivas e discutem pontos da agenda delineados previamente, consolidam relações e avaliam programas económicos em que é possível uma colaboração entre ambos os países. Em Portugal, é prática habitual realizarem-se cimeiras bilaterais com Espanha e França, dada a proximidade geográfica e os assuntos que daí advêm, com Cabo Verde, Marrocos, entre outros. São encontros que se realizam ano sim ano não em Portugal, alternando com o outro país envolvido e quando assim acontece, o gabinete do Primeiro-Ministro, pede a colaboração do Protocolo do Estado para a sua preparação e execução.

Em 2014, realizou-se em Portugal a III Cimeira Luso-Cabo-Verdiana na qual participei. O Primeiro-Ministro e o seu gabinete, escolheram o Ministério dos Negócios Estrangeiros para a maior parte dos acontecimentos. Definido o local, o Protocolo do Estado juntamente com o gabinete do Primeiro-Ministro, os membros da Segurança e a Embaixada, neste caso de Cabo Verde, fazem uma visita de reconhecimento de modo a perceber de tudo viabiliza a realização do programa. Discute-se alojamento para os participantes, os locais das sessões sectoriais, conferência de imprensa, os almoços/jantares das comitiva, os cortejos automóveis, os convidados e a participação da imprensa.

Elabora-se um programa oficial com todos os detalhes de horas e locais, delegações, cortejo automóvel, à semelhança dos programas elaborados no âmbito de uma visita de Estado. Embora a estadia do Primeiro-Ministro visitante e da sua delegação possa durar mais alguns dias, como aconteceu no caso da Cimeira Luso-Cabo-Verdiana em que após compromissos oficiais visitaram o norte do país em programa semi-privado, as cimeiras bilaterais, têm a duração de apenas um dia.

O Primeiro-Ministro e a sua delegação, já se encontravam em Portugal no dia da cimeira, começando-se assim os trabalhos cedo.

A parte da manhã, totalmente passada no Palácio das Necessidades, começou com reuniões sectoriais: Ministro dos Negócios Estrangeiros (Portugal) e Ministro das Relações Exteriores (Cabo Verde); Ministro da Economia (Portugal) e Ministro das Intra-estruturas e Economia Marítima (Cabo Verde). Meia hora depois, aguardava a chegada do Primeiro-Ministro português o Chefe do Protocolo, enquanto o Subchefe do Protocolo do Estado aguardava a chegada do Primeiro-Ministro cabo-verdiano que já se fazia acompanhar por um funcionário do Protocolo desde a saída do hotel. As chegadas, fazem-se com cinco minutos de diferença, o Primeiro-Ministro visitante é recebido

pelo Primeiro-Ministro português e acontece o primeiro encontro a sós. Breve, para que de seguida se juntem à restante delegação e assim sejam discutidos os pontos da agenda.

Durante esta reunião, vão terminando as reuniões setoriais, começando-se a preparar na sala de reuniões da ala do Protocolo do Estado a reunião plenária com a presença dos Chefes de Governo, Ministros, Embaixadores (Embaixador de Portugal na Cidade da Praia e Embaixador de Cabo Verde em Lisboa) e Secretários de Estado. Todos os assuntos que se debateram nas reuniões anteriores, são agora consolidados durante a plenária.

No final, há uma fotografia de família e a assinatura dos acordos surgidos. É utilizada a Sala dos Aperitivos para este efeito uma vez que ali já se encontra toda a imprensa pronta para o registo do momento da assinatura e para a conferência de imprensa que se seguirá.

O Primeiro-Ministro português, oferece o almoço por ocasião da cimeira, também a acontecer no Protocolo do Estado, um almoço muito interessantes do ponto de vista da precedência das mesas uma vez que todos os cargos presentes, estão protocolados pela Lei das Precedências mas umas vez repetidos, como no caso dos Ministros (7º na lei) em que participam três do lado português é necessário consultar o diploma orgânico do Governo⁹⁴ e aí ordenar internamente mediante os participantes no almoço (1º Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, 2º Ministro da Economia e 3º Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social). Não descurando no entanto e para este caso o Artigo 14º da Lei das Precedências que referindo-se apenas a Ministros, salvaguarda que “*nas cerimónias de natureza diplomática, o Ministro dos Negócios Estrangeiros precede todos os outros*”; “*Nas cerimónias de natureza militar, o Ministro da Defesa Nacional precede todos os outros, salvo nas que respeitem à Guarda Nacional Republicana, em que a precedência cabe ao Ministro da Administração Interna*” e ainda “*Nas cerimónias do âmbito de cada ministério, o respetivo ministro tem a precedência*”⁹⁵.

As dificuldades no caso da ordenação da delegação cabo-verdiana não surgiram pois foi solicitado à Embaixada do país visitante que apresentasse a lista de participantes por ordem de precedência.

Também neste almoço, tal como descrito em momentos anteriores deste relatório, o lugar de cada participante no almoço tinha uma ementa, um cartão de mesa nominal, um cartão de mão entregue por um funcionário do Protocolo à entrada da sala de refeição, timbrado pela esfera armilar a dourado, representativa do Primeiro-Ministro.

94 No “*Diploma orgânico do Governo*”, surge a seguinte ordenação para membros do governo: Primeiro-Ministro; Vice-Primeiro-Ministro; Ministro de Estado e das Finanças; Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros; Ministro da Defesa Nacional; Ministro da Administração Interna; Ministro da Justiça; Ministro da Presidência e dos Assuntos Parlamentares; Ministro Adjunto e do Desenvolvimento Regional; Ministro da Economia, Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia; Ministro da Agricultura e do Mar; Ministro da Saúde; Ministro da Educação e Ciência; Ministro da Solidariedade, Emprego e Segurança Social.

95 Vide Anexo p.98

Terminado o almoço, o Primeiro-Ministro de Cabo Verde, juntamente com uma pequena delegação, é recebido no Palácio de Belém pelo Presidente da República para uma audiência de não mais de meia hora.

Na agenda, há ainda a visita à Assembleia da República, onde é recebido pela Presidente e recebe honras militares, faz revista à Guarda de Honra constituída pelo pelotão da Guarda Nacional Republicana que se encontra postado no claustro do átrio exterior. O cortejo sobe a Escadaria Nobre e dirige-se À Sala das Visitas da Presidência onde já se encontram o Vice-Presidente da Assembleia da República, os Presidentes dos Grupos Parlamentares, o Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, os Secretários de Mesa da Assembleia da República e o Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal Cabo-Verde. São apresentados os cumprimentos ao Primeiro-Ministro e é aí que se dá a Assinatura do Livro de Honra.

Este encontra dura cerca de uma hora, terminado, dá-se lugar ao encontro com o Secretário Executivo da CPLP e em seguida, ao ultimo ponto do programa da Cimeira no encontro com o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa.

Os encontros bilaterais são importantes momentos da agenda política, trazendo discussões do foro económico, da educação e da entreaajuda internacional através de acordos celebrados no final das reuniões bem como o fomento das relações entre os países envolvidos.

A par destas Cimeiras Bilaterais, organizam-se no Ministério dos Negócios Estrangeiros, conferências internacionais que embora dirigidas a membros da sociedade civil, trazem para a ordem do dia problemáticas incluídas nas agendas políticas.

Uma dessas conferências, organizadas todos os anos, denomina-se Seminário Diplomático. Este é organizado pelo IDI – Instituto Diplomático, pertencente ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e reúne durante dois dias, Embaixadores de Portugal no estrangeiro e Ministros em conferências de temas variados relacionados com a política externa. No âmbito do Seminário Diplomático e uma vez que os Embaixadores de Portugal no estrangeiro estão presentes, aproveita-se a ocasião para serem apresentados cumprimentos ao Presidente da República.

2. Reunião Informal de Chefes de Estado

Para além das Cimeiras Bilaterais, aconteceu em Portugal a 29 e 30 de Setembro de 2014, a 10ª Reunião Informal de Chefes de Estado do Grupo de Arraiolos.

O Grupo de Arraiolos, reúne informalmente os Chefes de Estado da União Europeia sem funções executivos do qual fazem parte Portugal, Alemanha, Áustria, Eslovénia, Finlândia, Hungria, Itália, Letónia e Polónia. A origem do termo para definir este grupo vem da primeira reunião que aconteceu em 2003 por iniciativa do antigo Presidente da República Jorge Sampaio tendo-se agendado reuniões anuais nos diferentes países participantes.

Em 2014 coube portanto a Portugal a organização da 10ª reunião que teve lugar em Braga e no Mosteiro de Tibães e numa parceria entre a Presidência da República e o Protocolo do Estado, tudo foi preparado ao pormenor com muitos meses de antecedência.

Este, é um evento que obrigou a um grande número de pessoas envolvidas na organização, uma vez que um grande numero de pessoas participou na reunião, deslocando-se de inúmeros pontos da Europa.

Na 10ª reunião, participaram os Presidentes da Alemanha, da Áustria, da Finlândia, da Hungria, da Letónia, da Polónia, de Portugal, bem como da Bulgária e da Estónia como convidados especiais. Cada um destes Presidentes, fez-se acompanhar de uma delegação comunicada ao Protocolo do Estado por Nota Verbal com uma antecedência considerável.

Conhecidos e confirmados todos os participantes, questões operacionais de Segurança, de preparação dos espaços físicos, dos materiais utilizados, dos alojamentos, dos programas separados das Primeiras-Damas, de tradutores, das refeições, cortejo automóvel começavam-se a delinear nas várias missões preparatórias que levaram a Braga a assessoria da Presidência da República, o Protocolo do Estado, os representantes de cada Embaixada participante, e na ultima missão preparatória, assessores das próprias presidências.

Estava em marcha a organização de um evento com muita logística, que embora com semelhanças a uma visita de Estado aqui se multiplicava e passava a nove presenças de Chefes de Estado, na cidade de Braga, longe do habitual esquema lisboeta já tão ensaiado e conhecido.

A cada Chefe de Estado e sua delegação, foi atribuído um Oficial de Ligação, um Adido do Ministério dos Negócios Estrangeiros que estava encarregue de passar todas as informações portuguesas, ao país que lhe fora atribuído e vice-versa. Competia-lhe ainda acompanhar assim que aterrasse e até que partisse toda a delegação e Presidente.

O programa estava concluído, acordado por todos os envolvidos e rumava-se a Braga numa antecedência confortável para os preparativos.

Alguns Presidente, como o da Finlândia, o da Estónia ou Hungria chegaram mais cedo a Portugal. No caso deles, aterrados em Lisboa, o cortejo automóvel formara-se a partir do Aeroporto da Portela até Braga. Os restantes Chefe de Estado, haviam aterrado na véspera do acontecimento no Aeroporto Sá Carneiro, Porto permitindo um cortejo automóvel igual mas bastante mais rápido até à instalação. A Sala de Altas Entidades estava requisitada em ambos os aeroportos para todas as chegadas, a aguardar as comitivas, um funcionário do Protocolo e o respetivo Oficial de Delegação que consigo já levava programas, informações úteis e cartões de acesso aos espaços da reunião uma vez que o controlo de segurança era notável.

Com todas as questões de logística resolvidas e todos os Chefes de Estado instalados, os trabalhos da 10ª Reunião estavam prontos a começar.

No primeiro dia, houve espaço para um pequeno-almoço de trabalho entre o Presidente da República e o Presidente da República da Finlândia num espaço do hotel, onde se encontravam alojados, criado para o efeito. Nesse pequeno-almoço, participaram não só os Chefes de Estado como Assessores Diplomáticos de ambos contanto este como o primeiro encontro bilateral da reunião.

A manhã, reservada às ultimas chegadas, foi aproveitada para uma visita do Presidente da República e Primeira-Dama ao Mosteiro de Tibães, local onde se realizaria a partir da tarde todos os trabalhos.

A tarde, começava com a saída do Presidente da República do hotel, novamente para Tibães. Este seria o primeiro Chefe de Estado a chegar, aguardando no exterior, numa plataforma criada para o efeito, a chegada dos outros Chefes de Estado. A imprensa presente, tinha oportunidade de registar cada um desses momentos.

Para as chegadas, foi criada uma fita de tempo, organizada por precedência. À semelhança daquilo que se estabeleceu no Congresso de Viena de 1815, tal como registado na parte I deste relatório, os países seguiram a Ordem de Antiguidade no cargo ou seja, a primeira delegação a chegar ao Mosteiro de Tibães havia sido a Bulgária, seguida da Estónia, Hungria, Alemanha, Finlândia, Letónia, Polónia, Áustria.

O cortejo automóvel, integrava a viatura do Chefe de Estado, uma carrinha para a delegação e mais um veículo com o Embaixador do país visitante. Ao chegar ao mosteiro, o cortejo separa-se, dirigindo-se à entrada principal apenas o carro com o Chefe de Estado, uma vez que a delegação entrará por uma porta adjacente. O Chefe de Estado, é recebido pelo Chefe do Protocolo que o acompanha até junto do Presidente da República, cumprimentando-se. De seguida há lugar para uma fotografia oficial de ambos. O Subchefe do Protocolo encaminha o Chefe de Estado estrangeiro até junto da Diretora do Mosteiro, do Chefe da Casa Civil da Presidência da República e

da Assessora para as Relações Internacionais do Presidente da República que aguardarão numa sala a chegada de todos.

A delegação, separada do Chefe de Estado, é acompanhada pelo Oficial de Ligação conduzindo todos os membros para as salas onde ficarão durante os trabalhos da reunião (Sala de traduções – intérprete; Antecâmara da Sala de Reuniões – Assessores; Sala de Segurança – Equipa Médica).

Após a chegada e acolhimento do último



Fig. 17 Fotografia de Família

Chefe de Estado, o Presidente da República acompanha-o até junto dos outros Chefes de Estado onde no exterior acontece a Foto de Família (Figura 17). São colocados por ordem protocolar, antiguidade, primeiro os membros do grupo e depois os convidados ficando da esquerda para a direita, o Presidente da República da Estónia, Presidente da República da Alemanha, Presidente da República da Letónia, Presidente da República da Áustria, Presidente da República de Portugal ao centro, Presidente da República da Polónia, Presidente da Hungria e Presidente da República da Bulgária.

No final da fotografia, os Chefes de Estado são conduzidos pelo Chefe do Protocolo e pelo Subchefe do Protocolo à sala de reuniões – Sala do Capítulo que se encontra numa disposição de



Fig. 18 Mesa de Sessões Plenárias

Portugal, preside no topo, ao centro, tendo à sua direita e esquerda respetivamente os dois Presidentes que introduzirão os temas da discussão – Presidente da República da Polónia e Presidente da República da Finlândia. Do lado direito (proximidade à presidência da reunião) ficará a

Alemanha, Letónia e Estónia, enquanto do lado esquerdo Áustria, Hungria e Bulgária. Cada um dos Chefes de Estado tem o apoio na sala de três membros da sua delegação que se sentam em lugares junto à parede.

Neste primeiro dia de reuniões, haverá lugar para duas das três sessões plenárias do encontro, a primeira versa sobre a temática da Energia, a segunda foca as questões das Migrações. A separá-las há uma pausa para café e um período de reuniões bilaterais, comunicadas previamente aos funcionários do Protocolo para que os mesmos organizem o espaço.

Paralelamente às sessões plenárias, decorre o programa separado das cônjuges dos Chefes de Estado onde participam a Primeira-Dama de Portugal, da Áustria, da Polónia, da Alemanha e da Hungria. O programa inclui visitas à Sé e aos Museus da Cidades onde terão oportunidade de tomar um chá barroco.

No final do dia, terminado o programa separado das cônjuges e as sessões plenária, reúnem-se no Mosteiro de Tibães começando por fazer uma visita ao à Igreja do mosteiro, acompanhados pelas delegações. Oportunidade para um concerto e uma foto de família. Terminado este momento, formam-se os cortejos automóveis partindo para o hotel.

Nesta mesma noite, o Presidente da República e Senhora, oferecem um Jantar Oficial por ocasião da 10ª Reunião Informal de Chefes de Estado do Grupo de Arraiolos. Neste jantar participam convidados institucionais como Ministros, Presidentes de Câmara dos municípios envolvidos na reunião, diretores dos locais envolvidos na reunião, elementos da Presidência da República, do Protocolo do Estado bem como todos os Chefe de Estado e alguns elementos das suas delegações.

É um jantar idêntico aos jantares oficiais oferecidos pelo Presidente da República em honra de um Chefe de Estado, no entanto neste caso a mesa principal contará com nove, juntamente com as respetivas Senhoras presentes e mais alguns convidados de honra que nela figurarão. O traje, é fato escuro, vestido curto e uniforme correspondente.

Os Chefes de Estado, para este ato oficial deslocam-se de autocarros não havendo portanto cortejo automóvel nem fita de tempo. São encaminhados para um hall da Reitoria da Universidade onde tomarão os aperitivos juntamente com todos os restantes convidados. Findo estes, dirigem-se à Sala Medieval onde é servido o jantar antecedido por um brinde feito pelo Presidente da República. À semelhança de jantares oficiais já descritos neste relatório, também aqui cada convidado terá recebido um convite como o da figura 6⁹⁶, à entrada da sala de jantar recolhido o cartão de mão, e cada um dos lugares terá um cartão de mesa nominal e um programa do espetáculo musical que decorre no fim do jantar durante o café que por esta ocasião se toma sentado.

96 Vide p.48

Terminado o jantar e concerto, os Chefes de Estado, cônjuges e comitivas dirigem-se ao hotel.

O segundo dia de reunião, 30 de Setembro, começou com a partida dos Chefes de Estado para o Laboratório Ibérico Internacional de Nanotecnologia (LIIN), esta instituição, através da sua investigação interdisciplinar promove parcerias com indústrias e universidades gerando relações bilaterais com alguns dos países participantes neste encontro. A deslocação foi feita em autocarros, simplificando os cortejos automóveis. Para além dos Chefes de Estado, participa também nesta visita o Embaixador de Espanha, representante do país neste dia.

Ao chegarem ao LIIN, assistem a uma breve apresentação por parte do diretor da instituição segue-se a visita ao laboratórios e uma fotografia de família.

Terminada a visita, os Chefes de Estado deslocam-se novamente ao Mosteiro de Tibães onde decorre a terceira, e última sessão solene baseada na temática da investigação, inovação e promoção do crescimento, competitividade e emprego. No final, e embora sem conclusões formais, os Chefes de Estado, dão uma conferência de imprensa acerca do encontro. Este momento, é organizado pelo Protocolo do Estado, sendo o Presidente da República o primeiro a falar, seguindo-se intervenções curtas dos restantes Chefes de Estado pela ordem: Alemanha, Polónia, Finlândia, Áustria, Letónia, Hungria, Estónia e Bulgária. A mesa da conferência de imprensa, encontra-se assim protocolada pela ordem de antiguidade que se seguiu sempre nesta reunião.

Os trabalhos estão assim concluídos, o ultimo ato oficial passa-se agora na cidade de Braga onde o Presidente da Câmara Municipal oferece o almoço a todos os participantes na reunião e as Primeiras-Damas que chegarão ao local após as visitas no âmbito do programa separado.

Na chegada ao almoço, os Chefes de Estado já com os respetivos cônjuges e delegação são acolhidos pelo anfitrião, o Presidente da Câmara e pelo Arcebispo de Braga no exterior. Aí, são servidos os aperitivos e decorrem exposições culturais durante o mesmo.

A sala do almoço, preparada pela Câmara Municipal, contou com a ajuda do Protocolo do Estado para a organização dos convidados na mesa principal e nas restantes mesas bem como no preenchimento de cartões de mão e mesa timbrados pelo escudo de Braga. Com os convidados sentados, o Presidente da Câmara Municipal e o Presidente da República fazem duas breves intervenções, seguidas de um brinde, abrindo-se as formalidades do almoço. Terminado, os Chefes de Estado, respetivos cônjuges e delegações partem em cortejo automóvel acompanhados pelos Oficiais de Ligação para o aeroporto ou para programas privados, previamente comunicados ao Protocolo do Estado.

Conclusão

O Cerimonial entres Chefes de Estado e os demais órgãos de soberania, resulta em rituais complicados e preparados em cada pormenor pelo Protocolo do Estado. Todos os atos oficiais, têm como presença obrigatória a etiqueta e a cortesia de onde resulta o saber estar no plano nacional ou na esfera internacional. Desde muito cedo terá sido assim, embora sem uma entidade que regulasse as boas maneiras, porque também é isso que o Protocolo do Estado faz, e as igualdades dos direitos das nações a importância de criar uma atmosfera onde as relações oficiais e institucionais se desenrolassem harmoniosamente era indispensável.

O Congresso de Viena, realizado em 1813-1815, foi um importante marco para a organização dos Estados no plano internacional. Durante este período, vivia-se o rescaldo das guerras napoleónicas que seccionaram o Sacro Império em múltiplos pequenos Estados. Estes, legitimamente, exigiam agora o seu assento no palco das Nações. A nova Europa, traz com o Congresso de Viena, a solução, regulamentando a igualdade entre Estados na assinatura da ata final pela ordem alfabética e em francês, língua que se irá ser adotada na carreira diplomática e nas suas demais comunicações oficiais. Mas, não só na organização dos Chefes de Estado o Congresso de Viena terá sido fulcral, também no que se refere à diplomática houve importantes legislações. A hierarquização da carreira formada por três ordens, a necessidade dos instrumentos de acreditação dos representantes naquele congresso – cartas de crença que depois dariam origem às já referidas Cartas Credenciais.

O meu principal objetivo de comparar aquilo que estudei sobre o Congresso de Viena e a atualidade, deixa-me concluir que o Protocolo evoluiu consideravelmente, existem ainda momentos de cerimonial onde os rituais são complicados, demorados e pouco inovados. Os cenários são arduamente preparados por funcionários e especialistas no Protocolo de Estado, tentando contornar os imprevistos, gerindo-os de forma a torna-los invisíveis. As eventualidades, são agora resolvidas com mais prontidão, o auxílio das novas tecnologias é fundamental nas gestões de tempos de comitivas ou quando o plano tende a alterar com as circunstâncias do momento, não são no entanto utilizadas nas comunicações oficiais. A troca de correspondência oficial, é ainda feita por telegramas, faxes, Notas Verbais e Ofícios, numa perspetiva de segurança e formalidade.

Hoje em dia, e baseando-me naquilo que durante o estágio curricular pude observar, o cerimonial tende a ser mais simplificado desde o século XVII, a mudança de mentalidades aliada aos orçamentos reduzidos próprios dos tempos em que se vive, obrigaram à redução do fausto, mas o Cerimonial de Estado ainda desafia aqueles que o trabalham todos os dias, buscando a perfeição em cada momento, sempre com a naturalidade exigida.

A Lei das Precedências do Protocolo do Estado Português veio clarificar a ordenação de cargos políticos das Altas Entidades Oficiais que passam a estar inequivocamente hierarquizadas constituindo uma preciosa ajuda para a elaboração de mesas, tribunas, plateias protocoladas nominalmente. Também o Corpo Diplomático, vê os Chefes de Missão ordenados segundo a data e hora de cartas de credenciais, os Encarregados de Negócios por ordem alfabética reçalando-se sempre a exceção do Decano, o Núncio Apostólico. Estes são instrumentos que colaboram com o trabalho do Protocolo do Estado, no entanto também nestas ordenações é sempre de se ter presente o bom senso para que todos estejam em plena harmonia ainda que inseridos numa ritualística exigente.

As descrições minuciosas feitas neste relatório são pois provas disso. Um longo trabalho está por detrás de cada ato oficial realizado, a pratica a que eu pude assistir ditou-me alguma experiência na preparação de visitas de Estado, de almoços em honra de ministros ou por ocasião de cimeiras, no entanto a cada ato oficial, a preparação repete-se, todos os cenários previstos e ensaiados na constante busca pelo exímio trabalho.

A mesa adquiriu, um lugar importante no simbolismo do poder no palco das negociações, em todos os atos oficiais que participei, vários momentos cruciais, acontecem à mesa. A assinatura de livros de honra, a assinatura de acordos, pequenos almoços e almoços de trabalho, reuniões mais ou menos formais, cimeiras, jantares de Estado são pois exemplos disso.

O estágio no serviço do Protocolo do Estado, foi para mim uma aprendizagem ímpar, pude assimilar muitas das práticas e normas inerentes aos rituais e perceber que o cerimonial se encontra intimamente ligado ao poder sendo ele mesmo uma representação sua.

Este Relatório de Estágio, quis ser um relato daquilo que foram as aprendizagens contastes durante a minha permanência no Protocolo do Estado. A disciplina exigida no atos oficiais, transpunha-se constantemente para o trabalho de organização o que espero ter tido sempre presente nestas páginas.

A honra com que servi este serviço foi proporcional às mais valias que dele tirei.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Fontes

Fontes Manuscritas

Arquivo Nacional da Torre do Tombo [ANTT]

Ministério dos Negócios Estrangeiros [MNE]

Caixas

Caixa 231 [Congresso de Viena]

Livros

Livro 47 [MNE] p. 36

Fontes Impressas

BLUTEAU, Rafael.

Dicionário da Língua Portuguesa composto pelo Padre D. Rafael Bluteau, reformado, e acrescentado por António de Moraes Silva, Natural do Rio de Janeiro, 2 Tomos, Lisboa, Na oficina de Simão Thaddeo Ferreira, 1789.

CUNHA, D. Luís da.

Testamento Político, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1978

Instruções Políticas, Edição e introdução de Abílio Diniz Silva, Lisboa, Comissão Nacional para a Comemoração dos Descobrimentos Portugueses, 2001

CALLIÈRES, François de.

De la maniere de negotier avec les Souverains. De l'utilité des Negotiations, du choix des Ambassadeurs & des Envoyez, & des qualitez necessaires pour réussir dans ces emplois. Par M. de Callières, Conseiller Ordinaire du Roi en ses Conseils, Secretaire du Cabinet de Sa Magesté, ci-devant Ambassadeur Extraordinaire & Plenipotentiaire du feu Roi, por les Traitez de Paix conclus à conclus à Ryswyck et l'un des Quarante de l'Academie Françoise, Bruxel, Pour la Compagnie. 1716

DU MONT ET ROUSSET

Le Ceremonial Diplomatique des Cours de l'Europe ou Collection des Actes, Memoires, et Relations qui concernent les Dignitez, Titulaires, Honneurs & Prééminences; les Fonctions publiques des Souverains, leurs Sacres, Couronnements, Mariages, Batêmes, & Enterrements; les Investidures des grands Fiefs; les Entres publiques; leurs Disputes & Démêlez de Préséance; et en général tout ce qui a rapport au Cérémonial & à l'Etiquette. Recuueilli en partie par Mr. Du Mont. Mis en ordre et considerablement augmenté par Mr. Rousset, 2 Tomes, Amsterdam e La Haye, 1739

SANTARÉM, Visconde de

Quadro elementar das relações políticas e diplomáticas de Portugal com as diversas potências do mundo desde o principio da monarchia portugueza até aos nossos dias, continuado por Luís Augusto Rebelo da Silva, 18 Tomos, Paris, J.P. Aillaud, 1842-1876

SOUSA, António Caetano de

História Genealógica da Casa Real Portuguesa. Reprodução fac-similada da edição de 1946. Introdução de Manuela Mendonça, 15 Vols, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2007.

WICQUEFORT, Abraham van

L'Ambassadeur et ses fonctions par Monsieur de Wicquefort Conseiller aux Conseils d'Estat [...]Derniere edition, augmentée des reflexions sur les memoires pour les Ambassadeurs. De la reponse à l'auteur: Et du Discours Historique de l'election de l'Empereur, & des electeurs, 2º Vol, Cologne, Pierre Marteau, 1715

Bibliografia

Dicionários, Enciclopédias e Reportórios Bibliográficos e Documentais

BRANDÃO, Fernando de Castro

Para uma bibliografia da História Diplomática Portuguesa, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros, 1989.

FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias

Os Documentos dos Negócios Estrangeiros na Torre do Tombo, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, 1990

SERRÃO, Joel,

Dicionário de História de Portugal, 6 vols, Lisboa, Iniciativas Editoriais, 1963-1971.

Obras Gerais

ALEXANDRE, Valentim.

Os Sentidos do Império. Questão Nacional e Questão Colonial na Crise do Antigo Regime Português. Lisboa: Edições Afrontamento. 1993

ALBUQUERQUE, Martim de

Maquiavel e Portugal. Estudo de História das Ideias Políticas, Lisboa, Alêtheia, 2007.

BRAZÃO, Eduardo

História Diplomática de Portugal, 2 vols, Lisboa, Livraria Rodrigues, 1932-1933.

HAUSER, Henry

Histoire Diplomatique de l'Europe (1871-1914), Paris, PUF, 1929.

HOMEM, António Pedro Barbas

História das Relações Internacionais. O Direito e as Concepções Políticas na Idade Moderna, Lisboa, Almedina, 2003

O Espírito das Instituições. Um Estudo de Histórias do Estado, Lisboa, Almedina, 2006.

MACEDO, Jorge Borges de

História Diplomática Portuguesa. Constantes e Linhas de Força, Lisboa, Tribuna da História Instituto da Defesa Nacional, 2006.

MAGALHÃES, José Calvet de

Breve História Diplomática de Portugal, Lisboa, Europa-América, 1990.

MARTINEZ, Pedro Soares

Coordenadas de História Diplomática de Portugal, Lisboa, Academia das Ciências, 1981.

História Diplomática de Portugal, Coimbra, Almedina, 2010.

RENOUVIN, Pierre

Histoire des Relations Internationales, Pierre Renouvin (dir), 8 tomos, Paris, Lib. Hachette, 1953-1958.

SAMPAYO, Luís Tixeira de

O Arquivo Histórico do Ministério dos Negócios Estrangeiros, subsídios para o Estudo da História da Diplomacia Portuguesa, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1926.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo

História de Portugal, Vols IV e V, Lisboa, Verbo, 1979, 1982.

Obras Específicas

ALBRECHT-CARIÉ, René,

Diplomatic history of Europe since the Congress of Viena. Nova Iorque: Harper & Row, 1973

ANDRADE, Elisabete Vieira Canha de,

Cortesia, Etiqueta, Protocolo, Lisboa, Texto Editora, 1997

ARAUJO, Ana Cristina,

Ritualidade e Poder na Corte de D. João V. A Génese Simbólica do Regalismo Político. Revista de História das Ideias. Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Vol. 22, 2001

BEBIANO, Rui.

D. João V: poder e espectáculo. Aveiro, Estante, 1987.

BRANCO, Manuel Bernardes,

Portugal na época de D. João V, Lisboa, António Maria Pereira Editor, [s.d.]

BRAZÃO, Eduardo,

Relance da História Diplomática de Portugal, Porto, Livraria Civilização Editora, 1940

BÉLY, Lucien

Espions et ambassadeurs au temps de Louis XIV, Paris, PUF, 1990.

Guerre et Paix dans l'Europe du XVIIe Siècle, 2 vols, Paris, SEDES, 1991.

La Société des Princes, Paris, Fayard, 1999.

Les Relations internationales en Europe. XVIIe-XVIIIe siècles, Paris, PUF, 2001.

L'art de la paix en Europe. Naissance de la Diplomatie moderne XVIe-XVIIIe siècle, Paris, PUF, 2007.

CARDIM, Pedro

“A prática diplomática na Europa do Antigo Regime”, *História das Relações Internacionais*. Temas e Debates. Luís Nuno Rodrigues e Fernando Martins (Ed.), Lisboa, Colibri, 2004.

“*Embaixadores e representantes diplomáticos da coroa portuguesa no século XVII*”, Separata de Cultura. *Revista de História e Teoria das Ideias*, Vol XV, IIª Série, Lisboa, Centro de História da Cultura da UNL, 2002, pp. 47-86

Cortes e Cultura Política no Portugal do Antigo Regime, Lisboa, Cosmos, 1998

Congrès de Vienne: recueil de pièces officielles relatives à cette Assemblée. Paris: Librairie Grecque-Latine-Allemande.

CARVALHO, Aires de,

D. João V e a arte do seu tempo, [s.l.], A. Carvalho. 1962.

CARVALHO, Maria Amália Vaz de,

Vida do Duque de Palmella D. Pedro de Sousa e Holstein. Lisboa: Imprensa Nacional, 1898-1903

CORREIA, Maldonado,

Congresso de Viena: forum da diplomacia conservadora no refazer da Europa. Lisboa, 1994

CUNHA, Hélder Mendonça e,

Regras do Cerimonial Português, 2ª Edição, Lisboa, Bertrand Editora, 1989

CROSS, Mai'a k Davis, *The European diplomatic corps: Diplomats and international cooperation from Westphalia to Maastricht*, Nova Iorque, Palgrave, Maemilian, 2007

FARIA, Ana Leal

Arquitectos da Paz. A Diplomacia Portuguesa de 1640 a 1815, Lisboa, Tribuna, 2008

«Paz, amizade e liberdade: Portugal e a Prússia no Congresso de Viena», *Portugal, Brasil e a Europa Napoleónica*, José Luís Cardoso, Nuno Gonçalo Monteiro, José Vicente Serrão (Org.), Lisboa, ICS, 2010, pp. 83-107

“Sociologia dos «Negociadores»: Perfil Intelectual e Social dos Diplomatas Portugueses (1640-1750), *Sociologia dos «Negociadores»: Perfil Intelectual e Social dos Diplomatas Portugueses (1640-1750)*, in Revista dos Negócios Estrangeiros, nº 10, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Instituto Diplomático, 2007.

GANDOUIN, Jacques,

Guide du Protocole e des usages, Editions Stock, 2001

GERVINIUS, G; MINSEN, J.F, trad.

Histoire du dix-neuvième siècle depuis les Traités de Vienne. Paris: A. Lacroix, Verboeckhoven et Cie., 1864-1874

GUERREIRO, Luís Ramalhosa,

La representation du pouvoir royal à l'Age Barroque Portugais, 1687-1753. Paris [s.n.] Tese de doutoramento em História, apresentada à Ecole des Hautes Etudes en Sciencer Sociales. 1995

LE ROY LADURIE, Emmanuel,

Manuel a l'usage de l'agent du Protocole, Ministère des Affaires Etrangères, Protocole, 1997

MAGALHÃES, José Calvet de,

Manual Diplomático, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros/Biblioteca Diplomática, série A, 1985

MANIQUE, António Pedro,

Portugal e as potências europeias. (1807-1847). Lisboa: Livros Horizonte, 1988.

NEVES, José César Plaulouro das,

Rituais de Entendimento, Teoria e Prática Diplomáticas, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros/Biblioteca Diplomática, serie A, 2011

NICOLSON, Harold,

Congress of Vienna: a study in allied unity: 1812-1822. Berna: Phoenix Publishing CO, 1947

PRADT, M. de,

Du Congrès de Vienne, 2ª Ed. Paris: Deterville, Delurnay, 1815.

SALDANHA, Nuno,

Memória de Viagem Um Olhar sobre Portugal do séc. XVIII. Palácio da Foz, 2000.

SATOW, Sir Ernest,

Guide to Diplomatique Praticce, edited by Lord Gore-Booth, 9ª edição, Longman, 1998.

SERRANO, José de Bouza,

Livro do Protocolo, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2011

(Coordenação) *Apontamentos sobre Atendimento, Imprensa e Protocolo*, Lisboa, Edição do Ministério do Comércio e Turismo, 1979

SERRES, Jean,

Manuel Pratique de Protocole, Vitry, Editions de L'Arquebuse, [s.l.]1965

ZAMOYSKI, Adam,

Rites of peace: the fall of Napoleon & the Congress of Vienna. London: Harper Perennial, 2008

Referências Computorizadas

Internet

Lista Corpo Diplomático

<http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-dos-negocios-estrangeiros/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/corpo-diplomatico-acreditado-em-portugal/livro-do-corpo-diplomatico-acreditado-em-portugal.aspx>

Lista de precedências do Corpo Diplomático

<http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-dos-negocios-estrangeiros/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/corpo-diplomatico-acreditado-em-portugal/livro-do-corpo-diplomatico-acreditado-em-portugal.aspx> pp. 4-9

Guia Prático para as missões Diplomáticas acreditadas em Portugal

<http://www.portugal.gov.pt/pt/os-ministerios/ministerio-dos-negocios-estrangeiros/quero-saber-mais/sobre-o-ministerio/guia-pratico-para-as-missoes-diplomaticas/guia-pratico-para-as-missoes-diplomaticas.aspx>

Convenção sobre Relações Diplomáticas, celebrada em Viena em 1961 (Decreto-Lei nº 48295)

<http://www.gddc.pt/siii/docs/dl48295.pdf>

Convenção sobre Relações Consulares, celebrada em Viena em 1963 (Decreto-Lei nº 183/72)

<http://www.gddc.pt/siii/docs/dl183-1972.pdf>

ANEXOS

Relatório sobre a “Utilização da Sala de Altas Entidades – Agosto Setembro e Outubro



Ministério dos Negócios Estrangeiros – Protocolo do Estado

Utilização das Salas de Altas Entidades – Agosto, Setembro e Outubro

Lisboa, 27 de Novembro 2014

CS

Introdução

O presente relatório, intitulado “*Utilização das Salas de Altas Entidades – Agosto, Setembro e Outubro*” foi baseado em dados disponibilizados pela Ana – Aeroportos de Portugal, entidade administradora do Aeroporto de Lisboa e das Salas de Altas Entidades aí presentes. O tratamento dos dados, na sua generalidade, encontra-se em anexo. Integra o corpo deste relatório os gráficos (Fig. 2, Fig. 4, e Fig. 6) produzidos através das tabelas totais (Fig. 1, Fig. 3 e Fig. 5) construídas a partir dos dados anteriormente referidos.

Os termos *PALOP*, *Europa*, *Resto do Mundo* e *Organizações Internacionais* foram utilizados neste relatório abrangendo os países e/ou entidades que utilizaram as Salas de Altas Entidades, referindo-se a:

PALOP: Cabo-Verde, Guiné Bissau, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Angola

Europa: Reino Unido, Hungria, Noruega, Irlanda, Luxemburgo, Roménia

Resto do Mundo: Indonésia, Timor-Leste, Sérvia, Emirados Árabes Unidos, Tunísia, Marrocos e Argélia

Organizações Internacionais: União Interparlamentar, Comissão Europeia e CPLP

CS

2

Salas de Altas Entidades – Agosto 2014

O gráfico seguinte, baseado na tabela da figura 1 e nos dados contidos em anexo, mostra a Utilização percentual da Sala de Altas Entidades no período correspondente a Agosto de 2014, tendo sido o dia 2 o primeiro e 30 o último dia contemplado neste estudo.

	Portugal + CD	PALOP	Europa	Resto do Mundo	Organizações Internacionais
Agosto	21	24	4	3	3
Total: 65					

Fig.1

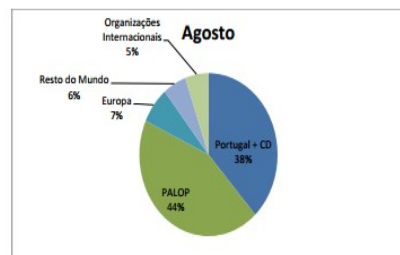


Fig. 2

Segundo o gráfico apresentado, verifica-se que as entidades provenientes dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop) terão estado em maior número na Utilização da Sala de Altas Entidades, 44%, seguidos das entidades Portuguesas e do Corpo Diplomático acreditado em Portugal, 38%.

No que se refere à Europa, Resto do Mundo e Membro das Organizações Internacionais, os valores são bastante inferiores e idênticos entre si, respetivamente 7%, 6% e 5%.

De referir ainda que os 100% equivalem a 65 pessoas tendo sido 11 destas entidades a ocupar a Sala A, enquanto as restantes 54 a ocuparem a Sala B.

- Uma nota relevante para a análise dos dados relativos a Agosto prende-se com o facto de este ser um mês de férias por norma.

CS

3

Salas de Altas Entidades - Setembro

O gráfico seguinte (Fig. 4), baseado na tabela da Fig.3 e nos dados contidos em anexo, mostra a Utilização percentual da Sala de Altas Entidades no período correspondente a Setembro de 2014 tendo sido contemplados os dias 1 a 30 do mês referido.

	Portugal + CD	PALOP	Europa	Resto do Mundo	Organizações Internacionais
Setembro	44	21	3	6	6
Total: 80					

Fig.3

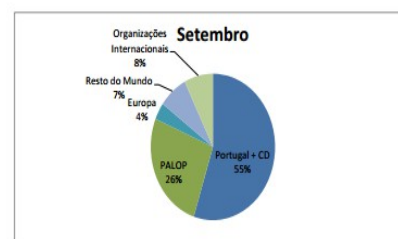


Fig. 4

Da análise do gráfico apresentado, depreende-se que as entidades provenientes de Portugal e do Corpo Diplomático aqui acreditado, estiveram em maior número na Utilização da Sala de Altas Entidades, 55%, seguidos das entidades PALOP, 26%. As Organizações Internacionais perfazem 8% da taxa de Utilização seguidas do Resto do Mundo com 7% e da Europa com 4%.

Os 100% equivalem a 80 pessoas, tendo passado pela sala A 11 pessoas enquanto que pela Sala B 69 pessoas.

CS

4

Salas de Altas Entidades - Outubro

O gráfico seguinte (Fig. 4), baseado na tabela da Fig.3 e nos dados contidos em anexo, mostra a Utilização percentual da Sala de Altas Entidades no período correspondente a Setembro de 2014 tendo sido contemplados os dias 1 a 30 do mês referido.

	Portugal + CD	PALOP	Europa	Resto do Mundo	Organizações Internacionais
Outubro	74	24	2	7	7
Total: 114					

Fig.5

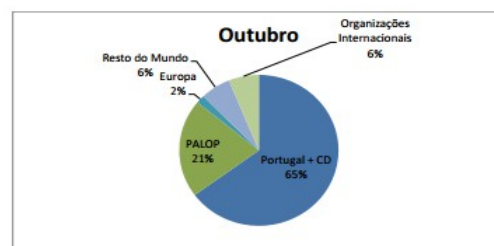


Fig. 6

Da leitura do gráfico apresentado conclui-se que as entidades provenientes de Portugal e do Corpo Diplomático aqui acreditado, estiveram em maior número na Utilização da Sala de Altas Entidades, 65%, seguidos das entidades PALOP, 21%. As Organizações Internacionais perfazem 6% da taxa de Utilização seguidas do Resto do Mundo com 6% e da Europa com 2%.

Os 100% equivalem a 114 pessoas, tendo passado pela sala A 14 pessoas enquanto que pela Sala B 100 pessoas.

Lei das Precedências do Protocolo do Estado Português

Lei nº 40/2006, de 25 de Agosto de 2006

A Assembleia da República decreta, nos termos da alínea c) do artigo 161º da Constituição, o seguinte:

SECÇÃO I

Princípios gerais

Artigo 1.º

Objecto

- 1- A presente lei dispõe sobre a hierarquia e o relacionamento protocolar das altas entidades públicas.
- 2 -A presente lei dispõe também sobre a articulação com tal hierarquia de outras entidades inseridas no esquema de relações do Estado e ainda sobre a declaração do luto nacional.

Artigo 2º

Âmbito de aplicação

A presente lei aplica-se em todo o território nacional
e nas representações diplomáticas e consulares de Portugal no estrangeiro.

Artigo 3º

Garantia de pluralismo

- 1 — Em cerimónias oficiais e em outras ocasiões de representação do Estado, das Regiões Autónomas e do poder local deve ser assegurada a presença de titulares dos vários órgãos do âmbito correspondente à entidade organizadora, bem como do escalão imediatamente inferior.
- 2 — A representação dos órgãos de composição pluripartidária deve incluir sempre membros da maioria e da oposição.

Artigo 4º

Representação

Para efeitos da presente lei, a representação de uma alta entidade por outra só pode fazer-se ao abrigo de disposição legal expressa.

Artigo 5º

Prevalência

Para as altas entidades públicas, a lista de precedências constante da presente lei prevalece sempre mesmo em cerimónias não oficiais.

Artigo 6º

Presidência das cerimónias oficiais

1 — As cerimónias oficiais são presididas pela entidade que as organiza.

2 — Fica ressalvado o que sobre esta matéria expressamente se dispõe na presente lei.

SECÇÃO II

Precedências

Artigo 7º

Lista de precedências

Para efeitos protocolares, as altas entidades públicas hierarquizam-se pela ordem seguinte:

- 1) Presidente da República;
- 2) Presidente da Assembleia da República;
- 3) Primeiro-Ministro;
- 4) Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e Presidente do Tribunal Constitucional;
- 5) Presidente do Supremo Tribunal Administrativo
e Presidente do Tribunal de Contas;
- 6) Antigos Presidentes da República;
- 7) Ministros;
- 8) Presidente ou secretário-geral do maior partido da oposição;
- 9) Vice-presidentes da Assembleia da República e presidentes dos grupos parlamentares;
- 10) Procurador-Geral da República;
- 11) Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas;
- 12) Provedor de Justiça;
- 13) Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;
- 14) Presidentes das Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas;
- 15) Presidentes dos Governos Regionais;
- 16) Presidentes ou secretários-gerais dos outros partidos com representação na Assembleia da República;
- 17) Antigos Presidentes da Assembleia da República e antigos Primeiros-Ministros;
- 18) Conselheiros de Estado;
- 19) Presidentes das comissões permanentes da Assembleia da República;
- 20) Secretários e subsecretários de Estado;
- 21) Chefes dos Estados-Maiores da Armada, do Exército e da Força Aérea;
- 22) Deputados à Assembleia da República;
- 23) Deputados ao Parlamento Europeu;
- 24) Almirantes da Armada e marechais;
- 25) Chefes da Casa Civil e Militar do Presidente da República;
- 26) Presidentes do Conselho Económico e Social, da Associação Nacional dos Municípios Portugueses e da Associação Nacional das Freguesias;
- 27) Governador do Banco de Portugal;

- 28) Chanceleres das Ordens Honoríficas Portuguesas;
- 29) Vice-presidente do Conselho Superior da Magistratura;
- 30) Juizes conselheiros do Tribunal Constitucional;
- 31) Juizes conselheiros do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal de Contas;
- 32) Secretários e subsecretários regionais dos Governos das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;
- 33) Deputados às Assembleias Legislativas das Regiões Autónomas;
- 34) Comandante-geral da Guarda Nacional Republicana e director nacional da Polícia de Segurança Pública;
- 35) Secretários-gerais da Presidência da República, da Assembleia da República, da Presidência do Conselho de Ministros e do Ministério dos Negócios Estrangeiros;
- 36) Chefe do Protocolo do Estado;
- 37) Presidentes dos tribunais da relação e tribunais equiparados, presidentes do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e do Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos, bastonários das ordens e presidentes das associações profissionais de direito público;
- 38) Presidentes da Academia Portuguesa da História e da Academia das Ciências de Lisboa, reitores das universidades e presidentes dos institutos politécnicos de direito público;
- 39) Membros dos conselhos das ordens honoríficas portuguesas;
- 40) Juizes desembargadores dos tribunais da relação e tribunais equiparados e procuradores-gerais-adjuntos, vice-reitores das universidades e vice-presidentes dos institutos politécnicos de direito público;
- 41) Presidentes das câmaras municipais;
- 42) Presidentes das assembleias municipais;
- 43) Governadores civis;
- 44) Chefes de gabinete do Presidente da República, do Presidente da Assembleia da República e do Primeiro-Ministro;
- 45) Presidentes, membros e secretários-gerais ou equivalente dos conselhos, conselhos nacionais, conselhos superiores, conselhos de fiscalização, comissões nacionais, altas autoridades, altos-comissários, entidades reguladoras, por ordem de antiguidade da respectiva instituição, directores-gerais e presidentes dos institutos públicos, pela ordem dos respectivos ministérios e dentro destes da respectiva lei orgânica, provedor da Misericórdia de Lisboa e presidente da Cruz Vermelha Portuguesa;
- 46) Almirantes e oficiais gerais com funções de comando, conforme a respectiva hierarquia militar, comandantes operacionais e comandantes de zona militar, zona marítima e zona aérea, das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira;
- 47) Directores do Instituto de Defesa Nacional e do Instituto de Estudos Superiores Militares, comandantes da Escola Naval, da Academia Militar e da Academia da Força Aérea, almirantes e oficiais gerais de 3 e 2 estrelas;
- 48) Chefes de gabinete dos membros do Governo;
- 49) Subdirectores-gerais e directores regionais;
- 50) Juizes de comarca e procuradores da República;
- 51) Vereadores das câmaras municipais;
- 52) Assessores, consultores e adjuntos do Presidente da República, do Presidente da Assembleia da República e do Primeiro-Ministro;
- 53) Presidentes das juntas de freguesia;
- 54) Membros das assembleias municipais;
- 55) Presidentes das assembleias de freguesia e membros das juntas e das assembleias de freguesia;

- 56) Directores de serviço;
- 57) Chefes de divisão;
- 58) Assessores e adjuntos dos membros do Governo.

Artigo 8º

Equiparações

- 1 — As altas entidades públicas não expressamente mencionadas na lista constante do artigo anterior serão enquadradas nas posições daquelas cujas competências, material e territorial, mais se aproximem.
- 2 — Aos cônjuges das altas entidades públicas, ou a quem com elas viva em união de facto, desde que convidados para a cerimónia, é atribuído lugar equiparado às mesmas quando estejam a acompanhá-las.

Artigo 9º

Eleição e antiguidade

- 1 — Entre as entidades de idêntica posição precede aquela cujo título resultar de eleição popular.
- 2 — Entre entidades com igual título precede aquela que tiver mais antiguidade no exercício do cargo, salvo se outra regra resultar do disposto na presente lei.

SECÇÃO III

Órgãos de soberania

Artigo 10º

Presidente da República

- 1 — O Presidente da República tem precedência absoluta e preside em qualquer cerimónia oficial em que esteja pessoalmente presente, à excepção dos actos realizados na Assembleia da República.
- 2 — O Presidente da República é substituído, nos termos constitucionais, pelo Presidente da Assembleia da República, que goza então, como Presidente da República interino, do estatuto protocolar do Presidente da República.
- 3 — Para efeitos da presente lei, o Presidente da República não pode fazer-se representar por ninguém, não gozando, portanto, de precedência sobre entidades mais categorizadas qualquer delegado pessoal dele.

Artigo 11º

Presidente da Assembleia da República

- 1 — Na Assembleia da República, o respectivo Presidente preside sempre, mesmo que esteja presente o Presidente da República.
- 2 — O Presidente da Assembleia da República preside a qualquer cerimónia oficial desde que não esteja pessoalmente presente o Presidente da República, excepto aos actos realizados no Supremo Tribunal de Justiça ou no Tribunal Constitucional.
- 3 — O Presidente da Assembleia da República é substituído e pode fazer-se representar, nos termos constitucionais e regimentais, por um dos vice-presidentes da Assembleia da República, o qual goza então do estatuto protocolar do Presidente.

Artigo 12º

Primeiro-Ministro

- 1 — O Primeiro-Ministro preside àquelas cerimónias oficiais em que não estejam presentes nem o Presidente da República nem o Presidente da Assembleia da República.
- 2 — O Primeiro-Ministro pode fazer-se representar, na sua ausência ou impedimento, por um ministro da sua escolha, o qual goza então do respectivo estatuto protocolar.

Artigo 13º

Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça e do Tribunal Constitucional

O Presidente do Supremo Tribunal de Justiça e o Presidente do Tribunal Constitucional presidem sempre nos respectivos tribunais, excepto estando presente o Presidente da República.

Artigo 14º

Ministros

- 1 — Os ministros ordenam-se segundo o diploma orgânico do Governo.
- 2 — Nas cerimónias de natureza diplomática, o Ministro dos Negócios Estrangeiros precede todos os outros.
- 3 — Nas cerimónias de natureza militar, o Ministro da Defesa Nacional precede todos os outros, salvo nas que respeitem à Guarda Nacional Republicana, em que a precedência cabe ao Ministro da Administração Interna.
- 4 — Nas cerimónias do âmbito de cada ministério, o respectivo ministro tem a precedência.

Artigo 15º

Vice-presidentes da Assembleia da República

- 1 — Os vice-presidentes da Assembleia da República têm entre si a precedência correspondente à representatividade do respectivo grupo parlamentar.
- 2 — O vice-presidente que substituir ou representar o Presidente da Assembleia da República, por motivo de ausência, impedimento ou delegação deste, goza do respectivo estatuto protocolar.

Artigo 16º

Altos dirigentes partidários e parlamentares

Os presidentes ou secretários-gerais dos partidos políticos com representação na Assembleia da República, bem como os respectivos presidentes dos grupos parlamentares, ordenam-se conforme a sua representatividade eleitoral.

Artigo 17º

Altas entidades das Regiões Autónomas

- 1 — Os Representantes da República, os Presidentes das Assembleias Legislativas e os Presidentes dos Governos Regionais gozam, em todo o território nacional e nas representações diplomáticas e consulares de Portugal no estrangeiro, do estatuto protocolar dos ministros.
- 2 — O disposto no número anterior não prejudica as precedências estabelecidas na presente lei.
- 3 — Ficam salvaguardadas as honras determinadas em legislação de cada uma das Regiões Autónomas para os presidentes dos respectivos órgãos de governo próprio.

Artigo 18º

Conselheiros de Estado

Os conselheiros de Estado não expressamente mencionados na lista de precedências ordenam-se, de acordo com a determinação constitucional, do modo seguinte: personalidades designadas pelo Presidente da República, conforme o diploma de nomeação, e personalidades eleitas pela Assembleia da República, segundo a respectiva eleição.

Artigo 19º

Presidentes das comissões parlamentares

Os presidentes das comissões permanentes da Assembleia da República ordenam-se conforme o disposto na resolução que as tenha instituído.

Artigo 20º

Secretários e subsecretários de Estado

- 1 — Os secretários e os subsecretários de Estado ordenam-se segundo o diploma orgânico do Governo.
- 2 — Os secretários e os subsecretários de Estado podem representar os respectivos ministros na ausência ou impedimento destes.

Artigo 21º

Deputados à Assembleia da República

- 1 — Os deputados à Assembleia da República ordenam-se segundo a representatividade eleitoral do respectivo partido, conforme o princípio da proporcionalidade.
- 2 — No círculo eleitoral por que foram eleitos, os deputados têm entre si a precedência decorrente da ordem da respectiva eleição, ressalvada, porém, aquela que resulte da acumulação, por qualquer deles, de outro cargo ou precedência superior previsto na presente lei.

Artigo 22º

Deputados ao Parlamento Europeu

- 1 — Os deputados ao Parlamento Europeu ordenam-se segundo a representatividade dos respectivo partidos nas eleições correspondentes e dentro de cada partido por ordem da respectiva eleição.
- 2 — O cargo de Vice-Presidente do Parlamento Europeu confere prioridade sobre o conjunto, ordenando-se os respectivos titulares, caso haja vários, por razão da representatividade do respectivo grupo parlamentar.

Artigo 23º

Ordens honoríficas portuguesas

- 1 — Os chanceleres das ordens honoríficas portuguesas ordenam-se conforme o respectivo diploma orgânico: antigas ordens militares, ordens nacionais, ordens do mérito.
- 2 — Os conselhos das ordens ordenam-se segundo a mesma regra e os seus membros conforme o respectivo diploma de nomeação.

Artigo 24º

Altos magistrados

Os juizes conselheiros do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal de Justiça, do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal de Contas ordenam-se, dentro de cada uma das respectivas instituições, por antiguidade no exercício das funções, precedendo os vice-presidentes.

SECÇÃO IV

Regiões Autónomas

Artigo 25º

Representante da República

1 — O Representante da República tem, na respectiva Região Autónoma, a primeira precedência, que cede quando estiverem presentes o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República e o Primeiro-Ministro.

2 — O Representante da República não pode fazer-se representar por ninguém.

3 — O Representante da República é substituído, nos termos constitucionais, pelo Presidente da Assembleia Legislativa, que goza então do respectivo estatuto protocolar.

Artigo 26º

Presidente da Assembleia Legislativa

1 — O Presidente da Assembleia Legislativa segue imediatamente o Representante da República.

2 — O Presidente da Assembleia Legislativa preside sempre às sessões respectivas, bem como aos actos por ela organizados, excepto se estiverem presentes o Presidente da República ou o Presidente da Assembleia da República.

3 — O Presidente da Assembleia Legislativa é substituído e pode fazer-se representar por um dos vice--presidentes, o qual goza então do estatuto protocolar do Presidente.

Artigo 27º

Presidente do Governo Regional

O Presidente do Governo Regional segue imediatamente o Presidente da Assembleia Legislativa.

Artigo 28º

Cerimónias nacionais e regionais

1 — Em cerimónias nacionais, os Representantes da República para as Regiões Autónomas, os Presidentes das Assembleias Legislativas e os Presidentes dos Governos Regionais ordenam-se conforme a antiguidade no exercício dos respectivos cargos.

2 — As altas entidades de cada uma das Regiões Autónomas têm na outra estatuto protocolar idêntico ao das respectivas homólogas, seguindo imediatamente a posição correspondente.

Artigo 29º

Altas entidades da República

As altas entidades mencionadas no artigo 7º com precedência sobre os secretários regionais e ainda não expressamente referidas, quando na Região Autónoma, seguem imediatamente, pela respectiva ordem, o Presidente do Governo Regional.

Artigo 30º

Secretários regionais

1 — Os secretários regionais ordenam-se entre si conforme o estabelecido no diploma orgânico do Governo Regional, precedendo os vice-presidentes, se os houver.

2 — Fora dos casos previstos no artigo 29º, os secretários regionais seguem imediatamente o Presidente do Governo Regional.

3 — Aquele dos secretários regionais que substituir o Presidente do Governo Regional, por motivo de ausência, impedimento ou delegação deste, goza do respectivo estatuto protocolar.

SECÇÃO V

Poder local

Artigo 31º

Presidentes das câmaras municipais

1 — Os presidentes das câmaras municipais, no respectivo concelho, gozam do estatuto protocolar dos ministros.

2 — Os presidentes das câmaras municipais presidem a todos os actos realizados nos paços do concelho ou organizados pela respectiva câmara, excepto se estiverem presentes o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República ou o Primeiro-Ministro, nas Regiões Autónomas, têm ainda precedência o Representante da República, o Presidente da Assembleia Legislativa e o Presidente do Governo Regional.

3 — Em cerimónias nacionais realizadas no respectivo concelho, os presidentes das câmaras municipais seguem imediatamente a posição das entidades com estatuto de ministro e, se mesa houver, nela tomarão lugar, em termos apropriados.

4 — Em cerimónias das Regiões Autónomas realizadas no respectivo concelho, os presidentes das câmaras municipais seguem imediatamente a posição dos secretários regionais e, se mesa houver, nela tomarão lugar, em termos apropriados.

Artigo 32º

Presidentes das assembleias municipais

1 — Os presidentes das assembleias municipais, no respectivo concelho, seguem imediatamente o presidente da câmara.

2 — Os presidentes das assembleias municipais presidem sempre às respectivas sessões, excepto se estiverem presentes o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República ou o Primeiro-Ministro, e, nas Regiões Autónomas, ainda o Representante da República, o Presidente da Assembleia Legislativa ou o Presidente do Governo Regional.

Artigo 33º

Presidentes das juntas e das assembleias de freguesia

Os presidentes das juntas e das assembleias de freguesia, como representantes democraticamente eleitos das populações, têm, na respectiva circunscrição, estatuto análogo ao dos presidentes das câmaras e das assembleias municipais, somando-se estes últimos às entidades a quem devem ceder a precedência e que são as mencionadas nos artigos 31º e 32º.

SECÇÃO VI

Outras entidades

Artigo 34º

Altas entidades estrangeiras e internacionais

As altas entidades de Estados estrangeiros e de organizações internacionais têm tratamento protocolar equivalente às entidades nacionais homólogas.

Artigo 35º

Altas entidades da União Europeia

- 1 — O Presidente do Parlamento Europeu, quando em Portugal, segue imediatamente o Presidente da Assembleia da República e as entidades parlamentares europeias as suas congéneres portuguesas.
- 2 — O Presidente do Conselho Europeu segue imediatamente o Primeiro-Ministro, excepto se for chefe de Estado, caso em que segue imediatamente o Presidente da República.
- 3 — O Presidente da Comissão Europeia segue imediatamente o Primeiro-Ministro e os comissários europeus os ministros portugueses homólogos.
- 4 — Às entidades judiciais e administrativas da União Europeia deverá ser dado tratamento análogo ao disposto nos números anteriores.

Artigo 36º

Altas entidades diplomáticas

- 1 — Os embaixadores estrangeiros acreditados em Lisboa, quando não puder ser-lhes reservado lugar à parte, seguem imediatamente o secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, ordenando-se entre si por razão de antiguidade da apresentação das respectivas cartas-credenciais, salvaguardada a tradicional precedência do Núncio Apostólico, como decano do corpo diplomático.
- 2 — Quando em visita oficial, devidamente participada, às Regiões Autónomas ou a distritos ou concelhos do território continental da República, os embaixadores estrangeiros acreditados em Lisboa têm direito a tratamento equivalente aos dos ministros.
- 3 — Por ocasião de visitas oficiais de delegações estrangeiras de alto nível, o embaixador do país em questão integra a comitiva da entidade que a ela preside, ocupando, com honras idênticas, posição imediatamente a seguir àquelas que nela têm tratamento equivalente ao de ministro.
- 4 — Os embaixadores portugueses acreditados no estrangeiro, quando em Portugal, são tratados nos mesmos termos protocolares dos embaixadores estrangeiros.
- 5 — Os representantes diplomáticos de grau inferior ao de embaixador são equiparados aos diplomatas portugueses da mesma categoria e estes, por seu turno, aos outros servidores do Estado de idêntico nível.
- 6 — Os côsules-gerais, côsules e vice-côsules de carreira precedem os côsules e vice-côsules honorários, ordenando-se todos eles, em cada categoria, pela antiguidade das respectivas cartas-patentes.
- 7 — Nas sedes das representações diplomáticas no estrangeiro, o respectivo titular preside sempre, excepto estando presente o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República, o Primeiro-Ministro ou o Ministro dos Negócios Estrangeiros.
- 8 — Nas visitas de delegações portuguesas chefiadas por entidades com estatuto protocolar de ministros caberá a estas a precedência em todos os actos externos do respectivo programa.

Artigo 37º

Familiares de chefes de Estado estrangeiros

Os familiares de chefes de Estado estrangeiros deverão ser tratados como convidados especiais do Presidente da República e colocados junto dele ou, não estando presente, de quem tiver, por virtude da mais alta precedência protocolar, a presidência.

Artigo 38º

Autoridades religiosas

As autoridades religiosas, quando convidadas para cerimónias oficiais, recebem o tratamento adequado à dignidade e representatividade das funções que exercem, ordenando-se conforme a respectiva implantação na sociedade portuguesa.

Artigo 39º

Autoridades universitárias

1 — Os reitores das universidades e os presidentes dos institutos politécnicos presidem aos actos realizados nas respectivas instituições, excepto quando estiverem presentes o Presidente da República ou o Presidente da Assembleia da República.

2 — As deputações dos claustros académicos que participem em cerimónias oficiais seguem imediatamente os respectivos reitores ou presidentes.

Artigo 40º

Entidades da sociedade civil

Os dirigentes das confederações patronais e sindicais e de quaisquer outras entidades da sociedade civil quando convidados para cerimónias oficiais, ocupam lugar adequado à sua relevância e representatividade.

Artigo 41º

Governadores civis

1 — Os governadores civis, no respectivo distrito, seguem imediatamente a posição do presidente da assembleia municipal do concelho onde se realizar a cerimónia, salvo quando se encontrarem em representação expressa de membro do Governo convidado para a presidir, caso em que assumirão a presidência.

2 — Em cerimónias oficiais no âmbito da segurança, protecção e socorro, se não estiverem presentes membros do Governo, os governadores civis, no respectivo distrito, assumem a posição protocolar dos ministros, precedendo o presidente da câmara municipal do concelho onde tais cerimónias tenham lugar.

SECÇÃO VII

Luto nacional

Artigo 42º

Declaração

1 — O Governo declara o luto nacional, sua duração e âmbito, sob a forma de decreto.

2 — O luto nacional é declarado pelo falecimento do Presidente da República, do Presidente da Assembleia da República e do Primeiro-Ministro e ainda dos antigos Presidentes da República.

3 — O luto nacional é ainda declarado pelo falecimento de personalidade, ou ocorrência de evento, de excepional relevância.

SECÇÃO VIII

Disposições finais

Artigo 43º

Norma revogatória São revogados os preceitos de quaisquer diplomas legais ou regulamentares anteriores que estabeleçam precedências protocolares diferentes ou contrárias às da presente lei.

Artigo 44º

Entrada em vigor

A presente lei entra em vigor no 30º dia posterior à sua publicação.

Aprovada em 20 de Julho de 2006.

O Presidente da Assembleia da República, Jaime Gama.

Promulgada em 11 de Agosto de 2006.

Publique-se.

O Presidente da República, ANÍBALCAVACOSILVA.

Referendada em 12 de Agosto de 2006.

O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa

Diário da República, I Série – A, nº 164,

25 de Agosto de 2006

(Transcrição segundo a antigo acordo ortográfico)

Programa Exemplo de uma Visita de Estado



Visita de Estado a Portugal
de Sua Excelência
o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos,
Enrique Peña Nieto
e Senhora Angélica Rivera de Peña

4 a 6 de junho de 2014

Visita de Estado a Portugal
de Sua Excelência
o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos,
Enrique Peña Nieto e Senhora Angélica Rivera de Peña
4 a 6 de junho de 2014

PROGRAMA

COMITIVA OFICIAL

Ministro das Relações Exteriores	Senhor José António Meade Kuribreña
Ministro das Finanças	Senhor Luis Videgaray Caso
Ministro do Meio Ambiente e Recursos Naturais	Senhor Juan José Guerra Abud
Ministro da Economia	Senhor Ildefonso Guajardo Villareal
Ministro das Comunicações e Transportes	Senhor Gerardo Ruiz Esparza
Ministra do Turismo	Senhora Claudia Ruiz Massieu Salinas
Procurador -Geral da República	Senhor Jesús Murillo Karam
Chefe do Estado Maior Presidencial	General Roberto Miranda
Coordenador da Comunicação Social da Presidência da República	Senhor David López Gutiérrez
Diretor Geral do Instituto Mexicano da Segurança Social	Senhor José Antonio González Anaya
Coordenador dos Assessores da Presidência da República	Senhor Francisco Guzmán Ortiz
Secretário Auxiliar do Presidente da República	Senhor Jorge Corona Méndez
Secretário de Estado das Relações Exteriores	Embaixador Carlos de Icaza
Secretário de Estado do Comércio Externo	Senhor Francisco de Rosenzweig Mendialdua
Embaixador do México em Lisboa	Embaixador Benito Andión Sancho
Diretor Geral da Bancomext	Senhor Enrique de la Madrid Cordero
Diretor Geral de ProMéxico	Senhor Francisco González Díaz
Diretor Executivo da Agência Mexicana de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento	Senhor Juan Manuel Valla Pereña
Diretor Geral do Fundo Nacional de Fomento do Turismo (FONATUR)	Senhor Héctor Martín Gómez Barraza

3

Procuradora Federal da Defesa do Consumidor (PROFECO)	Senhora Lorena Martínez Rodríguez
Diretor Geral do Protocolo	Embaixador Miguel Malfavón
Secretário Particular da esposa do Senhor Presidente dos Estados Unidos Mexicanos	Emilio Salas Fernández
Diretor Geral para a Europa	Embaixador Alejandro Negrín Muñoz
Coordenador Adjunto dos Assessores do Presidente da República	Senhor Raymundo Balboa Cruz

4

PROGRAMA

1º Dia

Quarta-feira, 4 de junho

17.45h - Chegada de Sua Excelência o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, Enrique Peña Nieto, Senhora Angélica Rivera de Peña e comitiva ao aeroporto militar de Figo Maduro, em voo especial proveniente da Cidade do México

Sabem a bordo:

- Embaixador do México em Lisboa
- Subchefe do Protocolo do Estado

Apresentam cumprimentos:

- Embaixador de Portugal na Cidade do México, Embaixador João Caetano da Silva
- Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, Dr. Luís Campos Ferreira
- Assessora para as Relações Internacionais do Presidente da República, Embaixadora Luísa Bastos de Almeida
- Adjunto Diplomático do Primeiro-Ministro, Dr. Vasco Ávila
- Elementos da Embaixada do México em Lisboa
- Protocolo do Estado

17.55h - Partida de Sua Excelência o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, Senhora Angélica Rivera de Peña e comitiva para o Hotel Ritz

18.15h - Chegada de Sua Excelência o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, Senhora Angélica Rivera de Peña e comitiva ao Hotel Ritz.

- Instalação
- Programa privado

5

2º Dia

Quinta-feira, 5 de junho

15.00h - Partida da comitiva para o Mosteiro dos Jerónimos

15.20h - Chegada da comitiva ao Mosteiro dos Jerónimos

15.15h - Partida de Sua Excelência o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, Senhora Angélica Rivera de Peña para o Mosteiro dos Jerónimos, com escolta do esquadrão motorizado da Guarda Nacional Republicana

15.35h - Chegada de Sua Excelência o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos, Senhora Angélica Rivera de Peña ao Mosteiro dos Jerónimos

Recebem:

- Diretora do Mosteiro dos Jerónimos, Dra. Isabel Cruz de Almeida
- Prior de Santa Maria de Belém, Cônego José Manuel dos Santos Ferreira
- Chefe do Protocolo do Estado, Embaixador António Almeida Lima

- Cerimónia de deposição de uma coroa de flores no túmulo de Luís Vaz de Camões

Descrição da cerimónia:

- Sua Excelência o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos e Senhora Angélica Rivera de Peña posicionam-se em frente ao túmulo
- Dois militares da polícia do exército transportam a coroa de flores até ao túmulo
- Sua Excelência o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos dirige-se até ao túmulo e ajusta as fitas da coroa de flores, regressando à posição inicial
- Toque de silêncio
- Minuto de silêncio
- O comandante do pelotão ordena "apresentar arma", logo seguido do "toque de homenagem aos mortos"
- Toque de alvorada
- Fim da cerimónia

6

15.40h - Visita de Sua Excelência o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos e Senhora Angélica Rivera de Peña à igreja e ao claustro do Mosteiro dos Jerónimos

- Assinatura do Livro de Honra

15.50h - Partida da comitiva mexicana para o Palácio de Belém
Acompanha: Embaixador de Portugal na Cidade do México

15.55h - Chegada da comitiva mexicana ao Palácio de Belém

Recebem:

- Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Dr. José Nunes Liberato
- Assessora para as Relações Internacionais do Presidente da República

16.00h - Partida de Sua Excelência o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos e Senhora Angélica Rivera de Peña para o Palácio de Belém com escolta do esquadrão de cavalaria da Guarda Nacional Republicana

16.10h - Chegada

Local: Pátio dos Bichos

Sua Excelência o Presidente da República e Dra. Maria Cavaco Silva acolhem Sua Excelência o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos e Senhora Angélica Rivera de Peña

Honras Militares

- Hinos nacionais
- Saudação à bandeira
- Revista à guarda de honra

Fotografia oficial e assinatura do Livro de Honra

Local: Sala das Bicas

Apresentação da comitiva portuguesa:

Local: Sala Doutrada

- Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Dr. Rui Machete
- Embaixador de Portugal na Cidade do México
- Chefe da Casa Civil do Presidente da República

7

- Chefe da Casa Militar do Presidente da República, Tenente-General Carlos de Carvalho dos Reis
- Secretário-Geral da Presidência da República, Dr. Arnaldo Pereira Coutinho
- Assessora para as Relações Internacionais do Presidente da República
- Assessora da Dra. Maria Cavaco Silva, Dra. Margarida Mealha
- Consultor para as Relações Internacionais e Comunidades Portuguesas, Dr. Mário Martins
- Consultora para as Relações Internacionais do Presidente da República, Dra. Maria Manuel Morais e Silva
- Consultora para as Relações Internacionais do Presidente da República, Dra. Raquel Oliveira Martins

Apresentação da comitiva mexicana:

Local: Sala Império

- Ministro das Relações Exteriores
- Ministro das Finanças
- Ministro do Meio Ambiente e Recursos Naturais
- Ministro da Economia
- Ministro das Comunicações e Transportes
- Ministra do Turismo
- Procurador - Geral da República
- Chefe do Estado Maior Presidencial
- Coordenador da Comunicação Social da Presidência
- Secretário de Estado das Relações Exteriores
- Embaixador do México em Lisboa
- Diretor Geral do Protocolo

Troca de condecorações

Local: Sala dos Embaixadores

16.25h - Encontro de Sua Excelência o Presidente da República e Dra. Maria Cavaco Silva com Sua Excelência o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos e Senhora Angélica Rivera de Peña

Local: Gabinete de trabalho do Presidente da República

16.30h - Programa privado da Senhora Angélica Rivera de Peña

8

16.35h - Encontro entre Sua Excelência o Presidente da República e Sua Excelência o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos

Delegação portuguesa:

- Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros
- Embaixador de Portugal na Cidade do México
- Assessora para as Relações Internacionais do Presidente da República
- Consultor para as Relações Internacionais do Presidente da República

Delegação mexicana:

- Ministro das Relações Exteriores
- Ministro das Finanças
- Ministro do Meio Ambiente e Recursos Naturais
- Ministro da Economia
- Ministro das Comunicações e Transportes
- Ministra do Turismo
- Procurador - Geral da República
- Secretário de Estado das Relações Exteriores
- Embaixador do México em Lisboa
- intérprete

17.05h - Declarações à imprensa

Local: Sala das Bicas

17.20h - Partida de Sua Excelência o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos para a Assembleia da República

17.30h - Chegada

Recebe:

- Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, Dra. Assunção Esteves

Honras Militares

- Hinos nacionais
- Revista à guarda de honra

Assinatura do Livro de Honra

Local: Salão Nobre

9

Encontro entre Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República e Sua Excelência o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos

Local: Sala de Visitas da Presidência

Participam:

Delegação portuguesa:

- Vice-Presidentes da Assembleia da República
- Presidentes dos Grupos Parlamentares
- Presidente da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas
- Secretários da Mesa
- Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Portugal-México
- Presidente do Fórum Parlamentar Ibero-Americano

Delegação mexicana:

- Ministro das Relações Exteriores
- Ministro das Finanças
- Ministro do Meio Ambiente e Recursos Naturais
- Ministro da Economia
- Ministro das Comunicações e Transportes
- Ministra do Turismo
- Procurador - Geral da República
- Chefe do Estado Maior Presidencial
- Coordenador da Comunicação Social da Presidência
- Coordenador de Assessores da Presidência da República
- Secretário Adjunto do Presidente da República
- Secretário de Estado das Relações Exteriores
- Secretário de Estado do Comércio Exterior
- Embaixador do México em Lisboa
- Diretor Geral do Protocolo
- intérprete

18.30h - Partida de Sua Excelência o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos para o hotel Ritz

18.40h - Chegada ao hotel

10

19.30h - Partida da comitiva mexicana para o Palácio Nacional da Ajuda

19.45h - Partida de Sua Excelência o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos e Senhora Angélica Rivera de Peña para o Palácio Nacional da Ajuda

19.50h - Chegada da comitiva mexicana

20.00h - Chegada de Sua Excelência o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos e Senhora Angélica Rivera de Peña

Sua Excelência o Presidente da República e Dra. Maria Cavaco Silva acolhem Sua Excelência o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos e Senhora Angélica Rivera de Peña na Entrada do Vestíbulo

Fotografia Oficial

Apertivos dos Chefes de Estado, senhoras, Presidente da Assembleia da República, Primeiro Ministro e senhora (Sala do Despacho do Rei)

Cerimónia de Cumprimentos (Sala D. João VI)

20.30h - Jantar oferecido por Sua Excelência o Presidente da República e Dra. Maria Cavaco Silva em honra de Sua Excelência o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos e Senhora Angélica Rivera de Peña

Local: Sala da Ceta

*Traje: Fato escuro
Vestido curto
Uniforme correspondente*

No início do Jantar:

- Hinos nacionais
- Discurso e brinde por Sua Excelência o Presidente da República
- Discurso e brinde por Sua Excelência o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos

Durante o jantar o conjunto de câmara da GNR tocará algumas peças musicais e depois da sobremesa haverá atuação de uma fadista

22.00h - Fim do jantar

- Café servido na Sala D. João VI

22.30h - Regresso ao hotel

11

3º Dia

Sexta-feira, 6 de Junho

08.30h - Seminário empresarial - "Oportunidades de Negócios, México-Portugal" no Hotel Ritz

Local: Salão Nobre

11.00h - Chegada de Suas Excelências o Presidente da República e o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos ao hotel Ritz

Início da sessão de encerramento do seminário empresarial

- Lançamento do selo comemorativo dos 150 Anos de relações diplomáticas entre ambos os países
- Assinatura de protocolos
- Apresentação pelo Ministro da Economia dos Estados Unidos Mexicanos
- Alocução de Sua Excelência o Presidente da República
- Alocução de Sua Excelência o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos

11.40h - Fim da sessão

12.00h - Partida de Sua Excelência o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos e comitiva para a Residência Oficial do Primeiro-Ministro

12.10h - Chegada à Residência Oficial do Primeiro Ministro

Encontro entre Sua Excelência o Primeiro-Ministro, Dr. Pedro Passos Coelho e Sua Excelência o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos

Delegação portuguesa:

- Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros
- Embaixador de Portugal na Cidade do México
- Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro, Embaixador Francisco Ribeiro de Menezes
- Assessor diplomático do Primeiro-Ministro
- Adjunto diplomático do Primeiro-Ministro, Dr. Vasco Ávila

12

– Partida de Sua Excelência o Presidente dos Estados Unidos Mexicanos e Senhora Angélica Rivera e Comitiva em voo especial com destino a Roma

14

CORTEJO

Batedores
(Motos)

Carro do Protocolo (P1)

Carro de Comando

Escolta
(Motos)

VIP
(Presidente dos Estados Unidos Mexicanos)

Segurança (S1)

Segurança (S2)

INEM
(Carro de emergência médica)

CD 1
(Embaixador de Portugal na Cidade do México)

CD 2
(Embaixador do México em Lisboa)

A1
Ministro das Relações Exteriores
Senhor José António Meade Kuribreña

Ministro das Finanças
Senhor Luis Videgaray Caso

A2
Ministro do Meio Ambiente e Recursos Naturais
Senhor Juan José Guerra Abud

15

Ministro da Economia
Senhor Ildefonso Guajardo Villareal

A3
Ministro das Comunicações e Transportes
Senhor Gerardo Ruiz Esparza

Ministra do Turismo
Senhora Claudia Ruiz Massieu Salinas

Minivan 1

Minivan 2

Ambulância (INEM)

Carro da Polícia

16

CORTEJO

Programa da Senhora Angélica Rivera de Peña

Escolta
(Motos)

Carro do Protocolo (P2)

VIP2
(Senhora Angélica Rivera de Peña)

Segurança (S3)

A4
Chefe do Departamento de Cerimonial
Senhora Laura Isabel Estrada García

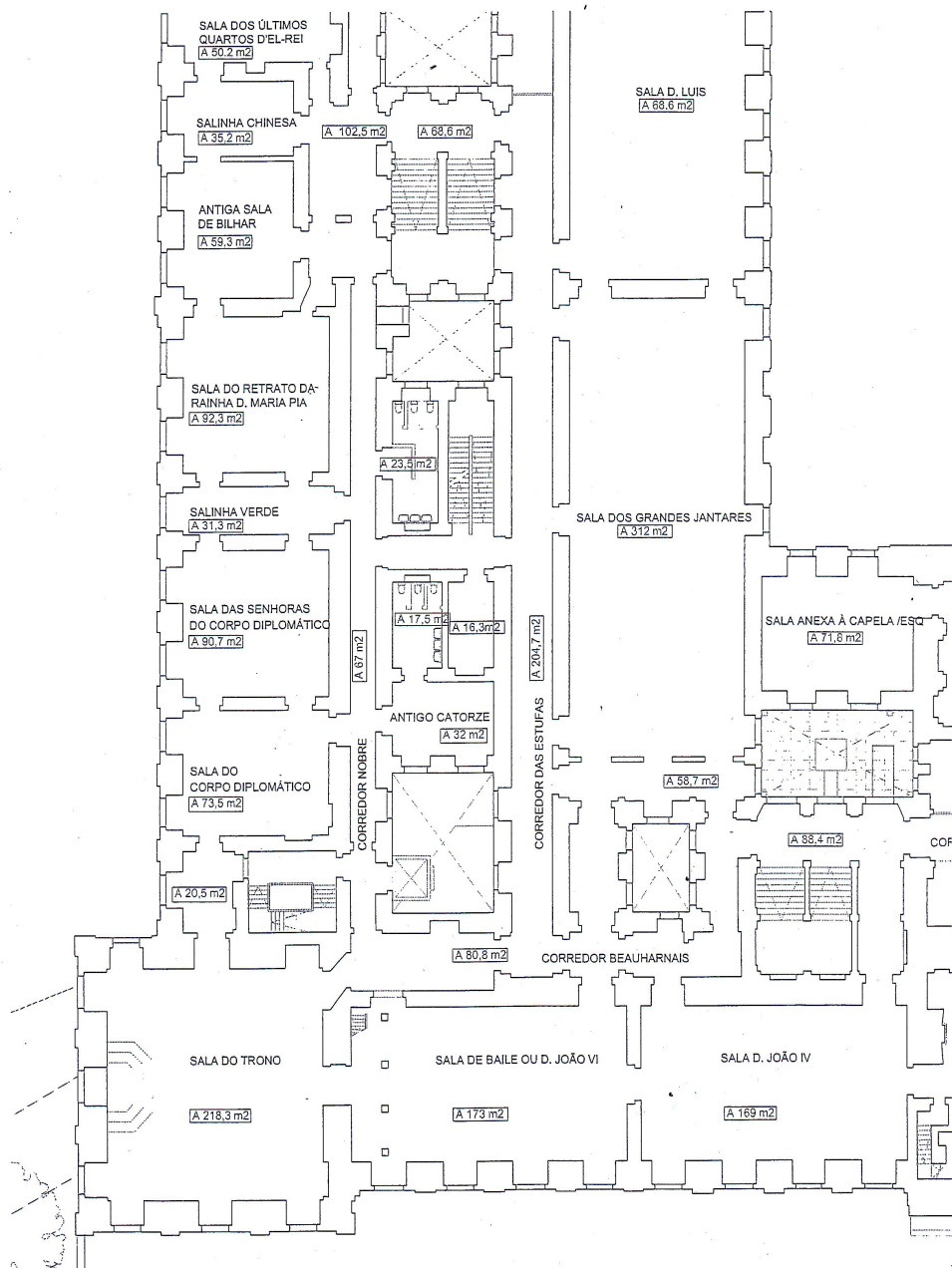
17

CONTACTOS

AT1 – Coronel Jorge Candeias	(+351) 21
Hotel Ritz	(+351) 21
Mosteiro Jerónimos	(+351) 21 (+351) 21
Presidência da República - Palácio de Belém	(+351) 21 (+351) 21
Residência Oficial do Primeiro Ministro	(+351) 21
Bernardo Amaral	(+351) 91
Assembleia da República	(+351) 21 (+351) 21
Palácio Nacional da Ajuda	(+351) 21
Ministério dos Negócios Estrangeiros Protocolo do Estado	(+351) 21
Coordenadora da Visita	(+351) 96
Embaixada do México	(+351) 21
Gabinete de Informação e Imprensa	(+351) 21
AICEP	(+351) 21
PSP	(+351) 96
INEM	(+351) 92

Esquema Palácio Nacional da Ajuda

Planta 1º piso



Programa do Jantar Palácio Nacional da Ajuda



Jantar

*Em honra de
Sua Excelência
o Presidente dos
Estados Unidos Mexicanos
e Angélica Rivera de Peña,
oferecido por
Sua Excelência o Presidente da República
e Maria Cavaco Silva*

Palácio Nacional da Ajuda, 5 de junho de 2014

Quarteto de cordas da GNR

1. ° Violino 2. ° Sargento Músico José Frasquilho
2. ° Violino Guarda Músico Daniel Canelas
- Viola Guarda Músico João Barata
- Violoncelo Cabo Músico Abel Gomes

*

*La Rejouissance - Haendel
Drites Quartett - W. A. Mozart
Tango - M. Mclean
Divertimento in B - W. A. Mozart
Foi Deus - Alberto Janes
Por Uma Cabeza - Carlos Gardel
Lisboa Antiga - Arr. Pedro Osório
Country Club - Scott Joplin
Balada - Josef Suck*

Raquel Tavares (voz)
Pedro Castro (guitarra portuguesa)
Bernardo Viana (guitarra clássica)

A los 5 años de edad fue elegida por su profesor para cantar "Tudo isto é Fado" porque se parecía a una cantante de Fado y desde allí no paró más. A los 12 años, comienza a participar en concursos de fado de norte a sur de Portugal, conquistando 12 primeros lugares, entre ellos la Grande Noche de Fado en la categoría Juvenil, en el Coliseu de Lisboa en 1997.

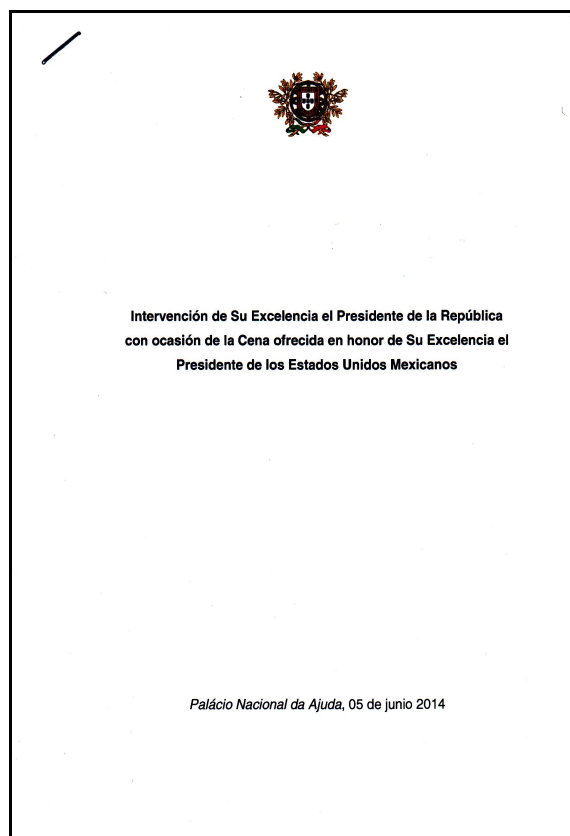
A los 17 años empieza a cantar profesionalmente de la mano de Fernando Mauricio en el restaurante Los Ferreiras, seguido de algunas de las principales casas de fado de Lisboa, como el Café Luso, Forcado, Faia, Adega Machado, Adega Mesquita, Senhor Vinho, Bacalhau de Molho y Mesa de Frades.

Entre las voces que más la influyeron están Fernando Mauricio, Herminia Silva, Lucília do Carmo, José Maria da Guia, Berta Cardoso y Beatriz da Conceição, algunos de los más importantes fadistas portugueses.

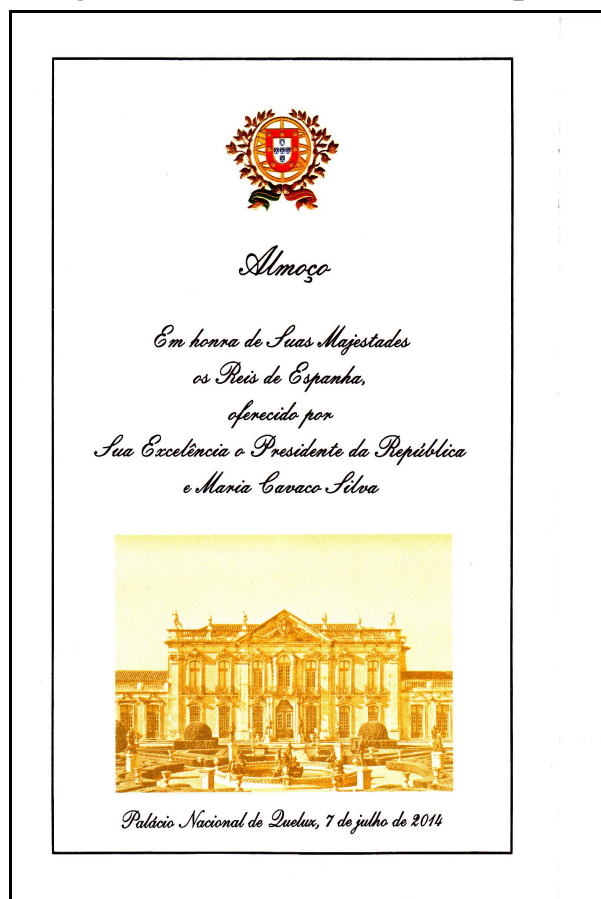
En 2006 publica su primer álbum titulado "Raquel Tavares". En el mismo año, ganó el Premio Revelación Amália Rodrigues y el Premio Revelación de la Casa de la Prensa. En 2008 se publica el segundo disco, "Barrio". Afuera de Portugal, Raquel ha actuado en países como España, Francia, Italia, Grecia, Marruecos, Alemania, Colombia, Bélgica, Holanda, Escocia, Inglaterra, Irlanda, Uruguay, Argentina, Brasil, Canadá y China.

En su actitud, se da cuenta de la experiencia y la absorción de esta fantástica arte de quién nace y crece en el "ambiente fadista". En la esencia su canto, está la postura, la regla y la influencia de otros grandes fabricantes de esta forma de ser y de vivir que los portugueses llaman "Fado".

Discurso Jantar Palácio Nacional da Ajuda



Programa Almoço Reis de Espanha



Programa de Visita de um Ministro dos Negócios Estrangeiros a Portugal

Visit to Portugal of Her Excellency the Minister for Foreign Affairs and Regional Integration of the Republic of Ghana, the Honourable Hanna Tetteh

8th to 10th of September 2014

Programme

1st day

Monday, September 8th

18.05p.m. -Arrival of Her Excellency the Minister for Foreign Affairs and Regional Integration of the Republic of Ghana, the Honourable Hanna Tetteh, and party, to Lisbon Airport (flight BA 502)
High Entities Room B

Greeted by: Protocol of State

Departure of the Minister for Foreign Affairs and Regional Integration of Ghana to Hotel Altis Avenida
Address: R. 1^o de Dezembro 120, 1200-360 Lisboa

Private time

3

Official delegation

Minister of Foreign Affairs and Regional Integration of the Republic of Ghana	The Honorable Hanna Tetteh
Director for Europe, Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Ghana	Mr. Ramses Cleland
Director for Africa and Regional Integration, Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Ghana	Mrs. Sena Siaw-Boateng
Minister-Counsellor, Embassy of the Republic of Ghana to Paris	Mr. Kwesi Amuzu-Kpene
Personal Assistant to the Minister of Foreign Affairs and Regional Integration of the Republic of Ghana	Ms Francisca Twintoh
Ministry of Finance and Economic Planning of the Republic of Ghana	Mr Alex Dadzawa

2

2nd day

Tuesday, September 9th

09.00am- Working breakfast promoted by the Chamber of Commerce and Industry Portugal-Ghana.

Take part on the Portuguese side:
H. E. the Secretary of State for Foreign Affairs and Cooperation, Mr. Lúis Campos Ferreira
President of the Chamber of Commerce and Industry Portugal-Ghana, Mr. Pedro Cadell
Member of the Board of AICEP, Mr. Pedro Pessoa e Costa

Take part on the Ghana side:
Minister for Foreign Affairs and Regional Integration of Ghana
Director for Europe, Ministry of Foreign Affairs and Regional Integration of Ghana

Venue: Tivoli Hotel

11.30am – Working meeting between H.E. the Minister of State and Foreign Affairs of Portugal, Mr. Rui Machete, and H.E. the Minister of Foreign Affairs and Regional Integration of Ghana.

Take part on the Portuguese side:
Minister of State and Foreign Affairs
Director-General of External Policy, Mr. Francisco Duarte Lopes
Chief of Cabinet of the Minister of State and Foreign Affairs, Mr. António Moniz
Director of the Sub-Saharan Africa Department, Mr. João Queirós
Advisor, Cabinet of the Minister of State and Foreign Affairs, Ms Lúcia Portugal Nâncio
Advisor, Cabinet of the Minister of State and Foreign Affairs, Ms Francisca Seabra
Advisor, Cabinet of the Secretary of State of Foreign Affairs and Cooperation, Mr. João Silveira

Take part on the Ghana side:
Minister for Foreign Affairs and Regional Integration of Ghana
Director for Europe, Ministry of Foreign Affairs and Regional Integration of Ghana
Director for Africa and Regional Integration, Ministry of Foreign Affairs of the Republic of Ghana Mrs. Sena Siaw-Boateng
Minister-Counsellor, Embassy of the Republic of Ghana to Paris, Mr. Kwesi Amuzu-Kpene
Personal Assistant to the Minister of Foreign Affairs and Regional Integration of the Republic of Ghana Ms Francisca Twintoh

4

12.45pm – Press Conference

13:00pm – Lunch hosted by the Minister of State and Foreign Affairs.

Take part on the Portuguese side:
Minister of State and Foreign Affairs
Director-General of External Policy, Mr. Francisco Duarte Lopes
Chief of Cabinet of the Minister of State and Foreign Affairs, Mr. António Moniz
Director of the Sub-Saharan Africa Department, Mr. João Queirós
Advisor, Cabinet of the Minister of State and Foreign Affairs, Ms. Lúcia Portugal Nêncio
Advisor, Cabinet of the Minister of State and Foreign Affairs, Ms. Francisca Soares
Advisor, Cabinet of the Secretary of State of Foreign Affairs and Cooperation, Mr. João Silveira

Take part on the Ghana side:
Minister for Foreign Affairs and Regional Integration of Ghana
Director for Europe, Ministry of Foreign Affairs and Regional Integration of Ghana
Director for Africa and Regional Integration, Ministry of Foreign Affairs
of the Republic of Ghana Mrs. Sena Sissu-Boateng
Minister-Counsellor, Embassy of the Republic of Ghana in Paris, Mr. Kwesi Amuzu-Kpene
Personal Assistant to the Minister of Foreign Affairs and Regional Integration of the Republic of Ghana Ms. Francisca Twintob

Afternoon

Private time

5

3rd day

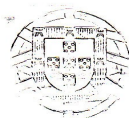
Wednesday, 10th September 2014

11.15am - Departure of Her Excellency the Minister for Foreign Affairs and Regional Integration of Ghana, Hanna Tetteh, from Lisbon Airport, (flight AF 1025 to Paris)
High Entities Room B

6

Convite Ministro dos Negócios Estrangeiros e Comunidades

Por ocasião da visita de Sua Excelência a Ministra dos Negócios Estrangeiros e Integração Regional do Gana, Hanna Tetteh



O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

tem a honra de convidar

para *que se realiza no dia* *de*

às *horas,*

R.S.F.F.
ao Protocolo do Estado
Ministério dos Negócios Estrangeiros

PROGRAMA CONCERTO E JANTAR EM HONRA DO CORPO DIPLOMÁTICO



**Concerto
por ocasião da apresentação de cumprimentos
de Ano Novo do Corpo Diplomático
a Sua Excelência o Presidente da República**

**Concert
on the occasion of the presentation of
New Year's greetings by the Diplomatic Corps
to His Excellency the President of the Portuguese Republic**



Palácio Nacional da Ajuda, 20 de janeiro de 2015

Júlio Resende – "Amália" Project

Júlio Resende is a Portuguese musician, pianist and composer. He has a background in Classical Music, but soon discovered he was not satisfied with just being a performer of compositions in which he could not improvise.

Júlio studied with the best masters of the New School for Jazz and Contemporary Music, Berklee College of Music and Bill Evans Academy, during his stay at Université Paris – VIII.

In 2006 he completed his Philosophy studies at the 'Faculdade de Ciências Sociais e Humanas de Universidade Nova de Lisboa'. He currently teaches Jazz Piano at the 'Universidade de Aveiro' for the Master's degree in Jazz Music.

The intense and very relevant path through the universe of jazz led him to think about improvisation in other musical genres. He arrives now to Fado, where he crosses tradition with modernity and launches, from his piano, a new look at the Portuguese Song.

Amália por Júlio Resende is his first solo project and is also an incursion into the universe of Fado, where he revisits at the piano several songs of Amália Rodrigues' repertoire which belong to the Portuguese collective memory:

"Casa Portuguesa", "Barco Negro", or "Vou Dar de Beber à Dor" (Casa da Mariquinhas) are among his choices. But Resende goes even further and risks an (im)possible duet with Amália, offering his piano to the diva's voice in the song "Medo".

HISTORY

The Royal Palace of Our Lady of Ajuda was built on top of the Ajuda hill by order of King D. José I (1714-1777). This building, made of timber to better withstand earthquakes, became known as the Wooden Palace or the Royal Barrack [Real Barraca]. It was meant to replace the sumptuous Ribeira Palace which had been destroyed during the devastating earthquake that struck Lisbon in November 1755.

Building the Ajuda Royal Palace

The urgent need to build a new palace and the fact that the Royal Family survived the cataclysm due to their living in the low seismicity area of Belém/Ajuda at the time, justified the choice of that location. The new palace, inhabitable since 1761, came to be the Court residence for about three decades. In 1794, under King Mary I (1734-1816), a fire utterly destroyed this royal abode, as well as a large part of its valuable holdings.

The task of planning a new palace of stone and lime fell to Manuel Caetano de Sousa, an architect of public works, who designed it still in accordance with the Baroque architectural trends. This project was initiated in 1796 under Royal Prince Regent D. João and suspended after five years of construction when, in 1802 Francisco Xavier Fabri and José da Costa e Silva, architects who had taken their degree in Italy, were instructed to adapt it to the new neoclassical style. This task, later taken up by António Francisco Rosa, responsible for the "reductive" design of the project, was never fully completed.

Departure of the Court to Brazil in 1807

Factors of a varied nature imparted a discontinuous rhythm to the building process, namely the Court's departure to Brazil in 1807, following the Napoleonic invasions, as well as the continuing shortage of financial resources. The best artists of the kingdom worked on the palace: Domingos Sequeira, Arcangelo Foschini, Cyriel Wolkmar Machado, Joaquim Machado de Castro and João José de Aguiar, who focused mainly on the pictorial and sculptural decorations.

In 1821 when the Court returned from Brazil the Palace was still unfinished and it only hosted formal official ceremonies. In 1826, after the death of King John VI (1767-1826), when the east and south wings were already inhabitable, Princess Regent D. Maria Isabel (1801-1876) and two sisters chose it as their residence.

King D. Miguel lived in the Ajuda Royal Palace

Two years later, King Miguel (1802-1866) also elected Ajuda as his home, a fact which greatly boosted the building rhythm. To avoid discontinuance, six months later the king moved to the Necessidades Palace and eventually never came back. Clashes between liberals and absolutists plunged the country into a fragile stability, and in 1833 the construction completely paralyzed, never to be resumed along the lines planned. After the Liberal victory, King Pedro took over the Regency, during his daughter D. Maria da Glória's minority, and in 1834 swore to uphold the Constitutional Charter in the Throne Room at the Ajuda Palace.

Throughout the Queen Maria II's reign (1819-1853) and the short reign of King Pedro V (1837-1861), who took up residence in Necessidades, the Ajuda Palace took second place.

With King Luís I the Palace gains new life

With King Luís I's (1838-1889) ascent to the throne a new stage began, with Ajuda finally acquiring the true dimension of a Royal Palace upon being chosen as the official residence of the Sovereign. From 1861 onwards construction works were made in the building structure that proved indispensable to accommodate the new king.

The real changes in the interior design and decoration started in 1862, the year of the king's marriage to Princess of Savoy D. Maria Pia (1847-1911). It was the beginning of a long process of reformulation, comprising different levels, walls, ceilings – that were upholstered, plastered or painted anew –, floors – lined with parquet and carpets –, as well as new furniture for the rooms. All was commissioned to specialized Portuguese and foreign suppliers of the Royal Household. Wedding gifts and Queen's belongings brought from Italy helped decorate the renovated apartments.

New layout and decor of the rooms

The new layout and decor of the rooms, entrusted to architect Joaquim Possidónio Narciso da Silva, followed the recent standards of comfort, privacy and hygiene, typical of the 19th century bourgeois mentality. More intimate and sheltered spaces were now required. New rooms were introduced in the ground floor: the Dining Room, for daily family meals, a living room – the Blue Room – and leisure areas, such as the Marble Room and the Billiards Room; finally the bathrooms, provided with running water, hot and cold. The "Noble" floor was reserved for gala receptions and the Ground Floor, extending from the Music Hall alongside the western façade, reserved for the private chambers. The Palace became the stage of Council of State meetings, of big gala events – banquets and official receptions – and of daily family life: Prince Carlos (1863-1908) and Prince Afonso (1865-1920) were born here.

After King Luís I's death in 1889 the busy life at the Ajuda Palace changed deeply. Under the new reign the Court had split up between three Palaces: Ajuda, where Queen Maria Pia remained with Prince Afonso; Belém – birthplace of Prince Luís Filipe (1887-1908) and Prince Manuel (1889-1932) – and Necessidades, alternative residences of King Carlos I and Queen Amélia (1865-1951). The Ajuda "noble" floor remained reserved for official ceremonies.

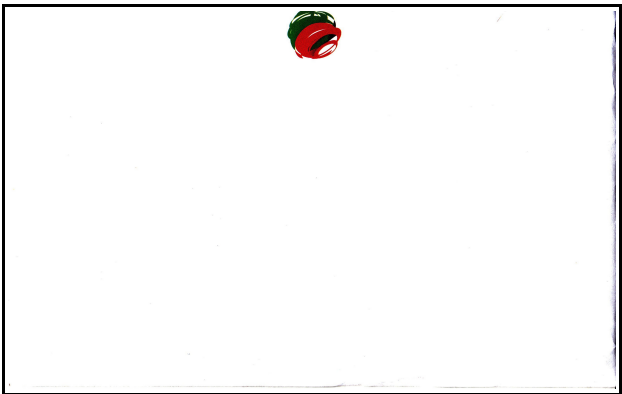
Establishment of the Republic and the Palace Today

In 1910, when the Republic was established and the Royal family subsequently went into exile, the Palace was closed. After a period of restricted access visits, from 1940 to 1968, available only to bearers of a "permit card to visit the Ajuda National Palace" issued by the Directorate General of Treasury, the Palace opened to the public on the 20th of August 1968, offering a glimpse of the environments and collections of a Royal Household of the late 19th century.

Since 1996 this royal residence has undergone a reconstitution process, as accurate as possible, several rooms having been refurbished according to rigorous historical research criteria.

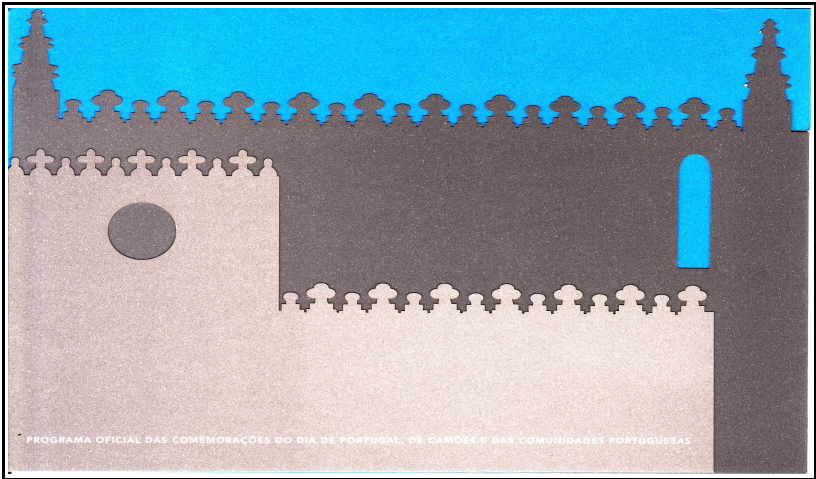
Apart from being one of the most important museum institutions for the Decorative Arts in the country, the Ajuda National Palace is still today the stage of State ceremonial events.

DIA DE PORTUGAL, DE CAMÕES E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS



Envelope com o logótipo do evento contém:

Programa



GUARDA

Cidade fortaleza e bastião da Fronteira, a Guarda desempenhou, nos alvares da nacionalidade, um papel fundamental para a consolidação do Reino. Ao conceder-lhe Carta de Foral em 1199, D. Sancho I atribuiu à Guarda objectivos defensivos, tendo igualmente em vista alargar fronteiras e resgar os horizontes, numa atitude visionária das potencialidades desta terra e do carácter das suas gentes.

Ao longo dos séculos, o papel que a história destinou à Guarda, de onde se avista não só Espanha mas também a importante malha de castelos erguidos em toda a região, foi garantir a integridade do território nacional. No dizer de Eduardo Lourenço¹, "esta cidade e a velha Beira, que dominava apaneira, foram, não apenas fronteira, mas coração de Portugal". A cidade simbolizou, acima de tudo, a vontade indomável dos portugueses de permanecerem um povo independente.

Os tempos, no entanto, mudaram. A Guarda assume-se hoje como a ponte estendida às regiões que com ela confinam e que enfrentam dificuldades e desafios semelhantes, cruzamento estratégico dos caminhos entre o litoral e este interior que se percebe como um verdadeiro eixo de partida para um horizonte de terra firme que é toda a Europa.

Terra hospitaleira e de gente franca, a Guarda Forte, Farta, Fria, Fiel e Formosa é principalmente uma Guarda do Futuro, que aposta fortemente na economia, no conhecimento, na cultura e no turismo, enfrentando as incertezas com coragem, determinação, ousadia e confiança.

No Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, celebramos a História evocando o legado do passado e lançando bases sólidas para a construção do futuro. A Guarda, pela expressão da nacionalidade e da identidade nacional, pelo património, pela visão apaneira do país e pela ligação privilegiada à Europa é o lugar certo para a reflexão e interpretação do nosso destino colectivo.

José Albino da Silva Penada
Presidente da Comissão Organizadora das Comemorações
do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas

¹ Lourenço, Eduardo. 1999. "Otro século de gloria solitaria". Pp. 93-108 in O castelo todo da Luz - A Beira segundo Filipe Lourenço editado por M.M. Baptista. 2005. Gabinete de Estudos e Estudos de História.

9 JUNHO

10.00 horas | Praça Luis de Camões
Cerimónia Militar do Igar da Bandeira e Guarda de Honra Militar

10.30 horas | Jardim José de Lemos
Cerimónia de Homenagem aos Combatentes da Grande Guerra

11.00 horas | Câmara Municipal da Guarda
Sessão Solene de Boas Vindas da Câmara Municipal da Guarda

13.15 horas | Antigo Paço Episcopal
Almoço em homenagem a portugueses que se destacaram no âmbito das suas atividades ao longo do último ano

15.00 horas | Museu da Guarda
Inauguração da exposição "Arte Moderna e Contemporânea - Coleção António Pinó"

15.50 horas | Vale de Estrela
Visita à COTICAB - Prémio Produto Inovação COTEC 2013

18.45 horas | Museu da Guarda
Sessão de Cumprimentos do Corpo Diplomático

20.00 horas | Antigo Paço Episcopal
Jantar por ocasião das Comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas

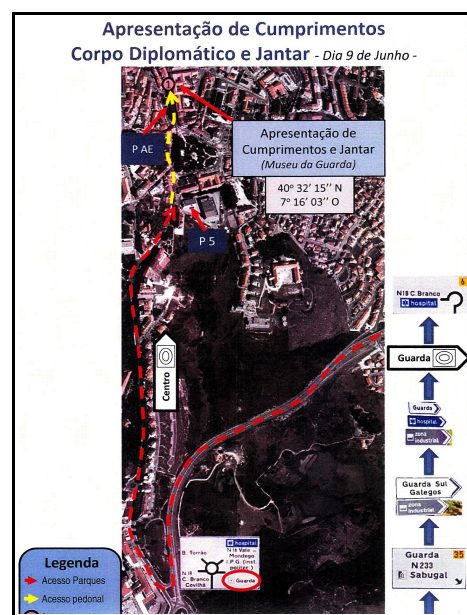
10 JUNHO

10.15 horas | Parque Urbano do Rio Diz
Cerimónia Militar

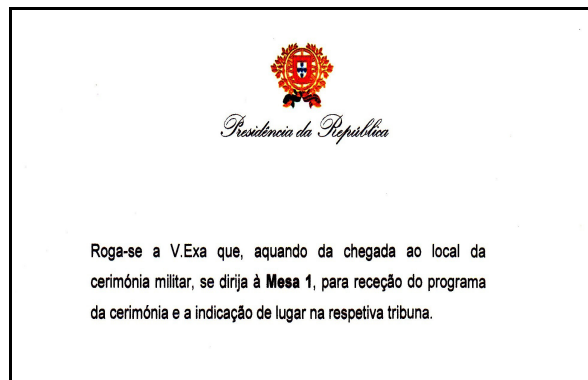
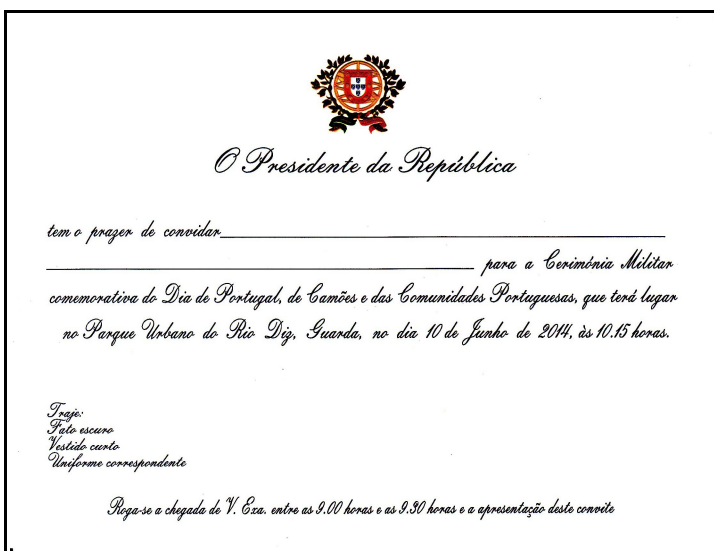
12.00 horas | Teatro Municipal da Guarda
Sessão Solene Comemorativa do Dia de Portugal

13.30 horas | Núcleo Empresarial da Região da Guarda
Almoço oferecido pelo Presidente da Câmara Municipal da Guarda


Convite para o Jantar por ocasião das comemorações do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas com respetiva indicação do local



Convite para Cerimónia Militar e respetivas indicações



Sessão Solene



**O PRESIDENTE DA COMISSÃO ORGANIZADORA DAS COMEMORAÇÕES
DO DIA DE PORTUGAL, DE CAMÕES E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS**

Tem a honra de convidar

.....

para assistir à Sessão Solene do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, presidida por Sua Excelência o Presidente da República, que se realiza no dia 10 de junho de 2014, às 12.00h, no Teatro Municipal da Guarda.

Traje:
Fato escuro
Vestido curto
Uniforme correspondente

Roga-se a chegada até às 11.45 horas e a apresentação do convite à entrada

Convite para Almoço oferecido pelo Presidente da Câmara Municipal da Guarda



10 DE JUNHO
DIA DE PORTUGAL, DE CAMÕES
E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS

GUARDA
2014




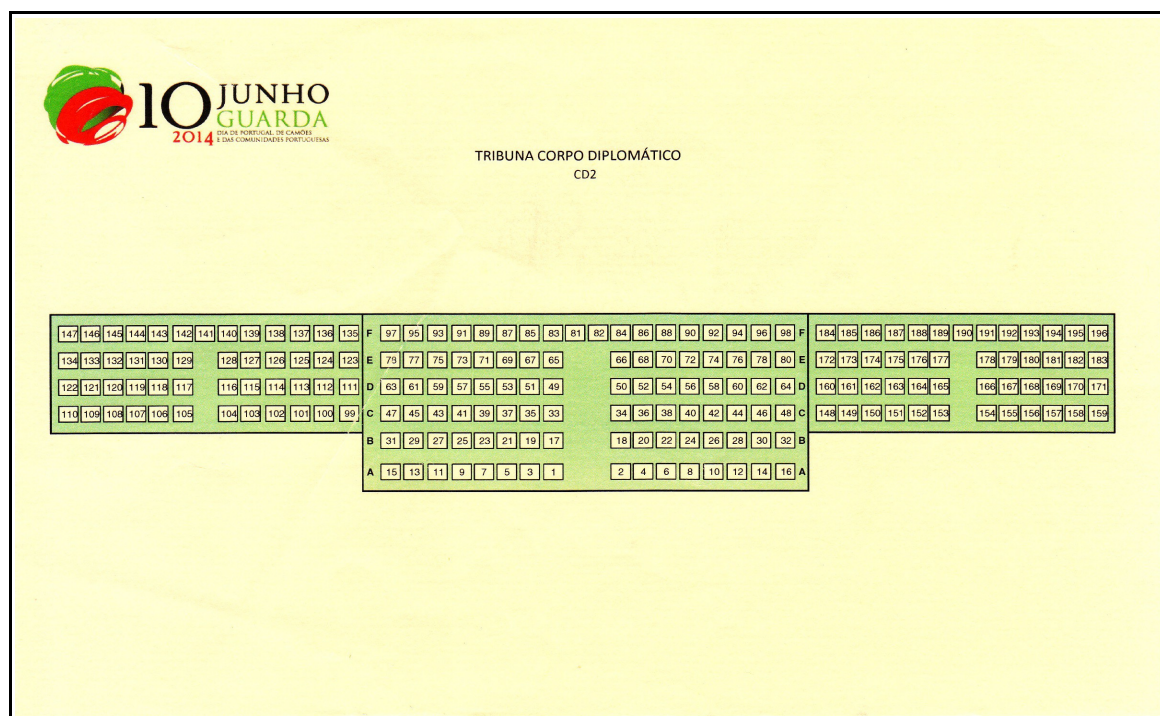
**COMEMORAÇÕES DO DIA DE PORTUGAL,
DE CAMÕES E DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS**

O Presidente da Câmara Municipal da Guarda,
Álvaro dos Santos Amaro, tem o prazer de convidar V. Exa. para o almoço em honra
de Sua Excelência o Presidente da República e Senhora Dra. Maria Cavaco Silva,
que terá lugar no dia 10 de Junho de 2014, às 13h30, no Pavilhão do NERGA, na Guarda.

Solicita-se a apresentação do convite, que é pessoal e intransmissível
Traje: Fato escuro e vestido curto

**Acesso ao Almoço
Oferecido pela Câmara Municipal da Guarda
- Dia 10 de Junho -**





Lista de Condecorações atribuídas pelo Presidente da República na Sessão Solene comemorativa do 10 de junho, Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas, na Guarda

Antigas Ordens Militares

- Dr. António Manuel de Carvalho Ferreira Vitorino – *Ordem Militar de Cristo (Grã-Cruz)*
- Juiz Conselheiro Vítor Manuel da Silva Caldeira – *Ordem Militar de Cristo (Grã-Cruz)*
- Vice-Almirante José António de Oliveira Viegas – *Ordem Militar de Avis (Grã-Cruz)*
- Tenente-General António José Maia de Mascarenhas – *Ordem Militar de Avis (Grã-Cruz)*
- Major-General Sílvio José Pimenta Sampaio – *Ordem Militar de Avis (Grande-Oficial)*
- Dr. Mário Costa Martins de Carvalho – *Ordem de Sant'Iago da Espada (Grande-Oficial)*
- Prof. Doutor Rui L. Reis – *Ordem de Sant'Iago da Espada (Comendador)*
- Doutor Rui M. Costa – *Ordem de Sant'Iago da Espada (Comendador)*
- Rui Chafes – *Ordem de Sant'Iago da Espada (Oficial)*

Ordens Nacionais

- Dr. António Castel-Branco do Amaral Borges – *Ordem do Infante D. Henrique (Grã-Cruz) – A título póstumo*
- Prof. Doutor Manuel António Garcia Braga da Cruz – *Ordem do Infante D. Henrique (Grã-Cruz)*
- Dr. Miguel António Igrejas Horta e Costa – *Ordem do Infante D. Henrique (Grã-Cruz)*
- Prof. Doutor Eduardo Lourenço – *Ordem da Liberdade (Grã-Cruz)*

- Dr. Álvaro dos Santos Amaro – *Ordem do Infante D. Henrique (Grande-Oficial)*
- Prof. Doutor António Ressano Garcia Lamas – *Ordem do Infante D. Henrique (Grande-Oficial)*
- Maria João Avillez Van Zeller – *Ordem do Infante D. Henrique (Grande-Oficial)*
- Rodrigo Costa Leão Munoz Miguez – *Ordem do Infante D. Henrique (Grande-Oficial)*
- Luís Manuel Godinho de Matos – *Ordem do Infante D. Henrique (Comendador)*
- Maria Cristina de Castro – *Ordem do Infante D. Henrique (Comendador) - A título póstumo*

Ordens de Mérito Civil

- Prof. Doutor Jorge Quina Ribeiro de Araújo – *Ordem da Instrução Pública (Grã-Cruz)*
- Dr. António Mota de Sousa Horta Osório – *Ordem do Mérito Empresarial – Classe do Mérito Comercial (Grã-Cruz)*
- Eng.º Zeinal Abedin Mohamed Bava – *Ordem do Mérito Empresarial – Classe do Mérito Comercial (Grã-Cruz)*
- Eng.º António Afonso Reynaud de Melo Pires – *Ordem do Mérito Empresarial – Classe do Mérito Industrial (Grande-Oficial)*
- Alfredo Henriques – *Ordem do Mérito (Comendador)*
- Eng.º António Jorge Nunes – *Ordem do Mérito (Comendador)*
- Dr. António Magalhães da Silva – *Ordem do Mérito (Comendador)*
- Maria da Luz Rosinha – *Ordem do Mérito (Comendador)*
- Dra. Maria das Dores Meira – *Ordem do Mérito (Comendador)*
- Dr. Sebastião Francisco Seruca Emídio – *Ordem do Mérito (Comendador)*
- Mário Sérgio Alves Nuno – *Ordem do Mérito Empresarial – Classe do Mérito Agrícola (Comendador)*
- Alberto Machado Ferreira – *Ordem do Mérito Empresarial – Classe do Mérito Industrial (Comendador)*
- Dra. Isabel Maria Mendes Furtado – *Ordem do Mérito Empresarial – Classe do Mérito Industrial (Comendador)*
- João Miranda – *Ordem do Mérito Empresarial – Classe do Mérito Industrial (Comendador)*
- José Eduardo Marques de Amorim – *Ordem do Mérito Empresarial – Classe do Mérito Industrial (Comendador)*
- Manuel Barbeiro Costa – *Ordem do Mérito Empresarial – Classe do Mérito Industrial (Comendador)*
- Manuel Madeira Grilo – *Ordem do Mérito (Oficial)*
- Jorge Nunes - *Ordem do Mérito Empresarial – Classe do Mérito Comercial (Oficial)*
- Escola Regional Outeiro de S. Miguel – *Ordem do Mérito (Membro Honorário)*